



no nome de Deus  
amen. Sua Gra  
de mil e trescentos  
e sessenta e nove  
anos. E nese dias  
do mes de mayo

Omni nobre Rey don Alfonso.  
qto pela graça de Deus Rey de por  
tugal e do Algarve filho do muy no  
bre Rey do. Denis. fez Cortes  
em Sanctiaste e fojo hi junctos Todo  
los. Plades. e cadolos ricas homees

# CADERNOS

## Arquivo Municipal

do  
...a deu nos agruamēto  
se se. Aj. ij. dos porteyos  
qyon que pcedu agruamē  
terros de Rey. ditta hoj  
ontes que malmhūa pa ti  
penhorando os deanhos de  
no son obligados. e que  
qren conlofey. destue per  
zen: eles dire qos ouy  
son desto seus luyres  
respondeu Rey. como  
seepil. segūdo he othead  
qth deu. Aj. iij. dessem  
se se qyon. que ferebr.  
asse qria post pugas. ad  
son obligados. dire que



# CADERNOS

---

**Arquivo Municipal** *do*

# **CADERNOS**<sup>do</sup>

**Arquivo Municipal**  
Nº 1 - 1997

## **Propriedade**

Divisão de Arquivos  
Departamento de Património Cultural  
Câmara Municipal de Lisboa

## **Direcção**

Inês Morais Viegas

## **Coordenação**

Francisco Matos  
Maria de Lurdes Ribeiro

## **Redacção**

Ana Vilas Boas  
Arménio Tojal  
Francisco Matos  
Helena Neves  
Inês Morais Viegas  
Isabel Silva  
João Fagundes  
Leonilde Viegas  
Luísa Costa Dias  
Luíza Medeiros  
Maria de Lurdes Baptista  
Maria de Lurdes Ribeiro  
Miguel Gomes Martins  
Nuno Campos  
Vasco Brito

## **Design Gráfico**

Margarida Aires Barros  
Marília Afonso

## **Fotografias**

Luís Fradinho

## **Capa**

Pormenor dos Capítulos Especiais de Lisboa  
apresentados nas Cortes de Santarém de 1331

## **Pré -Impressão**

Jacinto Guimarães Lda

## **Impressão**

António Coelho Dias S.A.

## **Tiragem**

2 000 exemplares

Depósito Legal  
118903/97

**ISSN: 0873-9870**

## ÍNDICE

Apresentação João Soares .....	7
Editorial Inês Morais Viegas .....	9
O Arquivo Municipal de Lisboa, Inês Morais Viegas .....	10
Problemática da avaliação, selecção e eliminação de documentos em arquivo administrativo e intermédio na Câmara Municipal de Lisboa, Luiza Medeiros e Vasco Brito .....	16
O Arquivo Fotográfico Municipal: Lisboa na imagem, Ana Vilas Boas, Arménio Tojal, Isabel Silva, Leonilde Viegas, Luísa Costa Dias, Maria de Lurdes Baptista .....	24
O imposto municipal do "Marco dos Navios": uma introdução histórico-documental, Francisco Matos .....	42
Inventário do Espólio de Cassiano Branco, Helena Neves .....	50
O Arquivo Municipal do Alto da Eira e o seu interesse para o estudo da História da arquitectura urbana de Lisboa, João Fagundes .....	84
Os Besteiros do Conto em Lisboa - De 1325 aos inícios do século XV, Miguel Gomes Martins .....	90
Eugénio dos Santos e o estatuto do Arquitecto da Cidade, Maria de Lurdes Ribeiro .....	118
A descentralização política, uma prática para o desenvolvimento. A Instrução Municipal e o Ensino Técnico na segunda metade do século XIX. A Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, Nuno Campos .....	130



## APRESENTAÇÃO

Recentemente, e após ter sido relegada durante vários anos para um quase total esquecimento, a Oisipografia tem recebido um novo alento em virtude, sobretudo, do crescente interesse pelos estudos de História Regional e Local levados a cabo na maior parte das Universidades, muito concretamente em Lisboa.

A Câmara Municipal de Lisboa não tem estado alheada deste processo e tem efectuado diversas acções de investigação e de divulgação relativas à História da cidade e apoiado outros investigadores que a ela recorrem em busca de auxílio.

Integrados nesta política, os *Cadernos do Arquivo* vêm trazer ao grande público, estudantes e investigadores, novos contributos para um melhor e mais profundo conhecimento de Lisboa.

O Arquivo Municipal, sendo um dos mais importantes e ricos do país, merecia uma publicação com estas características, de modo a dar a conhecer aos investigadores, estudantes e historiadores, os milhares de documentos que se encontram à sua guarda.

Estes cadernos vêm preencher uma lacuna que há muito urgia colmatar e que, acreditamos, fará com que ainda mais investigadores façam do Arquivo Municipal o seu local preferencial de trabalho e de Lisboa o seu principal objectivo de estudo.

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

João Soares





## **EDITORIAL**

Os Cadernos do Arquivo surgem integrados num projecto de trabalho que o Arquivo Municipal de Lisboa leva a cabo no sentido da defesa e divulgação da História e do Património Cultural da Cidade.

Com esta iniciativa, o Arquivo trará periodicamente a público um conjunto de estudos baseados na documentação que se encontra à sua guarda, e desenvolvidos pela sua equipa.

Abordando temáticas que vão desde a Arquivística aos mais diversos aspectos da história da cidade, o Arquivo Municipal de Lisboa abre assim mais um espaço à investigação, à reflexão, e ao debate numa temática tão vasta quanto é a Olisipografia.

Inês Morais Viegas

O Arquivo

Municipal de Lisboa

---

Inês Morais Viegas

A organização do acervo que compõe o Arquivo Municipal de Lisboa vem demonstrar que, desde muito cedo, o Concelho sentiu a necessidade de guardar, para futura utilização, os documentos mais importantes relativos à cidade e aos seus habitantes. Entre esses documentos destacavam-se os forais, as cartas régias, as sentenças, os contratos, etc...

Inicialmente pouco volumosa, a documentação que constituía esse *arquivo* encontrava-se guardada numa arca, conhecida como *arca das escrituras*, arca essa de que existiam três chaves. Uma encontrava-se na posse de um vereador, outra na do escrivão e a terceira nas mãos de um juiz do Cível. Contudo, este procedimento foi caíndo em desuso; ou em desleixo; de forma que, em 1433, era afirmado que as escrituras e privilégios da cidade se encontravam mal guardados. Além disso, muitos desses instrumentos haviam já sido perdidos. Para obviar esta situação, volta a ser implementado o antigo uso. Determinava-se ainda que todos aqueles documentos fossem trasladados para um livro que, na câmara, e embora preso a uma corrente, estivesse à disposição dos que o quisessem consultar, sem que para isso se recorresse aos originais preservando-os assim do manuseamento frequente. Estipulava-se ainda que se deveria registar num caderno a saída de todo e qualquer documento.

Durante o século XVI, e pela análise do Regimento da Câmara de D. Manuel I, verifica-se que a documentação que estava sob a custódia do Guarda da Câmara se encontrava fechada numa arca de duas fechaduras, das quais uma chave se encontrava na posse do dito guarda, enquanto que a outra estava com o escrivão da Câmara.

Remonta também a esta centúria a organização da documentação, então avulsa, em códices, certamente que devido ao seu constante aumento.

Até ao século XVIII, o *arquivo* manteve-se, aparentemente, sempre na Casa de Santo António, junto da Sé, ou seja, no local de funcionamento da Câmara. Mesmo durante os períodos em que as reuniões do Concelho se realizaram noutros locais o *arquivo* parece aí ter permanecido. Durante os finais do século XVII e inícios do século XVIII procedeu-se à cópia sistemática de todos os códices, novamente, de forma a preservar os originais.

Com a reunificação do Senado da Câmara em 1741, após um breve período em que se dividiu em Oriental e Ocidental, o Arquivo instalou-se no Rossio, no local onde até aí tinha estado sediado o Senado Ocidental. Terminava assim a ligação de quatro séculos entre o Arquivo e a Casa de Santo António.

Após o Terramoto de 1755 e o incêndio que se lhe seguiu, e tendo sido salva, na sua maior parte, por um oficial da Secretaria do Senado da Câmara - Leandro da Costa Carvalho - , a documentação foi instalada precariamente numa barraca de madeira no Campo de Sant' Ana, tendo, pouco tempo depois, transitado para o Palácio dos Condes de Almada.

Em 1774, o Arquivo foi instalado no recém-inaugurado edifício dos Paços do Concelho.

Não obstante, em 1780, teve que se mudar, tal como toda a Câmara, para as Casas da Índia e para o Palácio da Inquisição, em virtude de a Rainha D. Maria I ter decidido utilizar os Paços do Concelho como Paço Real.

Nos finais desse século, verifica-se o regresso ao edifício concebido por Eugénio dos Santos, permanecendo na sala abobadada que lhe havia sido atribuída.

Em 1863, um violento incêndio destruiu quase totalmente os Paços do Concelho. Porém, a sala do Arquivo foi a única que permaneceu intocada pelo flagelo graças à sua estrutura abobadada. No entanto, durante as obras de reconstrução a documentação teve que ser transferida para o edifício das Sete Casas, à Ribeira Velha.

O facto de a sala abobadada oferecer excelentes condições de segurança para os documentos que aí se guardavam levou a que esta não fôsse alterada no novo projecto da autoria de Domingos Parente.

Em Julho de 1875, o Arquivo regressa à sala onde se encontrava antes de 1863.

O rápido aumento do volume de documentação bem como a exiguidade da sala do edifício dos Paços do Concelho, levou a que o Arquivo tivesse que ser fisicamente dividido por outros dois locais: Arquivo do Arco do Cego (Bairro Social do Arco do Cego. Rua Nunes Claro, nº 8) e Arquivo do Alto da Eira (Traseiras da Rua Frei Manuel do Cenáculo à Av. General Roçadas. Torre 2, Cave).

Em Novembro de 1996, um novo incêndio assolou o edifício dos Paços do Concelho sem que, contudo, atingisse a documentação do Arquivo, que de imediato foi transferida para o edifício anexo ao Arquivo do Alto da Eira (traseiras da Rua Frei Manuel do Cenáculo, À General Roçadas. Torre 1, Cave).

**A**rquivo Histórico. No frequentemente designado pelos seus utilizadores como Arquivo dos Paços do Concelho, encontra-se a documentação mais antiga, remontando alguma dela aos séculos XII e XIII. Aquela encontra-se dividida, desde o século XIX, nos seguintes núcleos:

- Águas Livres;
- Administração;
- Câmara Municipal de Belém;
- Casa de Santo António;
- Casa dos Vinte e Quatro;
- Chancelaria da Cidade;
- Chancelaria Régia;
- Impostos;

- Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém;
- Juntas de Paróquia e Administrações de Bairro;
- Miscelânea;
- Provimento do Pão;
- Provimento da Saúde;
- Serviço de Beneficência;
- Serviço de Instrução.

## **A**rquivo do Arco do Cego.

A documentação encontra-se dividida nos núcleos de:

- Administração;
- Direcção Municipal de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos;
- Direcção Municipal de Cultura, Desporto e Turismo;
- Direcção Municipal de Finanças e Património;
- Direcção Municipal de Infraestruturas e Saneamento;
- Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística;
- Notariado Privativo;
- Presidência;
- Serviço de Apoio aos Órgãos do Município.

## **A**rquivo do Alto da Eira.

Encontra-se constituído pelos seguintes núcleos:

- Administração;
- Direcção Municipal de Abastecimentos e Consumo;
- Direcção Municipal de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos;
- Direcção Municipal de Construção e Conservação de Edifícios;
- Direcção Municipal de Cultura, Desporto e Turismo;
- Direcção Municipal de Finanças e Património;
- Direcção Municipal de Infraestruturas e Saneamento;
- Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística;
- Direcção Municipal de Serviços Eléctricos e Mecânicos;
- Espólio de Cassiano Branco;
- Núcleo de Cartazes;
- Presidência;
- Serviço de Apoio aos Órgãos do Município;
- Serviços extintos sem continuidade funcional.

**A**rquivo Fotográfico. Acervo, formado por negativos e provas que se encontra dividido nos núcleos de:

- Fundo Antigo;
- Coleção Joshua Benoliel;
- Coleção José Artur Bárcia;
- Coleção Eduardo Portugal;
- Coleção Paulo Guedes;
- Coleção Bobone;
- Coleção Francisco Rochini;
- Coleção Marques da Costa;
- Coleção Soares e Mendonça;
- Coleção Seixas;
- Coleção Eduardo Portugal;
- Coleção Ferrari;
- Coleção Peixoto;
- Coleção António Novaes;
- Coleção Pardal Monteiro;
- Coleção Provas Originais;
- Outras Coleções;

Para o apoio a estes quatro arquivos existem ainda uma Oficina de Restauro e um Gabinete de Microfilmagem. Estas duas estruturas permitem, respectivamente, o restauro dos documentos que, por diversos motivos, se encontrem mais degradados, e a preservação da documentação através da criação de um suporte de leitura alternativo que evite o manuseamento dos originais.

Tendo sempre em atenção preocupações de conservação, de tratamento arquivístico e de divulgação, o Arquivo Municipal de Lisboa é o mais importante repositório de documentação para o estudo da cidade nas suas mais diversas vertentes, o que faz dele o mais utilizado por todos quantos que, seja sob que prisma fôr, se interessem pela História de Lisboa.

#### BIBLIOGRAFIA

Arquivo Municipal de Lisboa. *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1996.

14 Arquivo Municipal de Lisboa. *Guia do Arquivo Municipal de Lisboa*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 1992.

Câmara Municipal de Lisboa: Pelouro da Cultura. "A Sala do Arquivo nos Paços do Concelho" in *O Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa*. Lisboa: Pelouro da Cultura da C.M.L., s.d.

Maria do Rosário Santos e Miguel Gomes Martins. "Arquivo Municipal de Lisboa" in *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, Ld<sup>a</sup>, 1994. p. 91-92.



Problemática de avaliação, selecção  
e eliminação de documentos  
em arquivo administrativo e  
intermédio na Câmara Municipal  
de Lisboa.

---

Luiza Medeiros  
Vasco Brito

---



O volume da produção documental administrativa pública dá em Portugal um salto significativo com o triunfo da ideologia liberal a partir de 1834.

A instituição do “novo” Estado expande-se com a criação de órgãos do poder, agora já não só vocacionados para a autoridade executiva central, com também virados para um maior controlo do espaço administrativo territorial com a criação de distritos e a multiplicação das atribuições concelhias, como as do recenseamento eleitoral, instrumentos de maior equilíbrio na esfera das relações sociais.

Desde então, o fluxo de documentos escritos não tem deixado de crescer, amplificando-se muito desde a República e depois a partir dos anos quarenta, quando o Estado Novo, fortificando a centralização do poder, se preocupa com as reformas administrativas. Os seus Ministérios passaram de dez em 1940 para catorze em 1969, o que se traduz numa maior complexificação da burocracia. Esta passa a produzir uma massa documental cada vez mais diversificada apoiada na introdução de novas técnicas no sector de serviços mormente ligados às facilidades oferecidas pela banalização dos meios de reprodução.

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, para além do reconhecimento dado aos cidadãos do direito ao controlo sobre o financiamento administrativo público, o evento da tecnocracia vem confirmar definitivamente o acesso à informação como uma fonte fundamental de desenvolvimento. Paralelamente, a administração, na perspectiva da integração no seio da Comunidade Económica Europeia, expande o número das suas funções, como sejam, a planificação, a renovação na gestão pública e privada, o ordenamento do território, o desenvolvimento regional e urbano, tornando-se num mosaico de serviços muito díspares, mas muitas vezes entrelaçados, que criam redundâncias e disfunções.

Acresce a isto que, numa grande percentagem de casos, sempre que há uma remodelação, novas unidades administrativas se vêm juntar às precedentes com grande predilecção pela experimentação, naquilo a que se chama técnica de sobreposição.

De tudo isto se depreende o aumento explosivo do volume de documentos produzidos pela administração pública central e local. Estima-se que a metragem dos arquivos nos últimos cinquenta anos equivale à metragem da documentação produzida desde a Idade Média até aos nossos dias, que a quantidade da documentação produzida na sociedade contemporânea duplica todos os cinco anos e que cada funcionário público acumula anualmente em média o equivalente ao seu peso em documentação, ou seja, um pouco mais que um metro linear da mesma. A Administração Pública Local em Portugal também reflecte este problema. Contemporaneamente, a estrutura autárquica no país apenas muda radicalmente a sua organização a partir de 1984/85.

A Câmara Municipal de Lisboa não é alheia a estes factos.

A estrutura orgânica do Município de Lisboa manteve-se basicamente a mesma de 1940 a 1986.

O organigrama de 1940, publicado por Portaria do Ministério do Interior de 28 de Dezembro e afecto à Lei nº 1980 de 3 de Abril de 1940, previa seis Direcções de Serviços e dois Serviços Municipais <sup>1</sup>.

Durante cerca de cinquenta anos houve ramificações dos serviços municipais, mas quer se traduzissem por desdobramentos, quer pela criação de novas unidades de raiz, a verdade é que o esquema base e a própria filosofia do sistema não foram afectados.

Esta circunstância ficou a dever-se, em larga medida, à estabilização do enquadramento legal fixado para a Administração Municipal, e que vigorou desde 1936 até à consagração do regime democrático do poder local, após o 25 de Abril, mas cujos efeitos a nível prático só se fizeram sentir com a publicação do Decreto-Lei nº116/84 de 6 de Abril.

A Constituição de 1976 estabeleceu em novos termos a autonomia administrativa e financeira das autarquias e favoreceu, em consequência, a publicação de vasta legislação, entre a qual o Decreto-Lei acima referido, que veio quebrar o quadro estreito em que a organização dos serviços municipais tinha de ser edificada e desenvolvida.

Através do Despacho nº 20/P/86, o Município de Lisboa alterou estruturalmente a orgânica dos serviços, enquadrada legalmente pelo Decreto-Lei já referido, com alterações introduzidas pela Lei nº44/85 de 13 de Setembro. Desta forma, da nova estrutura passou a constar: a criação de Direcções Municipais nos termos admitidos no mapa anexo I, do Decreto-Lei nº 116/84 e a criação de Direcções de Projecto Municipal.

Os Serviços Municipais foram, assim, substancialmente aumentados, passando a existir onze Direcções Municipais, cinco Direcções de Projecto, um Gabinete de Estudos e Planeamento, serviços de apoio aos órgãos representativos do Município (que se desdobram em nove), um Serviço Municipal de Protecção Civil, um Serviço de Regimento de Sapadores Bombeiros e um Serviço de Polícia Municipal <sup>2</sup>. Esta orgânica manteve-se até ao presente, apenas com algumas reestruturações internas nas Direcções Municipais existentes, acrescentando uma Direcção Municipal, uma Direcção de Projecto, um Departamento de Apoio e Acessoria aos Órgãos representativos do Município e dois Conselhos Municipais<sup>3</sup>. Também aqui a multiplicação dos serviços camarários conduz ao aumento sistemático dos documentos administrativos levantando graves problemas de gestão de espaço e de custos.

---

<sup>1</sup> Ver apêndice, pág. 19 e 20.

<sup>2</sup> Ver apêndice, pág. 19 e 20.

<sup>3</sup> Ver apêndice, pág. 19 e 20.

**A** necessidade de avaliação, selecção e eliminação documental. Perante a explosão documental atrás descrita urge tomar medidas. Não é possível conservar tudo, mas a destruição de um documento pode ser uma perda irreparável. Uma das medidas essenciais e de fundo, mas que se reveste de alguma morosidade, visto envolver todos os serviços da Câmara, seria o de, com o auxílio dos responsáveis administrativos, com técnicos de arquivo e com técnicos de normalização e métodos, normalizar e racionalizar todo o processo de produção documental. Isto é, estabelecer não só o tipo de documentação a produzir, como o respectivo circuito documental, desde a sua génese até à sua conclusão administrativa. Enquanto esta medida não for possível, há pois que agir perante a situação de superprodução criada. É necessário, portanto eliminar documentação, reduzindo ao essencial o seu volume, mas eliminar pressupõe necessariamente avaliar e seleccionar, o que consiste na operação de triagem dos documentos de um arquivo, com o objectivo de, por um lado, determinar os prazos de conservação administrativa dos mesmos (período durante o qual têm necessariamente de ser conservados), por outro, eliminar os que não são de conservação permanente.

Sendo que, por eliminação de documentos se entende a sua destruição, após a prescrição dos prazos previamente estipulados da sua conservação administrativa, pressupõe-se simultaneamente que os mesmos não possuam valor permanente.

Este momento de avaliação, que requer, como veremos, o estabelecimento de tabelas, deve ser realizado, no caso do prazo administrativo, com as prescrições do próprio serviço produtor, e no caso da sua avaliação histórica, pelos técnicos de arquivo coadjuvados por especialistas da área temática visada. A avaliação permite assim: criar tabelas de eliminação e conservação; reduzir a quantidade de documentação nos arquivos administrativos na Divisão de Arquivos; melhor aproveitar as infra-estruturas, o equipamento e os recursos humanos e financeiros disponíveis; um controlo eficaz e uma rápida recuperação da informação contida nos documentos.

O conservador de arquivo é, hoje, mais que nunca, aquele que sabe e que ousa eliminar, construindo assim o verdadeiro património cultural da instituição onde trabalha. É na conciliação da acção de eliminação / conservação do património, em si mesma de aparência contraditória, que reside a chave da preservação.

**A** actual legislação arquivística portuguesa. Em Portugal, a política de avaliação, selecção e eliminação documental, para além da pouca atenção a que foi remetida, teve uma duração efémera, pois existiu só durante cerca de três anos e meio. Foi com a criação do Instituto Português de Arquivos (Decreto-Lei nº152 / 88 de 29 de Abril) que se procurou coordenar a política arquivística nacional e dotar o país de uma rede nacional de arquivos. Este novo Instituto respondia, finalmente, aos pedidos de investigadores e arquivistas, tentando solucionar os problemas que afectavam o panorama arquivístico nacional, quer respeitantes à Administração Central, quer à Local. Assim, exerceu uma política, tendo como objectivo, para além do levantamento da situação arquivística do

país a normalização de todos os procedimentos no arquivo, desde a uniformização das normas de descrição (guias, inventários, catálogos), propondo mesmo uma descrição informática (ARQBASE), até a proposta de Decretos-Leis para tabelas de avaliação de funções fim<sup>4</sup>, passando pela investigação local do levantamento e subsequente recomendação da racionalização da produção e circuitos documentais. O Decreto-Lei n° 106-A/92, de 1 de Junho, extinguiu, no entanto, a sua breve existência. A arquivística nacional estagnou novamente, por isso não é de supreender que não exista actualmente uma política de avaliação, selecção e eliminação documental. Mesmo a publicação do Decreto-Lei n°16/93, de 6 de Agosto, rectificado pela Lei n°14/94, de 11 de Maio, estabelecendo o regime geral dos arquivos, de tão genérica, não estabelece absolutamente nada no que respeita a procedimentos arquivísticos concretos numa visão integrada de gestão arquivística, quer a nível nacional quer institucional.

É com base no Decreto-Lei n°447/88 de 10 de Dezembro, publicado durante a vigência do I.P.A., que, segundo o disposto no n°1 do artigo 1 e o disposto no artigo 4, caberá às Autarquias, neste caso concreto, elaborar uma proposta de Portaria de uma tabela de avaliação, selecção e eliminação documental. A feitura da referida tabela documental, para além de obstar a todos os problemas de gestão de arquivo já aqui enunciados, deve: dispor sobre os prazos de conservação administrativa nas fases de arquivo corrente e intermédio, tendo em linha de conta o valor administrativo, legal, fiscal, o valor probatório reconhecido na gestão feita pelos serviços produtores; estabelecer a eliminação no arquivo intermédio dos documentos após a sua validade administrativa que não tenham interesse para a investigação e/ou conservar os documentos com valor definitivo ou histórico.

Há, pois, a necessidade de estudar a produção documental da Câmara Municipal de Lisboa, quer do ponto de vista da sua tipologia, quer do ponto de vista do seu circuito, tendo em vista a sua racionalização. Para já, no sentido de se avançar minimamente com a Portaria, propomos que se estudem todas as séries existentes na Câmara que tenham a ver com as funções meio (patrimoniais, financeiras e pessoal), quer do seu ponto de vista administrativo ou probatório, quer do ponto de vista histórico ou informativo. Esta última avaliação, ainda que revestindo sempre um carácter subjectivo, deve fazer-se com recurso a especialistas na matéria.

A definição do valor administrativo das séries relacionadas com as funções acima descritas, deve ser feita com a consulta e a colaboração dos serviços produtores. Ou sejam: Direcção Municipal de Finanças e Controlo da Gestão; Direcção Municipal de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos; Direcção Municipal dos Serviços Eléctricos e Mecânicos, a qual também faz a gestão de alguns recursos patrimoniais. Isto porque só os próprios

---

<sup>4</sup> Séries que traduzem a execução de funções de gestão de recursos internos comuns a qualquer instituição (recursos Humanos, recursos Financeiros e Patrimoniais).

serviços, com recurso a instrumentos jurídicos, conhecem a duração legal de salvaguarda dos direitos e deveres contidos nos seus documentos.

**P**rincípios genéricos para avaliação documental em arquivo. Uma vez descritas a metodologia e a teoria em que devem assentar a avaliação, selecção e eliminação de documentos, e propostas quais as funções por onde começar, resta-nos agora enunciar alguns princípios genéricos básicos que, partindo de pressupostos da ética arquivística e ainda que não especificamente enquadrados pela lei, nos permitem eliminar documentação à partida sem qualquer valor probatório e definitivo.

No que respeita à triagem, selecção e eliminação de documentos, existem três tipos de massas documentais: aquelas cuja conservação é praticamente evidente; aquela cuja eliminação também o é; aquelas cujo destino final necessita de uma criteriosa avaliação que fuja, o mais possível, à subjectividade do avaliador, requerendo, como dissemos nos pontos anteriores, a elaboração de listagens. Estes documentos, para além de obrigarem a um maior trabalho na sua gestão, são os que existem em maior quantidade em todos os serviços. Debrucemo-nos pois sobre as duas primeiras espécies de documentos aqui focados, ou sejam, os de conservação ou eliminação quase evidente, dando orientações pragmáticas para a sua avaliação.

Como princípios gerais de manutenção solucionada deve ser *a priori* preservada: documentação deliberativa de decisão e política geral de condução de assuntos autárquicos; documentação estatística; documentação de planeamento; documentação síntese; documentação estabelecendo direitos de longa duração ou transmissíveis (ex: documentação do notariado municipal privativo); documentação que corresponda à prossecução das principais funções do serviço produtor; documentação relativa à constituição, organização, regulamentação e direitos do serviço produtor; documentação relacionada com casos de contencioso ou seja que estabeleçam jurisprudência; actas, planos de actividade e relatórios; documentação contendo valor histórico, sociológico, arquitectónico, artístico e económico, que não esteja sintetizada noutros documentos, noutros arquivos, em publicações oficiais e que possa contribuir para a reconstituição do funcionamento da C.M.L. em qualquer momento que se julgue necessário.

Deve ser *a priori* eliminada: documentação cujos dados essenciais se encontrem em documentação de síntese; copiadores de documentos isolados; processos constituídos por cópias, desde que à partida se assegure a sua localização dos processos originais; cópias, fotocópias e rascunhos, uma vez localizados os originais; pastas de recortes de imprensa, recortes técnico-científicos e de publicidade.

Pelo que ficou exposto, pensamos ter sido claros quanto às vantagens de que se reveste, quer para os diversos serviços da C.M.L., quer para a própria Divisão de Arquivos, o estabelecimento e posterior publicação das tabelas de avaliação, selecção e eliminação de toda a documentação produzida pelo Município.

**C**onclusão. Para além de indicações teóricas básicas da forma como nos propomos prosseguir este trabalho, atrevemo-nos a avançar sobre o estudo das chamadas funções meio, que para além de produzidas nas Direcções Municipais atrás indicadas, existem igualmente espalhadas em pequena escala por todos os serviços, independentemente da prossecução dos objectivos específicos que estes servem. Nos serviços saber-se-ia o que guardar, por quanto tempo, onde, como e que documentação enviar para a Divisão de Arquivos.

À Divisão de Arquivos não chegaria documentação completamente desprovida de valor, os prazos de conservação administrativa das séries seriam respeitados, findos os quais se elaborariam os autos de abate ou de guias de ingresso no Arquivo Histórico Municipal. Por outro lado, a guarda, a conservação e a recuperação da documentação em Arquivo Intermédio e depois no Histórico, seria muitíssimo facilitada, uma vez já expoliada de toda a documentação sem interesse.

Finalmente, ousámos enunciar alguns princípios genéricos básicos que, partindo de pressupostos da ética arquivística e que sem ferir a lei permitam aos serviços eliminar alguma documentação à partida sem qualquer valor probatório e definitivo, possibilitando uma maior racionalização, quer do espaço administrativo, quer dos seus meios humanos e financeiros.

---

#### BIBLIOGRAFIA:

Alves, Ivone e outros, *Dicionário de terminologia arquivística*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

Cortés Alonso, Vicenta "Los Achivos Municipales y el Patrimonio Documental: Algunas Reflexiones", *Actas do 5º Congresso de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas*, Lisboa 26 a 28 de Janeiro de 1994, II volume, Lisboa, B.A.D., 1994.

Cruz, Mundet José Ramón, *Manual de Archivistica*, Fundation German - Sanchez Ruiperes, Madrid, 1994.

Evrard, Durant Françoise, *Guide pratique à la usage de l'archiviste, documentaliste un exemple concret: les comunes*, Paris, Lavoisier, 1985.

Favier, Jean, *La pratique Archivistique Française*, Paris, Direction des Archives de France, 1993.

França, Paula Cristina Viana "A gestão documental nas autarquias", *Actas do III encontro de Arquivos Municipais*, Guimarães, 24 a 26 de Julho de 1993, Lisboa, B.A.D., 1993.

Júnior, Inaldo Barbosa Marinho, "O Arquivo como fonte de cultura", *Actas do 5º congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Lisboa, 26 a 28 de Janeiro de 1994, II volume, Lisboa, B.A.D., 1994.

*Leis sobre o poder local*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.

Mattoso, José, (direcção de), *História de Portugal, O Estado Novo, 1926-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Marques, Maria Cecília, "Os Arquivos Municipais e a legislação em vigor", *Actas do III encontro de Arquivos Municipais*, Lisboa, B.A.D., 1993.

Pereira, Maria Olinda Alves, "Avaliar para adquirir experiência búlgara". *Actas do 4º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Braga, 4 a 6 de Março de 1992, II volume, Lisboa, B.A.D., 1994.

Real, Manuel Luís, "Bases para um programa integrado de gestão documental nos municípios". *Actas do Encontro Nacional dos Arquivos Municipais*, Montemor-O-Novo, 1988, Lisboa, B.A.D., 1992.

Rosas, Fernando, *Portugal e o Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

Sousa, Acácio Fernando, "Arquivo Histórico de Macau o desafio do ano 2000", *Actas do 4º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, Braga, 4 a 6 de Março de 1992, Lisboa, B.A.D., 1992.

## APÊNDICE

### Lista dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa de 1940 Portaria do Ministério do Interior de 1940

- Direcção dos Serviços Centrais
- Direcção dos Serviços de Finanças
- Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras
- Direcção dos Serviços Técnico Especiais
- Direcção dos Serviços de Salubridade
- Direcção dos Serviços de Abastecimento
- Serviço de Bombeiros
- Serviço de Polícia Municipal

### Lista dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa em 1989 Aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa em 15/12/88

- Serviços de Apoio aos Órgãos representativos do Município
- Gabinetes do Presidente e Vereadores
- Gabinete de Estudos Olisiponenses
- Gabinete de Relações Internacionais Institucionais e Intermunicipais
- Ouvidoria
- Auditoria
- Notariado
- Gabinete de Comunicação Social
- Gabinete do Protocolo
- Gabinete de Apoio aos Órgãos do Município
- Gabinete de Estudos e Planeamento
- Direcção Municipal de Finanças e e Património
- Direcção Municipal de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos
- Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística
- Direcção Municipal de Cultura Desporto e Turismo
- Direcção Municipal de Habitação, Educação e Intervenção Social
- Direcção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes
- Direcção Municipal de Construção e Conservação de Edifícios
- Direcção Municipal de Infra-Estruturas e Saneamento
- Direcção Municipal dos Serviços Eléctrico Mecânicos
- Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo
- Direcção Municipal de Reabilitação Urbana
- Direcção de Projecto de Planeamento e Recuperação de Áreas Degradadas

- Direcção de Projecto de Intercepção e Tratamento de Águas Residuais
- Direcção de Projecto do Sistema de Informação Urbana de Referência Espacial
- Direcção de Projecto dos Acessos a Lisboa
- Direcção de Projecto do Planeamento Estratégico
- Serviço Municipal de Protecção Civil
- Regimento dos Sapadores Bombeiros
- Polícia Municipal

### Lista de Serviços da Câmara Municipal de Lisboa em 1995

#### Direcções Municipais

- FPCG- Finanças, Planeamento e Controlo de Gestão
- IL- Intervenção Local
- AGGRH- Administração Geral e Gestão dos Recursos Humanos
- PGU- Planeamento e Gestão Urbanística
- AEV- Ambiente e Espaços Verdes
- CCE- Construção e Conservação de Edifícios
- IS- Infra-estruturas e Saneamento
- SEM- Serviços Eléctricos e Mecânicos
- AC- Abastecimento e Consumo
- CDT- Cultura, Desporto e Turismo
- HEIS- Habitação, Educação e Intervenção Social
- RU- Reabilitação Urbana
- RSB- Regimento Sapadores de Bombeiros
- PM- Polícia Municipal
- SMPC- Serviço de Protecção Civil

#### Direcções de Projecto

- COPRAD- Coordenação e Planeamento de Recuperação de Áreas Degradadas
- AE- Acessos a Lisboa
- SIURE- Sistema de Informação Urbana e Referenciação Espacial
- PG- Planeamento Estratégico
- CHIADO- Recuperação do Chiado
- DI- Departamento de Informática

#### Serviços de Apoio e Acessoria aos Órgãos Representativos do Município

- DAGAI- Departamento de Apoio à Gestão e Actividade Institucional
- DJCP- Departamento Jurídico e de Coordenação de Projectos
- GEO- Gabinete de Estudos Olisiponenses
- GPT- Gabinete de Prevenção à Toxicodependência

O Arquivo

Fotográfico Municipal:

Lisboa na imagem

---

Ana Vilas Boas

Arménio Tojal

Isabel Silva

Leonilde Viegas

Luís Pavão

Luísa Costa Dias

Maria de Lurdes Baptista

---



Institucionalizado em 25 de Março de 1942, o Arquivo Fotográfico foi criado como resposta à necessidade de centralizar e conservar toda a produção fotográfica dispersa pelos vários Serviços da Câmara, nomeadamente o registo das alterações da cidade e das cerimónias governamentais e municipais. A par deste conjunto inicial, o seu acervo foi crescendo pela aquisição e oferta de importantes colecções que reconstituíram a memória fotográfica da cidade desde a segunda metade do século XIX.

Constituiu-se assim uma colecção (actualmente com cerca de 400.000 imagens), com um valor documental e patrimonial único para a história e evolução da cidade nos seus aspectos urbanísticos e vivenciais e para a história da fotografia em Portugal, não só pelos fotógrafos representados, mas também pelos processos fotográficos datados de 1850 até aos nossos dias.

Desde sempre precariamente instalado, o Arquivo mudou várias vezes de instalações, de dependências hierárquico-administrativas e de orientações internas.

Embora as colecções fossem crescendo ao longo dos anos pelas diversas vias - leilões, doações, encomendas com fins específicos - não houve, contudo, uma continuidade de acção que contemplasse a vocação do Arquivo e simultaneamente privilegiasse os progressos científicos, tecnológicos e museológicos inerentes às suas colecções e à modernização de um serviço público. Assim, não houve qualquer investimento ao nível das novas concepções de conservação das espécies fotográficas, das inovadoras tecnologias de tratamento, armazenamento e difusão da imagem, e conseqüentemente ao nível dos recursos humanos e formação profissional. A partir de 1974, também as reduções orçamentais impediram o crescimento do espólio do Arquivo, provocando lacunas temáticas e cronológicas.

O Arquivo funcionou até 1990 apenas com dois ou três funcionários que mantiveram intactos o sistema de arrumação e acondicionamento das provas e negativos, definido nos anos 40 por Mário Tavares Chicó, na altura conservador do Museu da Cidade, e o sistema de catalogação manual iniciado por uma bibliotecária nos anos 60.

Paralelamente ao sistema desactualizado de conservação e ao modo obsoleto de gestão manual de informação, dois factores aceleravam há muitos anos a degradação e destruição das espécies fotográficas. Em primeiro lugar as próprias instalações: duas salas do Palácio da Rosa, em risco de ruir, sem qualquer espécie de controle sobre a luminosidade, temperatura e humidade relativa, nas quais se atingiam temperaturas muito elevadas no Verão e temperaturas muito baixas no Inverno. Há ainda a acrescentar que as duas salas funcionavam simultaneamente como depósito das espécies e local de trabalho dos funcionários. Existem ainda bastantes negativos com diversos graus de deterioração que reflectem as condições de acondicionamento e manuseamento a que estiveram submetidos.

Em segundo lugar, as reproduções fotográficas pedidas pelos leitores eram executadas no exterior, em estabelecimentos comerciais, tendo-se neste processo partido e extraviado centenas de negativos em vidro, alguns dos quais jamais se poderão recuperar.

É neste contexto de inoperância que, em 1990, quase cinquenta anos após a criação do Arquivo Fotográfico, se inicia o grande processo de viragem.

As necessidades eram simples: instalar a documentação fotográfica num local com condições adequadas para a sua conservação, restauro e estudo e, por outro lado, oferecer aos munícipes um local condigno para a consulta de uma documentação tão valiosa.

Porém, o processo de criação apresentou inúmeras dificuldades: A escolha do local, a estruturação interna do edifício, o sistema de consulta das imagens, entre outros, eram problemas que urgia resolver.

Nesse sentido, e mercê de um extraordinário empenho do Dr. João Soares, vereador do Pelouro da Cultura, que desde o início apostou na rápida criação de tão importante equipamento cultural, foi criada uma equipa de trabalho que se deslocou aos Arquivos Nacionais do Canadá, de Tóquio, de Nova Iorque e de Londres por forma a conhecer aqueles que são alguns exemplos modelares de arquivos fotográficos a nível mundial.

Passada a fase inicial de estudo, o Dr. João Soares escolheu o local para a instalação do Arquivo Fotográfico. A opção recaiu sobre uma antiga fábrica de conservas de peixe situada na Rua da Palma.

Iniciadas as obras, que procuraram manter a estrutura básica e o aspecto exterior do edifício, deu-se início ao desenho do mobiliário e restante equipamento da sala de leitura e dos depósitos.



Arquivo Fotográfico Municipal.  
Rua da Palma, 246 - 1100 Lisboa

Estas obras, como quaisquer outras, sofreram inúmeras vicissitudes. No entanto, a pressão pessoal feita pelo Dr. João Soares, de modo a serem concluídas num prazo de tempo mínimo, fez com que não se arrastassem interminavelmente.

Uma outra questão, nada pacífica, prendia-se com a consulta das imagens. Seria impensável que os leitores tivessem acesso livre aos originais, pelo que se pensou, inicialmente em microfilmar os espólios. Esta solução, apesar de inúmeros debates, foi abandonada em favor da digitalização e consulta por meios informáticos.

Em Julho de 1991, é tomada a decisão de encerrar o Arquivo do Palácio da Rosa ao público. Muito estava ainda por fazer: reunir uma equipa de trabalho, adquirir equipamento, definir métodos de funcionamento, prioridades e objectivos a atingir, enfim, lançar mãos à obra. Na sequência do encerramento das antigas instalações, iniciou-se, pois, o processo de transição.

Um dos maiores problemas relacionava-se com o facto da informação disponível sobrepôr vários critérios arquivísticos

adaptados a instrumentos de pesquisa manual. Uma vez transpostos para um meio informático, de imediato se verificou o carácter incompleto e heterógeno da classificação das imagens e, em muitos casos, a ausência total de informação.

A informatização do Arquivo decorreu assim em duas fases:

Na primeira fase, foi feita a análise da documentação inventariada e à consulta do público e da documentação por inventariar e tratar. Os dados obtidos foram decisivos para o conhecimento das colecções e para a definição da estratégia de intervenção.

A segunda fase, hoje totalmente implantada, obedeceu esquematicamente aos seguintes aspectos: definição das folhas de recolha de dados e dos formatos de visualização que constituiram as bases de dados do Arquivo, baseadas numa parametrização do programa MINI MICRO CDS/ISIS desenvolvido pela UNESCO, a aquisição de equipamento informático e de cursos de formação para os funcionários; divisão de tarefas e constituição de equipas de trabalho; início da introdução de dados como correcção da informação pré-existente e preenchimento de novos campos de pesquisa; indexação das imagens de um Thesaurus; digitalização das imagens.

Quando em Agosto de 1993 as bases de dados começam a trabalhar em rede (Rede Novell), estão introduzidos cerca de 20.000 registos e 21.000 imagens digitalizadas.

Em Janeiro de 1994, concluída a mudança para o novo edifício na Rua da Palma, é finalmente feita a ligação da imagem à rede. Na base de dados LISI, as imagens podem ser visualizadas em computador, anulando os tempos de espera inerentes à consulta manual e os efeitos nefastos da manipulação constante. O leitor tem ainda acesso à consulta manual das provas não digitalizadas.

No que diz respeito à área da conservação, foram reformulados todos os procedimentos e elaboradas novas regras de trabalho. Simultaneamente, o conservador do Arquivo delineou as áreas e o equipamento a adquirir para as câmaras escuras, gabinetes de conservação e depósitos onde está acondicionada a actual colecção do Arquivo Fotográfico.

Neste processo podemos destacar dois aspectos importantes:

1 - A formação dos funcionários no campo da identificação dos processos fotográficos, regras de manuseamento de provas e negativos, princípios de identificação de formas de deterioração, identificação e separação de nitratos, operações de limpeza, estabilização de negativos partidos, acondicionamento dos negativos e provas em novas embalagens e aplicação de um novo sistema de numeração às colecções.

2 - Instalações: o Arquivo está actualmente equipado com uma sala de depósito isolada com paredes duplas de aço e poliuretano, dispondo de um sistema climatizado que estabiliza a temperatura e humidade relativa nos valores desejados e o ar livre de poeiras e gases. Para além deste depósito central, o Arquivo possui ainda um depósito "sujo" para colecções não tratadas e uma sala frigorífica para os materiais mais frágeis.

Três laboratórios, dois para trabalhos de ampliação a preto e branco e côr e um para reprodução fotográfica, asseguram imagens de qualidade solicitadas pelo público, e a execução de fotografias para catálogos e exposições previstas no programa de actividades do Arquivo.

Finalmente, foi elaborado um plano anual de actividades com a intenção de delinear uma linha de actuação ou estrutura a partir da qual todo o Arquivo se desenvolvesse. Conciliar a vocação do Arquivo com as exigências de um serviço público de qualidade e as características de um espaço dinâmico que promovesse o gosto pela fotografia, foram os objectivos a alcançar. A primeira iniciativa interna de divulgação das imagens do Arquivo para o grande público e a única possível no quadro das condições então existentes, é logo feita em 1990 e 1991, com a publicação em colaboração com as Edições ASA dos livros Rocio Rossio, Terreiro da Cidade e Bellem Belém, Reguengo da Cidade.

Três anos mais tarde, o Arquivo Fotográfico inaugurou ao público nas novas e actuais instalações no dia 21 de Março de 1994, com a grande exposição "Provas Originais, 1858-1910". Obedecendo aos critérios definidos no plano anteriormente mencionado, esta exposição correspondeu ao resultado do trabalho de investigação anual das colecções do Arquivo e foi acompanhada da edição de um catálogo. As 272 provas seleccionadas para esta exposição estavam dispersas por vários núcleos do Arquivo e em muitos casos por inventariar. Resultado de vários anos de aquisições e doações, devido à ausência de meios humanos e condições adequadas de conservação, encontravam-se há largos anos acumuladas em armários fechados. Impressas na época do autor, com as condições técnicas de há cem anos, tinham permanecido no silêncio das gavetas, sendo muitas delas desconhecidas para o próprio Arquivo. Imagens de uma rara beleza, algumas encontravam-se já num avançado estado de deterioração, enquanto outras permaneceram quase inalteráveis à acção do tempo. O sucesso desta exposição levou o Arquivo Fotográfico a repô-la ao público no ano seguinte.

A exposição "António Novaes, 1903-1911" inaugurada em 21 de Novembro de 1996, foi também o culminar de um processo de dois anos de trabalho, que envolveu todos os sectores do Arquivo Fotográfico. Cumprindo um dos seus principais objectivos - preservação, divulgação e disponibilização ao público do seu espólio - a totalidade da colecção (673 negativos do formato 9 x 12, com suporte de nitrato de celulose), ficou acessível para consulta no mesmo dia em que a exposição foi inaugurada.

Desde 1994 até à data, o Arquivo realizou 22 exposições referentes às suas colecções ou sobre a obra de fotógrafos portugueses e estrangeiros. Pretende-se assim complementar o trabalho de divulgação e preservação das colecções, com a exibição de trabalhos significativos no panorama da fotografia.

No contexto da reestruturação global do Arquivo Fotográfico reiniciou-se uma política activa de detecção e aquisição de espólios. Importantes colecções vieram desde 1990 enriquecer o espólio do Arquivo: Espólio Eduardo Portugal, Marques da Costa, Amadeu Ferrari, Peixoto, Varvara, entre outros. Estas colecções, encontram-se actualmente em fase de tratamento e em breve serão disponibilizadas ao público.

A sala de leitura. O acesso à sala de leitura é feito depois do utilizador preencher uma ficha de leitor e de lhe ter sido entregue um pequeno questionário, de preenchimento facultativo, sobre a qualidade do atendimento e o funcionamento do sistema de pesquisa, que entregará à saída, se assim o desejar.

Na sala de leitura existem cerca de 80 mil fotografias disponíveis para consulta a qual é facultada pela base de dados - LISI, parametrização do programa Mini-Micro CDS/ISIS. A Sala possui 14 postos de consulta em simultâneo.

A base de dados que foi concebida\* pretende garantir uma descrição integrada da imagem do original, da colecção a que pertence e também do seu autor.

A descrição da imagem inclui uma legenda identificativa, o local onde foi obtida, a colecção a que pertence e outros campos que referem a bibliografia, exposições e eventuais direitos de autor. Corresponde assim a uma primeira fase de trabalho, onde se tenta identificar a própria fotografia, da qual se apresenta como exemplo uma das folhas de recolha de dados:

DOCBASE	BASE DE DADOS LISI DADOS DA IMAGEM
	NIM NÚMERO DA IMAGEM: _____ DATA DA IMAGEM: _____ CÓDIGO DE ESPÉCIE: _____
LEG LEGENDA: _____	
RUA/LOCAL: _____	
FREGUESIA: _____	
CIDADE: _____	
CONCELHO: _____	
PAÍS: _____	
BIBLIOGRAFIA: _____	
EXPOSIÇÕES: _____	
DIRºS AUTOR: _____	
OBSERVAÇÕES: _____	

< - Avançar

R - Recuar

M - Modificar

N - Novo Registo

X - Terminar

A - Apagar

C - Cancelar

T - Terminar reviso

\*\*\* Continua \*\*\*

MFN

29

\* Agradecemos a colaboração do Engº Rafael António

A descrição do original inclui o nome do seu autor, impressor, formato, números de referência e forma de acondicionamento. Destina-se esta descrição a indicar os vários aspectos relacionados com a arrumação, conservação e tratamento efectuados desde a entrada do original no Arquivo.

A colecção a que pertence a fotografia e o seu autor são outro conjunto de campos incluídos nesta base de dados, através da qual se pode referir também o custo de aquisição, proprietários anteriores, biografia e bibliografia do autor e exposições em que este participou.

Dado que é necessário garantir um controlo das reproduções requisitadas pelos leitores, foi criada uma ficha de identificação onde se registam as reproduções fornecidas. Estas reproduções são por sua vez, registadas individualmente, de modo a controlar o *stock* de existências.

Consegue-se através da base de dados LISI manter uma informação completa sobre toda a actividade do Arquivo Fotográfico, simplificando as tarefas de gestão. Este objectivo de gestão não poderia, no entanto, esquecer o seu objectivo principal de divulgação da memória fotográfica. Para tal efeito, definiram-se pontos de acesso que permitem a qualquer leitor realizar uma pesquisa e aceder aos originais através da visualização das respectivas imagens. O menu de pesquisa com ajuda disponível aos leitores do Arquivo, apresenta-se com a forma seguinte:

OPÇÕES DE PESQUISA	
A	AUTOR
L	LEGENDA
D	DESCRITOR
N	NAC
P	DATA
C	COLECÇÃO
O	LOCAL
I	Nº DA IMAGEM
G	LÉXICO GERAL
M	Modificar a expressão
S	Executar a pesquisa
B	Ver sequência
X	Terminar

Através deste menu, disponível nos terminais de acesso público, os leitores podem realizar uma pesquisa e visualizar o conjunto de imagens relativas às referências encontradas. Estas

imagens encontram-se no formato PCX e foram digitalizadas pelos técnicos do Arquivo Fotográfico, estando armazenadas em disco óptico.

Possuímos já cerca de 50 mil imagens digitalizadas. As outras imagens estão acessíveis por consulta manual. Os restantes espólios do Arquivo encontram-se em fase de tratamento, não estando, por isso, disponíveis à consulta do público.



Arquivo Fotográfico: sala de leitura

Depois de feita a pesquisa, o leitor pode obter impressões informáticas das imagens que pretende ou reproduções feitas nos laboratórios do Arquivo. O Arquivo Fotográfico possui até esta data cerca de 4.000 leitores permanentes. O atendimento personalizado é feito por licenciados em História, oferecendo um serviço público de qualidade.

Face ao enorme interesse demonstrado por escolas e outros organismos, o Arquivo Fotográfico recebe marcações para a realização de visitas de estudo. Estas visitas são feitas à segunda-feira, dia em que o Arquivo está encerrado ao público, de modo a não perturbarem os utilizadores da sala de leitura.

Nestas visitas é apresentado um vídeo sobre o Arquivo Fotográfico. Nele podem-se ver as áreas do Arquivo que não são visitáveis, como por exemplo os laboratórios e o depósito. Os visitantes veem como se faz a digitalização das imagens e como funcionam as bases de dados.

**B**iblioteca. O leitor que aceda à sala de leitura do Arquivo Fotográfico, espaço de estudo e trabalho, de entretenimento e realização cultural, encontra uma biblioteca com cerca de 1700 títulos (alguns em fase de tratamento), de fácil consulta e rápido acesso, cuja vocação primeira é fornecer ao leitor informação detalhada e actualizada sobre uma área específica - a fotografia.

Trabalhos de fotógrafos nacionais e estrangeiros, História da fotografia, processos de impressão e conservação, são alguns dos temas à consulta. Para que a informação seja actual, o Arquivo recebe regularmente catálogos de editores e livreiros que vão noticiando as novidades a adquirir.

Sendo uma biblioteca especializada, não pode deixar de incluir um conjunto de obras sobre assuntos afins ou relacionados, para além de obras gerais de referência. De entre

aquelas, destacam-se publicações no âmbito da olisipografia, referindo-se duas ordens de razão para tal: porque no vasto acervo de espécies fotográficas existente no Arquivo, Lisboa é objecto de eleição; porque este equipamento cultural é um dos muitos braços de uma administração municipal, fazendo sentido que queira dar a conhecer a sua História, as permanências e as mudanças, o que se escreveu e escreve sobre ela.

A biblioteca do Arquivo Fotográfico funciona também como apoio ou complemento informativo à pesquisa realizada na base de dados LISI, que contém as imagens digitalizadas e respectivas descrições. Refira-se que um número significativo de fotografias existente no acervo deste Arquivo integraram reportagens (no âmbito da vida política, social e cultural), ilustraram artigos, deram rosto a inúmeros acontecimentos. Mais ou menos antigos, fotógrafos como Joshua Benoliel, Mário Novaes, Marques da Costa e outros, editaram os seus trabalhos em diversos jornais e revistas, por exemplo, em *O Ocidente*, *Ilustração Portuguesa*, *Ilustração Moderna*, *O Século Ilustrado*, periódicos de que o Arquivo dispõe. Logicamente a biblioteca é também objecto de consulta por parte dos técnicos deste serviço que trabalham com as espécies fotográficas, seja para identificar, descrever, conservar ou fotografar, permitindo o conhecimento e rigor desejáveis, num espaço onde o mais importante são os leitores.



Publicações do Arquivo Municipal de Lisboa

Por não ser de âmbito geral, como o são, por exemplo, as bibliotecas da Rede de Leitura Pública, optou-se por uma biblioteca de acesso condicionado, isto é, o leitor não faz a pesquisa retirando os livros directamente das estantes, mas através de um catálogo automatizado, daí que o registo, catalogação e indexação exijam cuidado, precisão e método, de modo a que, pela leitura da descrição, o leitor possa identificar o conteúdo e escolher exactamente o que pretende.

A arrumação das obras (monografias e periódicos) faz-se de acordo com uma ordem sequencial de cotas e não segundo os habituais critérios de classificação por assuntos (esta metodologia faria sentido se outros grandes temas tivessem representação significativa, como a História, Geografia, Literatura, Religião, Astronomia... ) Procurou-se já deixar claro que não é esta a vocação.

Nos 14 postos de leitura, para além da base de dados LISI, o leitor pode seleccionar uma segunda - a ISBD - que constitui o catálogo automatizado da biblioteca. Tal como a LISI, a ISBD é desenvolvida no programa mini-micro CDS/ISIS, contendo um conjunto de opções de pesquisa ( por autores, títulos, colecção, descritores, data de publicação,



classificação) facilmente executáveis e em cada registo uma breve descrição normalizada da obra.

Por não ser uma biblioteca de livre acesso, o leitor, após registar as cotas que pretende (e que surgem no canto inferior esquerdo de cada registo), deve solicitá-las a um dos técnicos da sala de leitura, aguardando a sua entrega. A estes cabe acolher e auxiliar o leitor, de modo a dar forma ao pedido e obter a informação pretendida.

Existe à disposição um serviço de reprografia na própria sala de leitura. Obras raras, bem como aquelas cujas condições de conservação o não permitam, não se fotocopiam .

Com cerca de três anos de “ nova “ existência, o Arquivo Fotográfico tem visto crescer regularmente a sua biblioteca, propósito que vai procurar manter ( dando resposta às solicitações dos leitores e aceitando as suas sugestões), com particular atenção para os periódicos, de primordial importância numa biblioteca especializada, que se pretende actual no que diz respeito ao mundo da fotografia.

## Digitalização.

“A tecnologia digital não pode ser ignorada. Ela já se encontra entre nós.” O tratamento dos arquivos fotográficos está a mudar rapidamente devido à introdução das imagens digitais. Bibliotecas e arquivos têm acolhido entusiasticamente as novas tecnologias, que vêm permitir uma grande facilidade no acesso das colecções e reduzir os impactos negativos no manuseamento dos originais. Em tal linha de acção, se pode inserir o caso presente do Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa. Nos tópicos seguintes, passamos a descrever sucintamente o processamento global da digitalização.



Arquivo Fotográfico Municipal: digitalização.

### 1. Capturando a Imagem

A digitalização envolve a cópia de uma imagem positiva ou negativa com um *scanner* ou uma câmara digital que trata de converter a informação em imagens digitais compostas por *pixels* ordenados e de brilho variável.

### 2. *Scanner* plano

Os *scanners* planos são os mais comuns actualmente em uso. De certa forma, este tipo de *scanner* lembra as fotocopiadoras: a fotografia é colocada na superfície de vidro, baixa-se a tampa articulada, e o processo de reprodução digital começa.

Os benefícios do *scanner* plano são genericamente interessantes, senão vejamos: estão disponíveis a um preço relativamente baixo, rapidez na execução do trabalho, fácil funcionamento, altas resoluções e produção de imagens de qualidade.

Contudo, este sistema não é adequado para albúms fotográficos, volumes encadernados ou artigos frágeis. Também não pode ser esquecido que o tamanho do vidro não permite a digitalização de materiais que excedam a sua dimensão.

No que diz respeito à reprodução da imagem, a resolução é o factor mais importante na digitalização. A resolução espacial traduz-se no número de *pixels* que se encontrem numa imagem e pode ser expressa com número de *pixels* por polegada.

Quanto mais *pixels* por unidade, maior a definição e clareza da imagem. Mas tudo isto tem um reverso porque grandes arquivos requerem um maior espaço de armazenamento e necessitam de mais tempo na "devolução" da imagem.

Na fase actual dos conhecimentos informáticos, a maioria dos peritos de imagem concorda que a escolha deve incidir sobre a alta resolução das imagens, tendo em conta que os custos económicos do *hardware* baixam a todo o momento e a capacidade de armazenamento da informação não pára de aumentar. Os arquivos digitais são neste momento uma boa aposta de futuro.

### 3. Armazenamento da Informação

Os discos ópticos para fins de arquivo parecem ser uma boa escolha. Embora mais lentos do que os discos rígidos facilmente armazenam entre 500 MB e 1.000 MB (1 *gigabyte*).

O principal atractivo deste sistema é que o custo por *gigabyte* é muito mais baixo do que o dos discos rígidos ou das *cartridges*.

Qualquer pessoa que esteja familiarizada com os computadores no âmbito do texto, em que um arquivo com 500 *Kbytes* é enormíssimo, tem uma desagradável surpresa ao ver que uma só imagem lhe pode ocupar, por exemplo, 30 *Kbytes*. Ao contrário dos arquivos de texto que requerem um pequeno espaço de armazenamento, as imagens digitais facilmente atingem volumes da ordem dos 30/40 ou ainda mais *megabytes*. Para reduzir o espaço que estas ocupam, diferentes algoritmos de compressão foram desenvolvidos - uns implicam uma compressão sem perda de informação, noutras a compressão perde alguma informação, frequentemente não detectável à vista humana.

O actual desconhecimento da esperança de vida dos sistemas ópticos e o seu eventual atraso face à modernização é um tema que cada vez mais nos deve preocupar, a todos os que lidamos com estas novas tecnologias em constante transformação.

A longo prazo as instituições precisam de se capacitar que a reforma dos equipamentos é uma necessidade vital para que não se assista a situações concretas em que os materiais ficaram obsoletos e incapazes de ler informação.

**Núcleo de Conservação.** O Núcleo de Conservação tem como principal objectivo conservar e preservar o acervo fotográfico deste Arquivo. Conservar significa salvaguardar as colecções através da sua preservação, tratamento, documentação, etc. Preservar consiste em proporcionar a todas as espécies fotográficas um ambiente de temperatura e humidade relativa controlados e um acondicionamento adequado em materiais de boa qualidade, de modo a prevenir, minimizar ou estabilizar qualquer deterioração corrente.



Arquivo Fotográfico Municipal: limpeza dos negativos em vidro.

A necessidade de conservar e preservar o acervo fotográfico deste Arquivo impôs-se urgentemente após a descoberta de alguns casos graves de deterioração na colecção, tais como: negativos em chapa de vidro partidos com emulsão levantada ou deteriorada, negativos de filme em suporte de nitrato de celulose completamente misturados na colecção, negativos em acetato de celulose em avançado estado de deterioração e em contacto directo com outras espécies sãs, provas do século XIX sem quaisquer cuidados de preservação e abandonadas ao esquecimento, etc..



Arquivo Fotográfico Municipal: acondicionamento antigo dos negativos. Envelopes de Glassine.

A prioridade de conservar e preservar o acervo fotográfico foi uma das primeiras preocupações impostas pelo Arquivo no seu processo de reestruturação global iniciado em 1992.

O estado geral de conservação do acervo fotográfico deste Arquivo, enquanto depositado nas antigas instalações do Palácio da Rosa, era por si só muito preocupante, pois as colecções mantinham-se em ambientes de temperatura e humidade não controlados, em embalagens envelhecidas e de má qualidade e em mobiliário inadequado. Por outro lado, a existência de casos de deterioração encontrados no interior das colecções aumentava ainda mais o risco de perda de certas imagens únicas do passado de Lisboa. Os casos mais graves diziam respeito a negativos de vidro partidos, deteriorados ou com a emulsão descolada do suporte e a negativos de película de acetato de celulose que se encontravam em avançado estado de deterioração junto das outras espécies



Arquivo Fotográfico Municipal: instalações no Palácio da Rosa.

fotográficas e libertando nelas os odores resultantes da sua decomposição química. Também os negativos de película de nitrato de celulose, embora em número mais restrito, constituíam uma ameaça para a colecção, por se tratarem de materiais altamente inflamáveis e quimicamente instáveis e por isso mesmo fáceis de causar danos irreparáveis. Outro caso que também apresentava certas preocupações, respeitava a um conjunto de provas do século XIX, precariamente disperso pelos vários armários do Arquivo e sem qualquer meio de protecção considerável. Mediante tudo isto, havia que actuar rapidamente em favor da conservação destes valiosos materiais.

A constatação desta realidade veio reforçar ainda mais a ideia de um projecto de preservação fundamentado num grupo de técnicos especializados e num conjunto de materiais e equipamentos indispensáveis à sua conservação. Assim se constituiu uma equipa de trabalho, com formação especializada em conservação de fotografia, nomeadamente em Rochester (Nova Iorque, Estados Unidos), de forma a intervir rápida e eficazmente nas necessidades presentes do Arquivo e na salvaguarda deste património histórico-iconográfico da cidade de Lisboa.

Este grupo consta actualmente de 8 funcionários: 1 director e 2 conservadores de fotografia, 1 técnico de restauro, 1 técnico de arquivo e 3 técnicos auxiliares, aos quais o Arquivo tem vindo a proporcionar pequenos cursos de formação específica na área.

A equipa começou a actuar ainda no Palácio da Rosa e continua actualmente o seu trabalho nas novas instalações, tentando diariamente melhorar as condições físicas das espécies



Arquivo Fotográfico Municipal: identificação dos processos fotográficos.

mais danificadas e renovar o acondicionamento geral das colecções do antigo acervo do Arquivo, bem como o das mais recentes aquisições.

O plano de intervenção, do qual o grupo de conservação se tornou responsável, compreendeu as seguintes acções de trabalho: inspecção, reorganização, limpeza, tratamentos e novos acondicionamentos para as diversas espécies fotográficas.

De acordo com este plano, foram pensadas as seguintes etapas de trabalho a realizar e que se têm vindo a desenvolver:

36

#### 1. Na colecção de negativos

- identificação dos negativos por suporte;
- reunião dos negativos por grupos de suporte: vidro, película em nitrato de celulose, película em diacetato de celulose, película *safety* e película a cor;
- separação imediata dos negativos em suporte de nitrato;

- separação imediata dos negativos (em diacetato de celulose ou outros) deteriorados;
- organização dos negativos por colecções de fotógrafo/coleccionador/doador;
- limpeza dos negativos (remoção de poeiras e outros tipos de sujidade, colas, fita-colas, etc);
- estabilização dos negativos de vidro partidos e dos negativos de vidro com emulsão descolada (consolidação com cola de gelatina animal e protecção por intermédio de uma sanduiche de vidros intactos selados com fita adesiva neutra);
- substituição da embalagem antiga de papel ácido (envelope de glassine) por novas em papel pH neutro (envelope de 4 abas);
- atribuição do NIM (novo *Nº de Imagem*) a cada negativo, e inscrição a lápis no canto superior direito do envelope; Este NIM é composto por um alfa numérico de três letras do nome do fotógrafo/coleccionador e doador e de uma numeração própria;
- acondicionamento dos negativos de vidro em caixas metálicas e dos negativos de filme em caixas de cartão pH neutro, devidamente identificadas no exterior pelo nome da colecção (fotógrafo/coleccionador e doador) com a referente numeração;
- acondicionamento final das colecções em armários metálicos do depósito “limpo”.



Arquivo Fotográfico Municipal: depósito “limpo”.

## 2. Na colecção de provas

- identificação dos processos fotográficos;
- criação de grupos de acordo com o processo fotográfico: albuminas, papeis directos de gelatina, de colódio ou mate colódio, papeis de revelação, etc.;
- limpeza das provas (remoção de poeiras e outros tipos de sujidade, colas, fita-colas, *clips*, etc.);
- restauro das provas danificadas (rasgadas, furadas, descoladas, com perdas parciais, etc.) utilizando papel japonês e colas não ácidas (de amido ou PVA);
- selecção das provas que não possuem negativos para reprodução;
- preparação de uma embalagem individual para cada espécie;
- acondicionamento das provas (a determinar consoante a colecção) em *passepertout*, bolsas de poliéster ou encapsulamento;
- atribuição e inscrição do NIM no acondicionamento determinado a cada prova;
- acondicionamento secundário em caixas de cartão de pH neutro;
- arrumação final das caixas de provas nos armários metálicos do depósito “limpo”.

37

Durante o prosseguimento destas tarefas, todos os dados respeitantes à atribuição do NIM, à identificação do autor e da colecção e aos tratamentos de conservação efectuados, são automaticamente informatizados para a *Ficha de Recolha de Dados* da rede geral do Arquivo.

O Núcleo de Conservação desenvolve ainda sobre a sua responsabilidade as seguintes acções:

- supervisão periódica do estado de conservação das colecções já arquivadas;
- supervisão do sistema de controle de ambiente do depósito "limpo", nomeadamente a verificação dos gráficos de temperatura e humidade relativa;
- preparação das exposições do Arquivo, nomeadamente a abertura de *passpartouts* para as provas a expôr e respectiva montagem nas molduras;
- condução dos pedidos de fotografia dos leitores para os laboratórios, e após a sua reprodução, o retorno desse material fotográfico ao depósito "limpo";
- apoio às visitas escolares e institucionais (conhecimento do departamento e aproximação dos princípios gerais de conservação utilizados pelo Arquivo).
- realização de *workshops* sobre determinadas áreas da conservação de fotografia, tais como princípios mínimos de conservação, técnicas de restauro, técnicas de montagem, etc;
- formação temporária a estagiários do país e estrangeiro, por períodos de 3, 6 ou 12 meses.

O Núcleo de Conservação participa ainda em congressos nacionais e internacionais com trabalhos seus e procura estar sempre informado das actualizações na prática da conservação de fotografia.

## Exposições e Workshops.

A Colecção António Novaes. Em Outubro de 1991 deu entrada no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa o espólio de Eduardo Portugal, na posse da família do fotógrafo desde a sua morte, em 1958. Constava de milhares de caixas de negativos de vidro e película, provas, álbuns de fotografia, livros, aparelhos fotográficos, blocos de apontamentos e correspondência. Para além das fotografias realizadas pelo próprio fotógrafo, este vasto conjunto continha uma valiosa colecção de fotografias do século XIX e inícios do século XX, na sua maioria imagens da cidade de Lisboa, que Eduardo Portugal, com o seu espírito metucioso, colecionara e catalogara durante toda a vida.



Espectadores nas corridas de Valada.  
Valada, Santarém. 18 de Março de 1906

38

Quando inventariámos esta colecção, em 1992, encontrámos uma caixa de madeira que continha seiscentos e setenta e três negativos do formato 9x12cm, com suporte de nitrato de celulose já muito fragilizado, na sua maioria bastante amarelecidos e desvanecidos, alguns já inutilizados. Posteriormente foram encontrados mais negativos, o que eleva o

total para cerca de setecentos. Os negativos eram o registo de reportagens que mostravam reuniões sociais, festas, acontecimentos políticos e desportivos, destacando-se as figuras dos Reis D. Carlos e D. Manuel II. Muitos encontravam-se datados (entre 1903 e 1911), legendados no próprio negativo e assinados pelo autor, o fotógrafo António Novaes.

O estado de conservação desta colecção requeria uma intervenção rápida, já que o suporte plástico dos negativos, em nitrato de celulose, é instável e decompõe-se, o que conduz inevitavelmente à sua destruição. Era necessário proceder à duplicação de todos os negativos para um suporte de poliéster, muito mais estável, à renovação de todas as embalagens de arquivo de má qualidade e em mau estado, e fazer a catalogação das imagens sem perder a informação inscrita nos envelopes originais.

Por outro lado, o ineditismo deste conjunto incitava-nos a fazer a sua divulgação por meios poderosos, com uma grande exposição acompanhada de um bom catálogo, que pudesse publicitar e fomentar a utilização por parte do público de tão interessante conjunto de fotografias. Foi decidido que os tratamentos de conservação, a catalogação, a exposição e a edição de um catálogo seriam realizados como um todo indissociável, ou seja, não haveria divulgação antes dos tratamentos de conservação estarem terminados. Estes trabalhos tiveram início em Novembro de 1994. A presente exposição e catálogo é o culminar deste processo de dois anos de trabalho. A partir deste momento, este conjunto está salvaguardado para gerações futuras e também está devidamente catalogado e à consulta do público na sala de leitura do Arquivo Fotográfico da CML.



Exposição António Novaes.  
Arquivo Fotográfico Municipal, Novembro de 1996

Esta colecção de negativos vem revelar e valorizar um foto-repórter pouco conhecido. De facto, entre os vários repórteres fotográficos que têm o seu trabalho publicado nas revistas e jornais dos princípios do século XX, António Novaes, é talvez, aquele que está mais deficientemente representado, pois as fotografias publicadas não nos dão a verdadeira dimensão do seu trabalho, nem toda a personalidade do seu olhar. Talvez as suas imagens fossem utilizadas apenas como complemento do trabalho de Joshua Benoliel, então o mais prestigiado de todos os foto-repórteres. As fotografias de Novaes, publicadas na imprensa da época, raramente ultrapassam a mera cobertura do acontecimento mundano ou político e não deixam transparecer o cunho pessoal do autor, tão evidente nas imagens de outros fotógrafos. Resumir o fotojornalismo português dos inícios do século a um



Exposição António Novaes.  
Arquivo Fotográfico Municipal, Novembro de 1996.

autor é uma injusta simplificação, apenas explicada pelo desconhecimento do trabalho de outros fotógrafos.

Ao longo do percurso desta exposição, organizado cronologicamente em três grandes períodos - reinados de D. Carlos, e de D. Manuel II e implantação da República - podemos observar que as fotografias de Novaes se dividem em dois grupos: os acontecimentos oficiais, como as chegadas e partidas de convidados reais; e os acontecimentos sociais, como as *garden parties*, as gincanas de automóveis, os duelos de esgrima e o ténis.

É sobretudo nestes últimos que a forma de olhar os acontecimentos de António Novaes se apresenta como inovadora e muito pessoal, sobretudo é uma visão espontânea. Na primeira década deste século, Novaes tem a faculdade de passar despercebido nos meios sociais onde se encontra e que fotografa e parece não interferir com os acontecimentos que se desenrolam à sua frente.



Exposição António Novaes.  
Arquivo Fotográfico Municipal, Novembro de 1996.

Ele consegue mostrar sem ser visto. As pessoas não assumem poses estudadas, tão características desta época, nem estão a olhar para a máquina fotográfica fixamente; encontram-se naturalmente como se o fotógrafo não estivesse presente. E assim temos a noção de que percebemos exactamente como era o ambiente destas reuniões sociais, a distribuição das senhoras pelas galerias, a postura dos homens quando se sentam a fumar charuto ou à espera que os automóveis passem pela tribuna. A forma como encontramos o Rei a jogar ténis ou a disparar aos pombos é tão evidentemente natural e próxima que o espectador sente que passou por lá.

Novaes apresenta-nos mais visões de conjunto do que planos aproximados, mantendo uma certa distância em relação ao assunto. O facto de, em alguns casos, as pessoas fotografadas se encontrarem tremidas, reforça a ideia de que Novaes não pousava a máquina nem preparava as cenas. Isto é notório na espontaneidade que as imagens apresentam.

40

Outra característica da personalidade de Novaes é que ele não é fotógrafo de rua. Não lhe conhecemos fotografias de deambulações, à procura do seu modelo num banco de jardim ou a refrescar-se junto de uma fonte. As reportagens apontam sempre objectivos bem



precisos: ele sai com a máquina fotográfica para cumprir uma missão e vai ao encontro do seu objectivo. Nas mais diversas situações, revela-se um observador atento, não se prendendo a pormenores nem ao acontecimento fugidío e instantâneo, antes concentrando-se no ambiente geral.

Com esta exposição do fotógrafo António Novaes, o Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa dá continuidade ao projecto cultural que tem vindo a desenvolver desde a abertura ao público em Março de 1994 e espera contribuir para o estudo da obra deste fotógrafo.

**Workshops.** A sala de leitura organizou em Maio de 1996 um *workshop* com o tema “A área da tua escola noutros tempos”. Estas sessões eram destinadas a alunos dos 5º e 6º anos de escolaridade. Convidámos assim, várias escolas da área de Lisboa. Este tipo de sessões vai continuar neste ano, novamente em Maio. “Os Reis de Portugal” serão o tema escolhido para o *workshop* da Sala de Leitura.

O sector de conservação organizou em Junho de 1996 dois *workshops*, sob o tema, “B - A - BA da Conservação de Fotografia”. Esta acção destinava-se a todas as pessoas que possuíam fotografias e as pretendiam conservar. Durante este ano vamos continuar a realizar este tipo de acções, estando já programado um *workshop* sobre conservação de negativos em vidro.



*Workshop de iniciação à fotografia.*

O imposto municipal do  
“Marco dos Navios”:  
uma introdução  
histórico-documental.

---

Francisco Matos

**P**erspectiva historiográfica. Desconhecendo-se documentalmente a época da instituição desta fonte de rendimentos da edilidade lisboeta, sabe-se, no entanto, que já existe desde o séc. XV, segundo o registo contido num alvará régio de D. João I, de 9 de Janeiro de 1406<sup>1</sup>, diploma jurídico responsável por uma estruturação organizacional deste imposto municipal, quanto à sua forma legal e meios de satisfação de pagamentos - o que anteriormente não se efectuava, reflectindo-se exemplificativamente no facto de uma designação oficial adequada nem sequer existir.

Tal contributo - cuja postura municipal reguladora era a mais antiga de todas as relativas aos impostos camarários<sup>2</sup> -, pago pelo ancoramento de todos os navios nacionais ou estrangeiros no porto de Lisboa<sup>3</sup> e cobrado como se de uma renda régia se tratasse<sup>4</sup>, consistia então no pagamento de um marco de prata (cerca de 2\$080)<sup>5</sup> por cada navio com mais de 100 toneladas, em partes iguais pelo seu proprietário e pelo respectivo fretador, na viagem de escala. Quanto às embarcações de tonelagem inferior, seriam tabeladas em soldos por cada libra do seu peso<sup>6</sup>.

Este procedimento foi ratificado como exclusivo da Câmara Municipal por D. João II nas Cortes de Santarém de 1456, e ainda que os próprios navios da Coroa não usufríssem de isenção fiscal neste caso particular, este monarca conseguiu que, através dos seus oficiais representantes, se chegasse a um compromisso com a autarquia, no sentido de cada embarcação do Estado pagar 400 reis de ancoramento na Ribeira<sup>7</sup>, bastante menos que a taxa oficial.

---

<sup>1</sup> A principal fonte bibliográfica consultada para a enunciação desta perspectiva é Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Typographia Universal, Lisboa, 1932, 1ª reimpressão, vol. I, 1ª parte, pp.127, 180-183.

<sup>2</sup> Ver Borges Carneiro, *Resumo Cronológico das Leis*, tomo I, cit. in Eduardo Freire de Oliveira, *op.cit.*, 1ª reimpressão, vol. I, 1ª parte, p.181;

Ver *Livro das Posturas Antigas*, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa / Chancelaria da Cidade - códice C1, fls. 58v-59; ver Maria Teresa Campos Rodrigues, *Livro das Posturas Antigas*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1974, pp. 161-163.

<sup>3</sup> Ver *Livro II do acrescentamento dos regimentos dos officios mecanicos*, fl 220 v e segs. ref. in Eduardo Freire de Oliveira, *op.cit.*, 1ª reimpressão, vol. I, 1ª parte, p.181, nota 1.

<sup>4</sup> Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, idem, nota 2.

Ver *Livro dos Pregos*, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa / Chancelaria da Cidade - códice 45, fls. 58 ft. e v., alvarás de D. João I, 24 e 25 de Junho de 1422.

Ver *Livro 4º de Reis*, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, Paços do Concelho/ Chancelaria da Cidade - códice 49, fls. 138 ft. e v.

<sup>5</sup> Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1908, vol. XVI, 1ª parte, p.18, nota.

<sup>6</sup> Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1ª reimpressão, vol. I, 1ª parte, p.180.

<sup>7</sup> Ver idem, *op. cit.*, 1885, vol. II, 1ª parte, p.407.



Vista geral da cidade de Lisboa (gravura do séc. XVIII).

Com D.Manuel I, processaram-se algumas alterações neste relacionamento institucional específico, embora o princípio fiscal se mantivesse válido. Com efeito, o Rei prontificou-se a satisfazer, através de um rendeiro, a importância do tributo que o Estado devia à autarquia já desde há algum tempo, vindo-se a estender este direito às embarcações e armadas contratadas ao serviço régio, além das que eram propriedade vinculada da Coroa. Mais tarde, o mesmo soberano obriga-se ao dever do imposto, pagando uma anuidade pelos navios reais que ancorassem em Lisboa <sup>8</sup>.

Por uma profunda lacuna da documentação receiptuária do imposto é praticamente impossível conhecer a sua evolução nos sécs. XVI e XVII e grande parte do séc. XVIII <sup>9</sup>. Sabe-se, apesar de tudo, que é em 1689 que se despoleta a polémica das remunerações do Juiz do Marco, funcionário municipal superior responsável pela supervisão máxima da

<sup>8</sup> Ver carta padrão de tença de 21000 reis de 2 de Julho de 1515, in *Livro de Juros*, fl. 164, cit. in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1885, vol. II, 1ª parte, pp. 407-409, nota.

<sup>9</sup> Por vicissitudes várias, os Livros do Marco desapareceram. Sabemos da existência de um deles, pelo menos no final do séc. XV (1489), relativo aos navios das rotas comerciais da costa ocidental africana, que aportavam a Lisboa, e dos regimentos dos ofícios no séc. XVII, levados para Espanha por ordem do Conde-Duque de Olivares, despótico ministro de Filipe IV de Espanha e III de Portugal e jamais regressados ao nosso país após a Restauração da Independência em 1640; ver respectivamente *Livro das Posturas Antigas*, fl. 71 (ed. C.M.L., Lx, 1974, p. 197) e Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1908, vol. XVI, 1ª parte, p. 16, nota.

regularidade jurídico-administrativa daquele provento fiscal junto do Senado da Câmara.

Evidenciando-se que já antes desta data e desde época recuada que o Juiz do Marco percebia os 20% pagos por cada navio aportado em Lisboa - apesar da perda de certos livros da Câmara aquando da dominação espanhola <sup>10</sup> -, o Senado Municipal propôs ao Rei D. José I o provimento desta questão, concretizada a 18 de Novembro de 1754, por arrematação do cargo, passando os respectivos direitos integralmente para o Município e recebendo o Juiz 800\$000 por ano. Este processo de arrematação permitiria teoricamente uma fiscalização mais eficaz, custos mais económicos e uma maior regularidade e definição das rendas camarárias durante o período de duração do contrato de arrematação.

Algum tempo antes, D. João V proveu a 5 de Dezembro de 1743, após consulta prévia do Senado, que o valor comum do marco de prata (5\$600 na época) fosse regularmente pago à Câmara, o que conduziu a uma quase duplicação virtual dos rendimentos municipais deste tributo, bem como dos do cargo de Juiz do Marco <sup>11</sup>.

Já no séc. XIX, a eficiência fiscal do tributo é colocada em causa, de tal modo, que, apesar das alegações e protestos da Junta da Fazenda da Cidade, o Senado leiloou os direitos de cobrança municipal da renda do Marco dos Navios a 23 de Maio de 1823, sendo arrematado contratualmente por três anos - tal como acontecia quanto ao cargo do Juiz do Marco, pelo menos desde os meados da centúria anterior <sup>12</sup> - justificando-se com a ambiguidade dos rendimentos mais recentes e os elevados custos inerentes à sua colecta <sup>13</sup>.

Na reforma administrativa de 1834, assimilaram-se numa só repartição as três Mesas reunidas das Novas Licenças, Marco dos Navios e Imposto dos Carros, sendo designada desde 30 de Junho de 1843 Mesa da arrecadação dos impostos municipais <sup>14</sup>. Finalmente, pelo Decreto de D. Maria II, de 17 de Dezembro de 1836, a Câmara perdeu definitivamente os direitos da cobrança deste imposto que detinha havia mais de quatro séculos <sup>15</sup>.

**P**erspectiva arquivístico-documental. O conjunto documental em análise é composto de 199 volumes, abrangendo o período cronológico decorrente de 1769 até 1837. Subdivide-se em quatro sectores, respectivamente relativos às entradas dos navios portugueses

---

<sup>10</sup> Ver nota anterior.

<sup>11</sup> Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1908, vol. XVI, 1ª parte, p.18, nota 20.

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, p.18, nota.

<sup>13</sup> Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1932, 1ª reimpressão, vol. I, 1ª parte, pp.181-183.

<sup>14</sup> Ver *Mesa de arrecadação dos impostos municipais - officios e informações (1822-1844)*, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa /Miscelânea, pasta 63, documentos 13 e 22.

<sup>15</sup> Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1932, 1ª reimpressão, vol. I, 1ª parte, p.183, nota 2.

provenientes das colónias ultramarinas existentes nos continentes africano, asiático e americano (60 volumes, 1772-1834)<sup>16</sup>; ao trânsito de embarcações nacionais e estrangeiras no porto de Lisboa (2 volumes, 1834-1836); à entrada de navios de diversas proveniências (72 volumes, 1769-1837); e ao registo exclusivo de receitas fiscais provenientes deste imposto municipal (65 volumes, 1772-1834).

Arquivisticamente, este acervo é descritível como sendo detido pelo Arquivo Municipal de Lisboa, pertencendo ao grupo de arquivos de Administração Local e integrado no Fundo documental produzido pela Câmara, constituindo uma série da subsecção de contribuições municipais da secção de impostos<sup>17</sup>.

Com vista à realização deste artigo, procedeu-se à selecção de uma amostragem significativa do total do acervo (cerca de 20 %, isto é, 43 de entre os 199 volumes), demonstrativa da evolução sistemática da sua tipologia interna, quanto às continuidades e alterações verificadas<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> O códice 3, respeitante a 1777, encontra-se desaparecido.

<sup>17</sup> Ver José Mariz, *Quadro de classificação dos arquivos municipais (versão definitiva)*, Instituto Português de Arquivos, Lisboa, 1989.

<sup>18</sup> Consultaram-se os seguintes volumes:

a) *Livros de entradas dos navios portugueses:*

Códice 1 - Anos 1772-1775;  
Códice 19 - Anos 1792;  
Códice 30 - Anos 1803;  
Códice 32 - Anos 1805;  
Códice 33 - Anos 1806;  
Códice 34 - Anos 1807-1808;  
Códice 35 - Anos 1809;  
Códice 36 - Anos 1810;  
Códice 37 - Anos 1811;  
Códice 38 - Anos 1812;  
Códice 39 - Anos 1813;  
Códice 41 - Anos 1815;  
Códice 60 - Anos 1834;

b) *Livros 1º e 2º do movimento dos navios nacionais e estrangeiros no porto de Lisboa:*

Códice 61 - Anos 1834-1835;  
Códice 62 - Anos 1835-1836;

c) *Livros das entradas do marco dos navios:*

Códice 63 - Anos 1769-1770;  
Códice 63A - Anos 1770;  
Códice 63B - Anos 1771;  
Códice 64 - Anos 1772;  
Códice 65 - Anos 1775

Códice 70 - Anos 1778;  
Códice 71 - Anos 1779;  
Códice 94 - Anos 1802;  
Códice 95 - Anos 1803;  
Códice 96 - Anos 1804;  
Códice 101 - Anos 1809;  
Códice 102 - Anos 1810;  
Códice 104 - Anos 1811;  
Códice 106 - Anos 1813;  
Códice 120 - Anos 1826;  
Códice 129 - Anos 1834;  
Códice 130 - Anos 1835.

d) *Livros de receita do marco:*

Códice 131 - Anos 1772  
Códice 134 - Anos 1775-1776;  
Códice 141 - Anos 1782;  
Códice 161 - Anos 1802;  
Códice 162 - Anos 1803;  
Códice 166 - Anos 1807;  
Códice 169 - Anos 1810;  
Códice 175 - Anos 1816;  
Códice 183 - Anos 1823;  
Códice 185 - Anos 1825;  
Códice 195 - Anos 1834.



Navios franceses no Tejo (gravura do séc. XVII).

Verificou-se assim que os 24 primeiros códices (1772-1798) dos *Livros de entradas dos navios portugueses* apresentam os seus registos ordenados cronologicamente numa base teoricamente diária e em cadernos de papel branco encadernado de pergaminho (até ao códice 60, de 1834), registando em cada página a declaração da data de chegada a Lisboa, origem do navio e nome do seu respectivo mestre, quantidades de mercadorias a bordo determinadas em medidas de peso (arrobas, quintais, libras, arratéis, quilos) ou em unidades transportadas à peça (couros, pipas, barris, barricas, moios, sacas) e ao fundo a referência da data de despacho e o peso total da carga em toneladas. Especifique-se que no caso do códice 1 (1772-1775) existe uma situação de cronologia paralela, cuja justificação não nos foi possível apurar: sucedem-se registos de entradas nos períodos de 2 de Janeiro a 24 de Novembro e de 4 de Janeiro a 29 de Dezembro de 1773, bem como de 7 de Janeiro a 21 de Novembro e de 19 de Janeiro a 12 de Dezembro de 1774.

Nos códices 25 a 29 (1798-1802), o papel passa a ser azulado e selado ao centro e ao alto da folha - sendo cada uma destas composta por quatro páginas - com a heráldica régia tardo-barroca típica do período da transição dos sécs. XVIII / XIX e a divisa "cauza publica" e o emolumento de 10 reis, encontrando-se os registos marginados - o que reflecte um maior cuidado burocrático com a normalização desta tipologia fiscal. De 1803 a 1804 (códices 30 e 31), o selo transita para o canto superior direito e o papel é novamente branco e

desmarginado, ao passo que de 1805 a 1811 (códices 32 a 37), o papel é novamente azul e sem margens, voltando a ser selado em 1812 (código 38) e mantendo a ausência de margens. Por outro lado, de 1813 a 1834 (códices 39 a 60), o papel é simplesmente branco.

Um aperfeiçoamento informativo-organizacional ainda mais nítido encontra-se presente desde 1809 (código 35) com a atribuição de um número de despacho (presente nos Livros de entradas e receitas) a cada navio entrado no porto de Lisboa, assim como desde 1815 (código 41) se inicia a discriminar a escala de destino na mesma nota de despacho. Neste momento, será conveniente referir que cada código apresenta na primeira e na última páginas, respectivamente, um termo de abertura e um outro de encerramento, encontrando-se ambos datados do mesmo momento em que o código é utilizado, inicialmente especificando o primeiro a utilidade funcional do volume e mencionando o segundo a numeração total de páginas autenticamente rubricadas pelo funcionário municipal responsável - em todos os 199 volumes.

Já os códigos 61 e 62 (*Livros 1º e 2º do movimento dos navios nacionais e estrangeiros no porto de Lisboa*, de 1834-1835 e 1835-1836), de dimensões menores e encadernações cartonadas e com aspecto de livro de actas, apresentam uma constituição perfeitamente distinta face aos aqui analisados, por serem de outra natureza: cada duas páginas abertas formam um quadro de linhas horizontalmente legível com a categorização pormenorizada do tema em epígrafe - definem-se as bandeiras (ou nacionalidades dos pavilhões náuticos) dos navios, os seus nomes, data de entrada pela praça do porto de Lisboa (dia, mês e ano), quantidade de dias de viagem, nome do capitão, carga transportada na entrada e respectivo destinatário, data da saída por despacho da Mesa do Marco (dia, mês e ano), porto de destino e respectiva carga de transporte.

Segue-se um novo conjunto distinto de códigos (63 a 130B), de 1769 a 1837, que se refere aos despachos das entradas dos navios eminentemente estrangeiros no porto de Lisboa. Apresentam encadernações de couro com correias e gravações fitomórficas, geométricas e heráldicas repetidas nas capas, variando ligeiramente de dimensões (embora nitidamente maiores que os demais até aqui referidos), sendo inicialmente o suporte dos registos em papel branco não selado e desmarginado, mencionando-se o nome do capitão e o do navio, a carga que transporta e o número de dias de navegação até à chegada de Lisboa, o porto de destino e a respectiva carga, tonelagem da embarcação, os emolumentos fiscais pagos em reais e a data de despacho de Lisboa no "*dito dia*" (sic) (código 63, 1769-1770).

48

É ainda neste mesmo volume que se assiste ao surgimento de uma categoria fiscal excepcional: a franquia ou isenção do pagamento da taxa tributária do marco naval, acompanhada da dispensa de declaração da carga que transporta à chegada a Lisboa - aqui verificada pela primeira vez a 10 de Fevereiro de 1769. Apesar de se desconhecer a motivação e os parâmetros justificativos da requisição de franquia, sabe-se que a primeira ocasião em



que surge uma referência alusiva é numa postura municipal de 15 de Novembro de 1512 que confirma um acordo de isenção fiscal portuária mútua entre Lisboa e a vila galega de Pontevedra - anteriormente firmado por carta de 16 de Fevereiro do corrente ano<sup>19</sup>.

Só relativamente mais tarde, em 1772 (códice 64), é que assistimos ao aparecimento de dois importantes reflexos de uma maior sofisticação administrativa: o surgimento da percentagem específica de 20% face ao fretamento e à tonelagem do navio, bem como a especificação de cada item, devidamente datado ao alto, da nacionalidade na margem esquerda e do emolumento pago pelo despacho exarado na direita.

Se em 1778 (códice 70) desaparece a referência às tonelagens, em 1803 (códice 95) ressurgem o papel selado azulado de 20 reis no canto superior direito (que desaparece no ano seguinte - códice 96 - para reaparecer em 1811 - códice 104) e a referência da nacionalidade do navio é substituída pela localidade (ou porto) de saída - permitindo um maior controle dos itinerários marítimos das embarcações e preterindo-se a informação do seu pavilhão de origem.

O conjunto seguinte (códice 131 a 195) abrange o período de 1772 até 1834 e respeita aos volumes de registo da receita municipal do Marco dos Navios, encontrando-se constituída de forma análoga aos Livros anteriormente analisados: alguma variação de dimensões dos suportes físicos, encadernações a couro, termos de abertura e de encerramento datados (dia, mês e ano), especificação do nome do comandante e do navio, bem como o montante pago em reis. Apesar de o papel selado ter aqui um surgimento esporádico em 1803 (códice 162), importa focar particularmente o aparecimento contabilístico de duas colunas para as receitas em papel e metal, em 1816 (códice 175) - aspecto sintomático do controle financeiro, face à importância crescente que a circulação fiduciária adquiria na economia nacional.

Finalmente, dado este conjunto de documentação absolutamente original carecer inteira e indubitavelmente de qualquer validade legal e constituir uma fonte imprescindível para a elaboração de estudos de divulgação académica e investigação universitária da História sócio-económica do Município de Lisboa, seria conveniente a sua inventariação informática, microfilmagem integral objectivada para uma preservação mais segura e uma consulta mais acessível, bem como uma melhor acomodação e limpeza sistemática, minuciosa e cuidadosa dos volumes e respectivos locais, perspectivando-se a sua conservação face às condições termo-atmosféricas e aos parasitas bibliófagos.

---

<sup>19</sup> Ver *Livro das Posturas Antigas*, fls. 107-108 (ed. C.M.L., Lisboa., 1974, pp. 296-299).

Inventário do Espólio de  
Cassiano Branco

---

Helena Neves

## Breve nota biográfica.

Cassiano Branco nasceu em Lisboa no ano de 1897.

Aos 15 anos fez a sua primeira matrícula na Escola de Belas Artes de Lisboa. Durante o tempo que a frequentou, manifestou-se um aluno irrequieto e irreverente, o que lhe valeu, além de algumas reprovações, a sua suspensão das aulas por um período de 4 dias.

Paralelamente aos estudos, trabalhou em várias actividades, dispersão que não lhe permitiu diplomar-se antes de 1932, já com 35 anos.

Os seus primeiros trabalhos são no entanto anteriores a esta data, como são exemplo as alterações por ele projectadas para o Coliseu de Lisboa, alterações ao Éden Teatro, projectos de armazéns em Angola ou o projecto de Urbanização da Costa da Caparica, que data de 1930.

Em 1933, concorre ao lugar de professor de Desenho de Arquitectura na EBAL, o qual veio a ser ocupado pelo Arqt<sup>o</sup> Cristino da Silva.

A irreverência por ele já anteriormente assumida, não lhe facilitou o acesso a projectos para obras públicas, pelo que desenvolveu a sua actividade profissional, respondendo principalmente a encomendas privadas.

Este facto não foi no entanto impeditivo de manifestar a sua reconhecida criatividade, patenteada nomeadamente em variadíssimos prédios de rendimento espalhados por Lisboa.

Os poucos projectos de urbanismo por ele apresentados, não tiveram aceitação, pelo que nunca se concretizaram.

Além de projectos de arquitectura, Cassiano Branco desenvolveu também alguns estudos teóricos, razoavelmente documentados no seu espólio.

Em 1969, apresenta os seus últimos projectos: projecto final da Estação Fronteiriça de Galegos; projecto para os CTT de Portimão; projecto para um prédio de rendimento na Rebelva.

Morre em 1970, a 24 de Abril.

## Metodologia de tratamento.

O arquivo particular deste arquitecto foi adquirido pela CML em 1990.

A documentação chegou em maços e rolos (vegetais), por vezes acompanhados de lista descritiva do seu conteúdo. Um olhar atento permitiu facilmente concluir sobre a não

originalidade da sua organização que no entanto foi respeitada e registada.

A classificação que lhe foi posteriormente atribuída inspirou-se não tanto nas tipologias documentais, mas principalmente nas diferentes tipologias arquitectónicas representadas, procurando deste modo garantir a percepção dos diferentes projectos documentados, bem como captar o sentido da sua evolução.

Resulta daqui uma classificação temática, cujas séries documentais respeitam o projecto arquitectónico individualmente, razão pela qual reúnem todos os documentos (escritos e iconográficos), relativos ao mesmo projecto.

A documentação de carácter privado e aquela com características técnico-científicas ou académicas, foi considerada em secções distintas, constituindo-se nestes casos séries que respeitaram, aqui sim, as diferentes tipologias documentais presentes.

Dispensamo-nos por agora de fazer uma referência particular a cada secção e a cada série, uma vez que elas serão apresentadas individualmente.

Os documentos deste fundo foram catalogados peça a peça e a cada um foi atribuída uma cota indicadora da unidade de instalação onde o documento se encontra, da secção e da série a que pertence, bem como do nº de ordem dentro da série.

Concluída a descrição arquivística, procedeu-se ao acondicionamento: os documentos de cada série foram numerados, reunidos em pastas, e seguidamente arquivadas em caixas, gavetas ou rolos, dependendo das características de cada documento.

O arquivo do arqtº Cassiano Branco, encontra-se disponível para consulta pública no Arquivo Municipal de Lisboa - dependência do Alto da Eira (Rua Frei Manuel do Cenáculo, Torre 2 traseiras / cave).

A autora gostaria de agradecer a colaboração prestada pelas técnicas Manuela Barroso e Isabel Ribeiro, sem a qual a inventariação deste espólio não teria sido possível.

# Quadro de classificação

## I. DOCUMENTAÇÃO PARTICULAR

1. Artigos de Jornais
2. Correspondência
3. Desenhos
4. Fotografias

## II. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

1. Estudos do Autor
  - 1.1. Estudos para a ponte sobre o Tejo
  - 1.2. Estudos para o Rossio e seu enquadramento
  - 1.3. Estudos de sismologia
  - 1.4. Estudos sobre o Teatro Romano
  - 1.5. Estudos Urbanísticos
  - 1.6. Estudos vários
2. Mapas e Plantas
3. Recortes e Revistas
4. Trabalhos Escolares
5. Vária

## III. PORTUGAL DOS PEQUENITOS

1. Casa de Coimbra
2. Casa da Criança
3. Países de expressão Portuguesa
4. Páteo dos animais
5. Plantas de localização
6. Portugal insular e além mar
7. Portugal metropolitano
8. Portugal monumental
  - 8.1. Alentejo
  - 8.2. Algarve
  - 8.3. Beiras
  - 8.4. Douro
  - 8.5. Estremadura
  - 8.6. Minho
  - 8.7. Ribatejo
  - 8.8. Trás-os-Montes
9. Recolha Etnográfica
10. Vária

## IV. PROJECTOS PARA COMÉRCIO E INDÚSTRIA

1. Firma Antunes e Cunha
2. Grémio do Comércio
3. Outros projectos
4. Sociedade de Moagem do Aterro
5. Tipografia Freitas Brito

## V. PROJECTOS APRESENTADOS EM CONCURSOS PÚBLICOS

1. Agência do Banco de Portugal em Évora
2. Monumento ao Infante D. Henrique
3. Monumento aos mortos da Grande Guerra
4. Padrão de Lourenço Marques

## VI. PROJECTOS PARA ARQUITECTURA DE ESTRUTURAS MÓVEIS

1. Exposição do Mundo Português
2. Exposição de Sevilha
3. Exposição Universal de Bruxelas
4. Outros equipamentos

## VII. PROJECTOS PARA ARQUITECTURA HABITACIONAL

1. Moradias
  - 1.1. Avenida do Aeroporto
  - 1.2. Avenida António José de Almeida

- 1.3. Avenida Columbano Bordalo Pinheiro
- 1.4. Estoril
- 1.5. Estrada da Damaia
- 1.6. Outras Moradias
- 1.7. S. Pedro de Sintra
- 1.8. Travessa da Fábrica das Sedas
2. Prédios de rendimento
  - 2.1. Avenida António Augusto de Aguiar
  - 2.2. Outros prédios
  - 2.3. Praça de Londres
  - 2.4. Rebelva
  - 2.5. Rua dos Navegantes
  - 2.6. Rua de Santo Ildefonso
  - 2.7. Travessa da Fábrica das Sedas

## VIII. PROJECTOS PARA EQUIPAMENTOS DE ESPECTÁCULOS

1. Cinema Éden
2. Cinema Império
3. Coliseu do Porto
4. Coliseu dos Recreios
5. Outros Projectos

## IX. PROJECTOS PARA EQUIPAMENTOS HIDRO-ELÉCTRICOS

1. Aproveitamento hidro-eléctrico do Rio Zêzere
2. Hidro-eléctrica do Alto Alentejo
  - 2.1. Barragem de Belver
  - 2.2. Barragem de Pracana
  - 2.3. Outras Barragens
3. Outros Projectos

## X. PROJECTOS PARA EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

1. Hoteis
  - 1.1. Hotel Infante de Sagres
  - 1.2. Hotel Vitória
  - 1.3. Outros Hoteis
2. Postos de Turismo
  - 2.1. Agência de Viagens
  - 2.2. Junta de Turismo
3. Outros Equipamentos
  - 3.1. Documentação Diversa
  - 3.2. Furnas Lagosteiras
  - 3.3. Piscinas

## XI. PROJECTOS DE URBANISMO

1. Cidadela de Cascais
2. Costa da Caparica

## XII. PROJECTOS PARA EDIFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA

1. Câmara Municipal da Sertã
2. Edifícios dos C.T.T.
  - 2.1. Coimbra
  - 2.2. Portimão
  - 2.3. Embaixada Britânica
4. Estação dos Caminhos de Ferro de Benguela
5. Estação fronteiriça de Galegos
6. Junta Nacional dos Vinhos
  - 6.1. À-Dos-Francos
  - 6.2. Dois Portos
  - 6.3. Lisboa
7. Outros projectos

## XIII. COLECCÕES DIVERSAS

1. Cartazes
2. Fotografias
3. Postais

**D**ocumentação particular. Esta secção é quase uma apresentação do arquitecto Cassiano Branco, pois nela foram agrupados todos os documentos de carácter pessoal existentes no espólio : desenhos, correspondência, entrevistas a órgãos de comunicação social e apontamentos vários.

1. ARTIGOS DE JORNAIS      10 Documentos  
Caixa 1  
Pasta 62  
1924 - 1967  
Cota: I - A. J.

A série é constituída por jornais (números completos e excertos) onde foi noticiada a participação de Cassiano Branco em vários projectos e iniciativas, ou onde se publicam entrevistas do mesmo, concedidas a propósito dos mais variados temas.

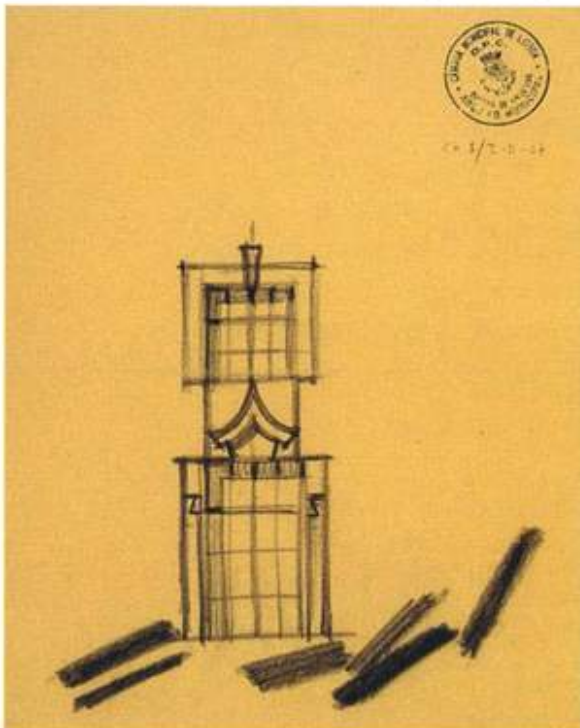
2 CORRESPONDÊNCIA      147 Documentos  
Caixa 1  
Pasta 47  
1911 - 1969  
Cota: I - C.

Correspondência recebida e expedida (originais, cópias ou rascunhos) de carácter particular e profissional. Pela sua quantidade, merecem particular destaque as cartas trocadas com várias instituições e entidades espanholas, tendo como objectivo o intercâmbio de informações ( fotografias e postais, que se encontram agrupados na secção “Colecções

Diversas”) sobre edificações romanas e medievais, para usar em livro que pretende editar. São também de salientar alguns dos remetentes e destinatários da correspondência de Cassiano Branco: Henrique Galvão, Norberto Lopes , Biagio Flora e Maria Elisa Branco (filha). Existe igualmente correspondência integrada em outras séries por se relacionar directamente com os projectos aí considerados.

3. DESENHOS              90 Documentos  
Caixa 1 + Gaveta 1  
Pasta 1  
s.d.  
Cota: I - D.

Constam desta série, nomeadamente esboços para varandas, janelas, gradeamentos, portas, mobiliário..., desenhos coloridos aparentemente para cenários de filmes de temática histórica e desenhos de projectos não identificados.



Esboço de porta e janela sobreposta.  
Carvão, Dimensões: 26,5 X 21cm. Cota: Cx 1 / I - D. 57

4. FOTOGRAFIAS      79 Documentos  
Caixa 2  
Pasta 60  
1899 - 1955  
Cota: I - F.

Composta essencialmente por fotografias (de estúdio e de exterior), do arquitecto, por vezes acompanhado pela família, amigos, colegas de trabalho e de estudo.

Foram igualmente integrados nesta série os cartões de inscrição de Cassiano Branco como arquitecto nas Câmaras Municipais de Cascais e de Oeiras e na Sociedade de Geografia de Lisboa.

**D**ocumentação técnico-científica. Reuniram-se aqui todos os documentos de carácter técnico, sejam da autoria de Cassiano Branco ou de outros. Esta secção engloba temas tão variados como: trabalhos académicos, estudos diversos desenvolvidos ao longo da sua vida, com objectivos práticos ou apenas científicos. Encontra-se dividida do seguinte modo:

#### 1. ESTUDOS DO AUTOR

- 1.1. Estudos para a ponte sobre o Tejo      11 Documentos  
Caixa 2 + Gaveta 1  
Pasta 24  
1930 - 1958  
Cota: II - P.T.

Engloba artigos de jornais com a notícia da construção da ponte sobre o Tejo, cartas militares do estuário do Tejo com anotação sobre os traçados propostos para a ponte e desenhos de perspectiva (reproduções em fotografia), do projecto apresentado pelo arquitecto.

- 1.2. Estudos para o Rossio e seu enquadramento      31 Documentos  
Caixa 2 + Gaveta 1  
Pasta 81  
1934 - 1967  
Cota: II - R. E.

Trata-se sobretudo de fotomontagens, desenhos e pinturas sobre fotografias e gravuras propondo uma intervenção monumental na fachada voltada para o Rossio do Quartel da G.N.R. no Carmo, projectos de reintegração arquitectónica da Praça D. Pedro IV, e ainda alguns estudos feitos por ocasião do concurso para melhoramento estético do Rossio.

- 1.3. Estudos de sismologia      26 Documentos  
Caixa 2 + Gaveta 1  
Pasta 86  
1954  
Cota: II - S.

Composto por mapas vários, sobretudo de Portugal, Península Ibérica e Norte de África, onde se encontram marcadas as falhas tectónicas, o relevo e as regiões sísmicas. Inclui também esboços para a implantação de edifícios e vias assísmicas, apontamentos manuscritos com resumos de bibliografia, dados cronológicos e artigos de jornais sobre o tema.

- 1.4. Estudos sobre o Teatro Romano      27 Documentos  
Caixa 2 + Gaveta 1  
Pasta 20  
1936 - 1960  
Cota: II - T.R.

Constituída por plantas de localização das ruínas do Teatro Romano de Lisboa, esboços para a sua reconstrução e artigos de jornais com entrevistas dadas por Cassiano Branco relativas a este tema.

- 1.5. Estudos urbanísticos      20 Documentos  
Caixa 2  
Pasta 59  
1943 - 1952  
Cota: II - E.U.

Inclui artigos de jornais com entrevistas dadas por Cassiano Branco sobre os problemas urbanísticos da cidade moderna e ainda alguns aspectos do projecto do arquitecto Cristino da Silva para o "Plano parcial da Urbanização da zona compreendida entre a Praça dos Restauradores e a Praça D. João da Câmara". Este projecto está documentado apenas através de negativos em vidro.

- 1.6. Estudos vários      9 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 1  
Pasta 25  
1937 - 1962  
Cota: II - E.V.

Esta série reúne dois estudos: estudo sobre a Praça dos Restauradores, que inclui esboços de enquadramento e implantação de um alpendre na praça; estudo sobre arquitectura Românica em Portugal, constituído por apontamentos manuscritos além de um levantamento de monumentos com indicação da respectiva data da construção.

2. MAPAS E PLANTAS      114 Documentos  
Caixa 3 + Gaveta 1  
Pasta 28  
1871 - 1966  
Cota: II - M.P.

Esta série inclui plantas (gerais e parciais) da cidade de Lisboa provenientes quer do Estado Maior do Exército, quer do Instituto Geográfico Cadastral, cartas de Portugal nas quais



estão assinaladas as divisões administrativas, estradas, vias férreas, percursos excursionistas, etc...

Podem também encontrar-se aqui mapas de África, Próximo e Médio Oriente.

### 3. RECORTES E REVISTAS

ca 9350 Documentos

Caixas 7 a 44

Engloba documentação relativa a temas diversos e de conteúdo muito heterogéneo, tais como artes plásticas, arquitectura antiga e moderna, arquitectura funerária, arquitectura habitacional, arquitectura religiosa moderna, arquitectura tradicional e regional, artigos técnicos e científicos, barragens, prédios e pontes, edifícios para comércio e indústria, edifícios públicos e administrativos, equipamentos turísticos e recreativos, estruturas e materiais de construção, estruturas móveis, folhetos turísticos, literatura infantil e humorística, memoriais e monumentos comemorativos, mobiliário e decoração de interiores, parques, jardins e fontanários, relógios, máquinas fotográficas e aparelhos ópticos, trabalhos artísticos em metal, joalheria e numismática, urbanismo, viação e transportes, e ainda assuntos vários com temáticas que vão desde a fotografia publicitária até acontecimentos e personagens históricas.

### 4. TRABALHOS ESCOLARES

34 Documentos

Caixa 45 + Gaveta 2 + Rolo 1 e 2

Pasta 92

1926 - 1964

Cota: II - T.E.

Trata-se da documentação relativa aos diversos concursos para professor na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, a que Cassiano Branco concorreu, correspondência trocada com a escola, regulamentos dos concursos, apontamentos e rascunhos de aspectos a desenvolver nos exames.

Inclui os documentos do projecto apresentado para a construção de um Palácio da Academia Nacional de Belas Artes, bem como artigos de jornais noticiando estes concursos e algumas polémicas em torno deles.

### 5. VÁRIA 36 Documentos

Caixa 52 + Gaveta 17

Pasta 74

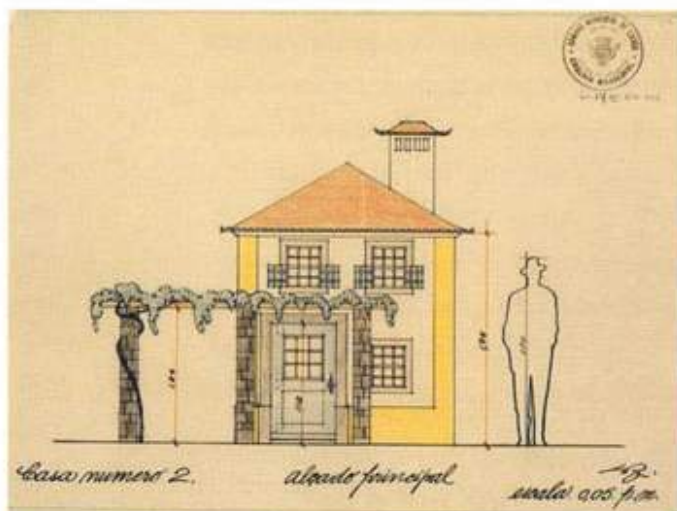
s.d.

Cota: II - V.

Esta série é composta por desenhos de pormenores construtivos, alguns da autoria de Cassiano Branco, e outros cujo autor não foi possível identificar. Significativamente representados, através de desenhos, encontram-se várias propostas para esgotos e escoamentos de águas, bem como estruturas e vigamento.

É possível que alguns destes desenhos pertençam a projectos de construção específicos, que no entanto, não foram identificados. O carácter de especificidade técnica de todos eles, justificou a sua inclusão nesta série.

**Portugal dos pequenitos.** É sem dúvida o projecto melhor documentado de todo o espólio. A autoria é de Cassiano Branco, em resposta a um pedido do Dr. Bissaya Barreto. A relação entre ambos encontra-se no entanto pouco conhecida visto a correspondência se limitar a breves mensagens trocadas nos próprios desenhos, e relativas exclusivamente a pormenores concretos do projecto.



Casa Minhoto. Alçado Principal.  
Escala: 0,05 p.m. Dimensões 23 x 34 cm, Cota: Gv. 12 / III. P.M. 142

Incluem-se aqui os estudos preliminares, quer bibliográficos quer de campo, bem como documentos que nos dão uma noção exacta da evolução do projecto desde os esboços ao desenho final, desde os anos 40 até à sua conclusão na década de 60.

A classificação adoptada nesta secção obedece à própria organização temática do espaço, distinguindo o “Portugal Monumental”, o “Portugal Metropolitano”, o “Portugal Insular” e os “Países de expressão portuguesa”, com as respectivas divisões. Cada conjunto arquitectónico foi considerado como um projecto dentro do projecto global do Portugal

dos Pequenitos. Deste modo constituíram-se as seguintes séries:

1. CASA DE COIMBRA      68 Documentos  
Caixa 61 + Gaveta 15  
Pasta 3  
1938 - 1944  
Cota: III - C.

É composto por apontamentos manuscritos sobre pormenores históricos e artísticos de alguns monumentos da cidade de Coimbra, desenhos da “Síntese etnográfica de Coimbra” com destaque para plantas, alçados, cortes, fotografias de vários aspectos e monumentos da cidade, e a planta de localização do edifício no contexto do Portugal dos Pequenitos.

2. CASA DA CRIANÇA      16 Documentos  
Caixa 65 + Gaveta 16  
Pasta 98  
1938  
Cota: III - C.C.

A casa da criança, contrariamente aos restantes projectos do Portugal dos Pequenitos, foi

pensada mais como um espaço lúdico do que pedagógico.

Na série encontram-se desenhos e fotografias dos vários aspectos deste espaço, com destaque para o jardim com o respectivo coreto (a que pertencem os únicos desenhos desta série), e um painel de azulejos.

3. PAÍSES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA      83 Documentos  
Caixa 63 + Gaveta 16  
Pasta 93  
1938 - 1960  
Cota: III - E.P.

Nesta série reuniram-se os desenhos relativos aos projectos para os pavilhões da Índia, Brasil, São Tomé e Príncipe, Guiné, Pavilhão da Descobertas e Conquistas, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Capela e Museu das Missões.

Para estes projectos, encontram-se plantas de localização dos pavilhões, alguns esboços, desenhos de plantas, alçados, fotografias dos trabalhos finais e das várias fases da construção, desenhos finais das figuras indígenas e apontamentos escritos (principalmente sobre as rotas e cronologia dos Descobrimentos).

O conjunto destes projectos foi chamado por várias vezes, pelo autor, como “secção etnográfica - colonial”.

4. PÁTEO DOS ANIMAIS      26 Documentos  
Caixa 65 + Gaveta 16  
Pasta 99  
1938  
Cota: III - P.A.

Nesta série encontra-se testemunhada a atenção dispensada às instalações para animais domésticos, também eles presentes no “Portugal dos Pequenitos”.

É composta essencialmente por desenhos e fotografias a preto e branco das instalações de animais tão variados quanto o pato, o cavalo ou a cabra.

Inclui ainda o plano geral desta área.

5. PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO      5 Plantas de Localização  
39 Documentos  
Caixa 63 + Gaveta 15  
Pasta 2  
1938 - 1953  
Cota: III - P.L:

Reuniram-se nesta série praticamente todas as plantas de localização respeitantes ao projecto do Portugal dos Pequenitos. Em alguns casos, e sempre que se julgou pertinente, as plantas de localização de cada projecto individual foram incluídas na série correspondente. Contudo, estão aqui as plantas de localização gerais e as de cada uma das casas ou conjuntos arquitectónicos na área envolvente, plantas de localização de cada uma das grandes divisões

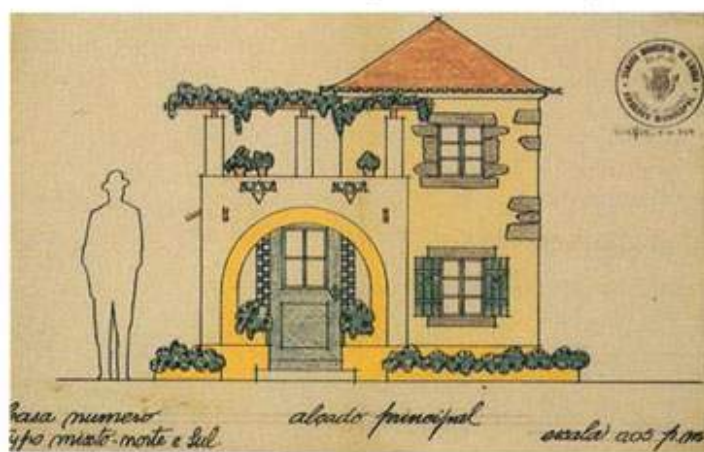
(Portugal Monumental, Portugal Metropolitano, etc...), sendo de salientar que algumas delas contêm apontamentos manuscritos sobre o tipo de flora a inserir nesta zona.

6. PORTUGAL INSULAR E DE ALÉM-MAR 10 Documentos  
Caixa 63  
Pasta 94  
1961  
Cota: III - A.M.

É constituída exclusivamente por fotografias que ilustram a construção dos pavilhões correspondentes às sínteses etnográficas da Madeira e Açores. Em algumas delas estão identificados os monumentos. Estas fotografias, todas a preto e branco, são da autoria da “Foto-Hilda” de Coimbra.

7. PORTUGAL METROPOLITANO 385 Documentos  
Caixa 58 e 59 + Gaveta 12  
Pasta 90  
1938 - 1961  
Cota: III - P.M.

Na série Portugal Metropolitano encontram-se documentados não só os tipos de arquitectura habitacional típica de cada região, mas também aquela que se liga directamente com as actividades ou profissões mais significativas do Portugal tradicional.



Casa da Beira Alta. Alçado Principal. Tipo misto Norte e Sul.  
Escala 0,05p.m. Dimensões: 18,5 x 29,5 cm. Cota: Gv. 12 / III. P.M. 349

É composta essencialmente por desenhos de plantas, alçados, cortes e pormenores das casas da Beira Alta, Ribatejo, Alentejo, Minho, Trás-os-Montes, entre outras, bem como de edifícios relacionados com certas actividades produtivas, tais como a azenha, moinho, lagar, adega. Podem também ser encontrados desenhos de outro tipo de construções ligados a outros aspectos histórico-sociológicos do país, como por exemplo o pelourinho, as alminhas, a casa do Abade, entre outros.

## 8. PORTUGAL MONUMENTAL

O autor pretendeu apresentar uma réplica dos principais monumentos de cada província, projectando assim “sínteses etnográficas”. Cada uma destas sínteses foi aqui considerada individualmente, dando origem a sub-séries documentais.

Uma vez que a documentação de cada uma das sub-séries é muito homogénia optou-se por fazer delas uma apresentação geral.

Em todas podem-se encontrar desenhos originais em papel vegetal e a planta de localização de cada síntese dentro do Portugal Monumental.

- 8.1. Alentejo      20 Documentos  
Caixa 62 + Gaveta 16  
Pasta 11  
1941 - 1961  
Cota: III - Aj.
- 8.2. Algarve      12 Documentos  
Caixa 62 + Gaveta 16  
Pasta 12  
1941 - 1953  
Cota: III - A.
- 8.3. Beiras      6 Documentos  
Caixa 62 + Gaveta 15  
Pasta 8  
1941 - 1944  
Cota: III - B.
- 8.4. Douro      10 Documentos  
Caixa 60 + Gaveta 15  
Pasta 7  
1940 - 1954  
Cota: III - D.
- 8.5. Estremadura 38 Documentos  
Caixa 62 + Gaveta 15  
Pasta 9  
1941 - 1954  
Cota: III - E.
- 8.6. Minho      17 Documentos  
Caixa 60 + Gaveta 15  
Pasta 4  
1940 - 1956  
Cota: III - M.
- 8.7. Ribatejo      16 Documentos  
Caixa 62 + Gaveta 15  
Pasta 10  
1941 - 1952  
Cota: III - R.
- 8.8. Trás-os-Montes 17 Documentos  
Caixa 60 + Gaveta 15  
Pasta 5  
1940 - 1958  
Cota: III - T.M.

9. RECOLHA ETNOGRÁFICA      161 Documentos  
Caixa 64 + Gaveta 16  
Pasta 101  
1940 - 1962  
Cota: III - R.E.

Na presente série englobou-se toda a documentação escrita e iconográfica utilizada pelo arquitecto como suporte para a elaboração do projecto, tal como apontamentos manuscritos e resumos bibliográficos de obras como a “História de Portugal” de Oliveira Martins, notas sobre actividades produtivas, recursos naturais, costumes e principais monumentos, de todas as regiões representadas no Portugal dos Pequenitos.

Existem também esboços, desenhos e fotografias quer da arquitectura tradicional quer de indivíduos com trajes típicos, bem como fotografias e fotomontagens ilustrando a geografia física e humana de cada região.

Os Descobrimentos Portugueses foram também objecto de estudo por parte do arquitecto; entre outros apontamentos sobre o tema, encontra-se aqui um “índice cronológico dos Descobrimentos e dos Homens que os executaram”.

10. VÁRIA                      21 Documentos  
Caixa 65 + Gaveta 17  
Pasta 46  
1932 - 1954  
Cota: III - V.

De uma forma geral, a documentação reunida na presente série não se identifica com nenhuma das construções do Portugal dos Pequenitos, pois trata-se de documentos diversos e retirados do seu contexto. Em alguns casos são ensaios para edifícios que não chegaram a ser realizados, e que foram integrados nesta série, pelo facto de o autor os ter identificados como pertencentes ao projecto.

Encontram-se maioritariamente desenhos, mas também duas publicações alusivas a este projecto, e um documento dactilografado no qual é apresentada a organização dada ao “Portugal dos Pequenitos”, monumentos que aí se encontram, bem como uma biografia da obra social do Dr. Bissaya Barreto.

**P**rojectos para comércio e indústria. A documentação desta secção testemunha o envolvimento do arquitecto em projectos ligados às actividades industrial e comercial. A intervenção de Cassiano Branco nestas duas áreas não se cinge à construção, estendendo-se também a projectos de alterações e ampliação de edifícios já existentes, tal como pode ser visto nas séries seguintes.

1. FIRMA ANTUNES DA CUNHA      10 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 5

Pasta 31  
1943  
Cota: IV - A.C.M.

Série referente ao projecto de um edifício que a firma Antunes da Cunha Lda. pretendia construir na Avenida da República, em Moçâmedes, Angola. É constituída essencialmente por plantas de infraestruturas, plantas dos pisos, alçados e cortes. Dela consta também a memória descritiva e justificativa do projecto.

2. GRÉMIO DO COMÉRCIO      21 Documentos  
Gaveta 5  
Pasta 78  
1963  
Cota: IV - G.C.

Trata-se de um conjunto documental composto exclusivamente por desenhos (originais e cópias) da planta de localização, plantas dos vários pisos, alçados e cortes, do edifício do Grémio do Comércio dos Concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço, localizado em Torres Vedras.

3. OUTROS PROJECTOS      10 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 6  
Pasta 105  
1929 - 1936  
Cota: IV - O.P.

Agruparam-se aqui os seguintes projectos:

1929 - Armazém para o Sindicato de Pescas do Distrito de Moçâmedes. Porto Alexandre, Angola.

1936 - Instalações da "Solvano", Sociedade Oleícola do Vale de Nogueira Lda.

s.d. - Joalheria Macedo, Lisboa.

4. SOCIEDADE MOAGEM DO ATERRO      6 Documentos  
Gaveta 6  
Pasta 79  
1932  
Cota: IV - M.A.

Consiste num projecto de alterações encomendado pela Sociedade Moagem do Aterro Lda, para a sua "Fábrica Esperança", situada na Freguesia de Santos, no nº 126 da Avenida 24 de Julho, Lisboa.

Esta série é composta exclusivamente por desenhos de pormenor (detalhes dos pilares, das asnas e betão armado) originais em tela.

As informações fornecidas por esta série podem ser completadas através da consulta do processo de obra nº 37074.

5. TIPOGRAFIA FREITAS BRITO 102 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 5  
Pasta 66  
1959 - 1969  
Cota: IV - T.F.B.

Esta série é composta pela documentação relativa ao projecto de ampliação do edifício sede da Tipografia Freitas Brito, situado na Rua do Ferragial de Baixo nº 12, a fim de se possibilitar a instalação de linotipo.

Encontram-se aqui as respectivas memórias descritiva e justificativa, correspondência trocada com a Câmara Municipal de Lisboa para tentar obter a aprovação do projecto e entre o arquitecto e a tipografia acertando alguns detalhes do trabalho. Da série constam ainda desenhos de plantas, alçados, cortes e de pormenores da construção (como por exemplo a instalação do novo vigamento para reforço do pavimento), documentos de contabilidade (recibos), bibliografia sobre a instalação de linotipos, e um exemplar do Diário Municipal de 5/11/69, dando notícia do indeferimento do projecto de ampliação. Este encontra-se documentado no processo de obra da Câmara Municipal de Lisboa nº 28 387.

**P**rojectos apresentados em concursos públicos. Nesta secção reuniram-se todos os documentos relativos a concursos públicos para a construção de edifícios de carácter administrativo ou comemorativo, em que o arquitecto participou.

Encontra-se assim dividida:

1. AGÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL EM ÉVORA 34 Documentos  
Caixa 4  
Pasta 38  
1935  
Cota: V - B.P.

Desta série consta o regulamento do concurso aberto para a remodelação da fachada, desenhos relativos ao edifício a alterar e desenhos vários do projecto de alterações apresentado, bem como a respectiva memória descritiva. A série inclui também fotografias e fotomontagens do edifício, e ainda alguma correspondência trocada por Cassiano Branco a propósito deste assunto.

2. MONUMENTO AO INFANTE D. HENRIQUE 135 Documentos  
Caixa 4 e 5 + Gaveta 2  
Pasta 56  
1933 - 1961  
Cota: V - M.I.D.H.

64

Encontra-se aqui reunida a documentação relacionada com o concurso aberto para a edificação de um monumento dedicado ao Infante D. Henrique, em Sagres, por ocasião das Comemorações do cinquentenário da morte do Infante.

Inclui o regulamento e o programa do concurso, apontamentos, manuscritos vários,



plantas do promontório de Sagres e do local de implantação do monumento, esboços e desenhos vários dos diferentes projectos apresentados por Cassiano Branco com particular destaque para o apresentado ao 3º concurso (1955), e ainda memórias descritivas e justificativas, documentos de despesa e orçamentos para a construção do monumento, artigos de jornais e revistas sobre os vários projectos apresentados, fotografias e fotomontagens das maquetes dos projectos.

Nesta série foi incluída ainda a monografia “Concurso de projectos para o Monumento ao Infante D. Henrique”. Autoria da Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique.

3. MONUMENTO AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA 4 Documentos  
Caixa 5 + Gaveta 2  
Pasta 35  
1935 - 1936  
Cota: V - M.M.G.G.

Documentação relativa ao concurso para a construção em Santa Comba Dão de um monumento aos Mortos da Grande Guerra, e da qual consta um desenho em perspectiva do projecto apresentado, bem como a sua localização, e artigos relativos à forma como foi projectado esse mesmo monumento.

4. PADRÃO DE LOURENÇO MARQUES 6 Documentos  
Caixa 5  
Pasta 82  
1930 - 1931  
Cota: V - P.L.M.

Trata-se da proposta do arquitecto ao concurso para o projecto do monumento comemorativo da intervenção portuguesa na Iª Guerra Mundial, a erigir na Praça Mac Mahon, em Lourenço Marques.

Esta série inclui o programa do concurso, correspondência trocada entre Cassiano, a Comissão Executiva dos Padrões da Grande Guerra e elementos do Júri.

Não existem desenhos do projecto, nem por outros meios o espólio nos permite conhecer o seu teor.

**P**rojectos para arquitectura de estruturas móveis. Considerou-se estrutura móvel a arquitectura de características efémeras, elaborada com o objectivo de exibir e dar a conhecer algo. A participação de Cassiano Branco na construção deste tipo de edificações produziu documentação muito variada agrupada nas seguintes séries:

1. EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS 100 Documentos  
Caixa 6 + Gaveta 2  
Pasta 61  
1939 - 1941  
Cota: VI - E.M.P.

Esta série é constituída, na sua maioria, por artigos e fotografias de jornais e revistas em que se encontram referências à participação do arquitecto nesta exposição. Encontram-se também fotografias de vários aspectos da exposição, bem como alguns postais ilustrados. Dos raros originais integrados nesta série, destaca-se o contrato de prestação de serviços firmado entre Cassiano Branco e a Comissão Organizadora da Exposição do Mundo Português, e um esboço para o pórtico dessa exposição.

2. EXPOSIÇÃO DE SEVILHA      35 Documentos  
Caixa 6 + Gaveta 2  
Pasta 29  
1927 - 1929  
Cota: VI - E.S.

Inclui-se aqui o regulamento do concurso para o “Projecto do Pavilhão Português na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1928)”, algumas plantas gerais da exposição, bem como a planta de localização do Pavilhão Português, esboços e desenhos finais para a planta do Pavilhão, a memória descritiva do projecto apresentado com a divisa “Primus inter Pares”, classificado em 2º lugar.

3. EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE BRUXELAS      20 Documentos  
Caixa 6 + Gaveta 2  
Pasta 67  
1954 - 1958  
Cota: VI - E.U.B.

Inclui o regulamento do concurso, a planta do terreno destinado à exposição, fotografias e apontamentos vários sobre elementos naturais da área. A planta de localização do sector português, o esquema do Plano Geral da Representação Portuguesa, alguma correspondência trocada entre o arquitecto Cassiano Branco e o Comissariado Geral para a Exposição de Bruxelas, e ainda alguns artigos de jornal e folhetos de divulgação dessa exposição em várias línguas.

4. OUTROS EQUIPAMENTOS      17 Documentos  
Caixa 5 + Gaveta 19  
Pasta 73  
1930 - 1937  
Cota: VI - O.E.

Agupam-se aqui os seguintes projectos:

1931 - “Exposição Internacional e Colonial de Paris”.

1934 - “Exposição Colonial Portuguesa”.

1937 - “Exposição Internacional de Paris”.

s.d. - Quiosque na Avenida da Liberdade, Lisboa (demolido).

**P**rojectos para arquitectura habitacional. Esta secção divide-se em dois grandes grupos, de acordo com os tipos arquitectónicos: moradias e prédios de rendimentos. Os edifícios aqui considerados localizam-se quase todos em Lisboa e arredores, e são na sua maioria da autoria de Cassiano Branco.

## 1. MORADIAS

- 1.1. Avenida do Aeroporto 20 Documentos  
Caixa 45 + Gaveta 3  
Pasta 21  
1950  
Cota: VII-M.A.

Trata-se de um projecto para uma moradia na Avenida do Aeroporto (actual Avenida Almirante Gago Coutinho), nº166-166 A, Lisboa.

A documentação contempla não só o projecto de construção elaborado a pedido da proprietária (Wanda Barbosa Adão e Silva), mas também um projecto de alterações.

Podem aqui ser encontrados desenhos vários, tais como planta, alçados e cortes com a respectiva memória descritiva e justificativa das alterações a efectuar.

Outro tipo de informação pode ser encontrado no processo de obra nº 8426, que se encontra no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

- 1.2. Avenida António José de Almeida 12 Documentos  
Caixa 45  
Pasta 95  
1933 - 34  
Cota: VII-M.A.J.A

Existe nesta série documentação pertencente a cinco projectos para cinco moradias localizadas numa parte da então Avenida Miguel Bombarda, Lisboa, que por alteração toponímica (Edital de 13-3-1933) passou a chamar-se Av. António José de Almeida, Lisboa. Em cada um dos projectos podem encontrar-se desenhos de plantas, alçados e cortes, assim como fotografias das moradias.

Estas informações podem ser complementadas através da consulta dos seguintes processos de obra existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Av. António José de Almeida, 10 - Processo de obra nº 47 027;

Av. António José de Almeida, 14 - Processo de obra nº 46 592;

Av. António José de Almeida, 16 - Processo de obra nº 46 572;

Av. António José de Almeida, 18 - Processo de obra nº 46 573;

Av. António José de Almeida, 24 - Processo de obra nº 46 590.

- 1.3. Avenida Columbano Bordalo Pinheiro 15 Documentos  
Caixa 45 + Gaveta 4  
Pasta 43  
1937  
Cota: VII - M.C.B.P.

Esta série é referente ao projecto de construção de uma moradia, situada no n°87 da Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Lisboa, projecto esse elaborado a pedido do proprietário, Carlos R. Fernandes. É composta por plantas de implantação, desenhos de plantas, alçados, cortes, pormenores construtivos e fotografias. Podem também ser encontrados alguns desenhos pertencentes ao projecto de alterações.

A esta moradia, demolida em 1969, corresponde no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa o processo com o registo n°4162.

1.4. Estoril            25 Documentos  
                              Caixa 45 + Gaveta 3  
                              Pasta 6  
                              1960 - 1962  
                              Cota:VII - M.E.

Trata-se do projecto de alterações de uma moradia denominada "Casal das Areias", situada na Av. Braz Fernandes, no Estoril, propriedade de Adolfo Norberto Lopes.

Constam desta série esboços, desenhos de plantas, alçados, cortes, com a respectiva memória descritiva e justificativa de alterações a efectuar neste projecto, bem como correspondência oficial com a Câmara Municipal de Cascais.

1.5. Estrada da Damaia      20 Documentos  
                                      Caixa 45 + Gaveta 4  
                                      Pasta 89  
                                      1962  
                                      Cota: VII -M.D.

Basicamente corresponde ao projecto de alterações de uma moradia, propriedade de Américo Covões, localizada no n° 34 da Estrada da Damaia, Lisboa. Podem aqui ser encontrados desenhos vários de plantas, alçados e cortes, a memória descritiva e justificativa das alterações, correspondência oficial trocada entre o proprietário e a Câmara Municipal de Lisboa, recibos e alguns apontamentos manuscritos. Este projecto tem no arquivo desta Câmara o processo de obra n° 16 349.

Incluíram-se também nesta série alguns desenhos relativos ao projecto de construção de uma casa de alvenaria para recolha de alfaias e frutos, propriedade de Jaime de Azevedo, e situada também na Estrada da Damaia, mas no n° 36, cuja autoria não pôde ser identificada.

68

1.6. Outras Moradias      34 Documentos  
                                      Caixa 45 + Gaveta 4  
                                      Pasta 63  
                                      1927 - 1952  
                                      Cota: VII - O.M.

Foram aqui reunidos os documentos do espólio relativos aos seguintes projectos:

1927 - Moradias para magistrados do Conselho Superior Judiciário - Autor não identificado;

1948 - Moradias para Engenheiros (de Barragens) - Autoria de Cassiano Branco;

1951 - Moradia na Rua Diogo Bernardes, em Alvalade - Autoria de Cassiano Branco;

1951 - Moradias para a cooperativa "O problema da habitação" - Autor não identificado;

s.d. - Conjunto residencial na Rua Camarista Meier - Autor não identificado;

s.d. - Moradia na Rua da Fé, Caldas da Rainha - Autor não identificado;

s.d. - Moradia no lugar do Arneiro, Alenquer - Autor não identificado.

Podem ainda ser encontrados outros documentos pertencentes a projectos não identificados.

1.7. S.Pedro de Sintra            10 Documentos  
   Gaveta 3  
   Pasta 85  
   1963  
   Cota: VII - M.S.P.S.

Esta série documental contém um projecto de construção de um edifício, composto por moradia e restaurante, propriedade de Carlos dos Santos Covões Jr., localizado no lugar da Charneca, freguesia de S.Pedro de Sintra. Engloba a planta de localização do edifício, desenhos de plantas, alçados e cortes.

1.8. Travessa da Fábrica das Sedas            4 Documentos  
   Gaveta 4  
   Pasta 40  
   1945 - 46  
   Cota: VII - M.F.S.

Trata-se de um conjunto de documentos referente a uma moradia na Travessa da Fábrica das Sedas, nº 7-7A, Lisboa, propriedade de Maria Elisa Domingues Soares Branco, e onde viveu Cassiano Branco. Contudo, só existem quatro desenhos deste projecto. As informações complementares poderão ser encontradas no processo de obra nº 5 391, do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

## 2. PRÉDIOS DE RENDIMENTO

2.1. Avenida António Augusto de Aguiar            19 Documentos  
   Caixa 45 + Gaveta 3  
   Pasta 55  
   1944  
   Cota: VII - R.A.A.A.

A presente série contempla documentação sobre os projectos de construção dos três prédios da Avenida António Augusto de Aguiar, Lisboa. É um conjunto documental composto apenas por desenhos, todos eles assinados por Cassiano Branco, algumas

fotografias destes e de outros prédios da mesma avenida, testemunhando momentos da sua construção. Estas informações podem ser complementadas através da consulta dos seguintes processos de obra existentes no arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

Av. António Augusto de Aguiar, 19-19B - Processo de obra nº 1 917;

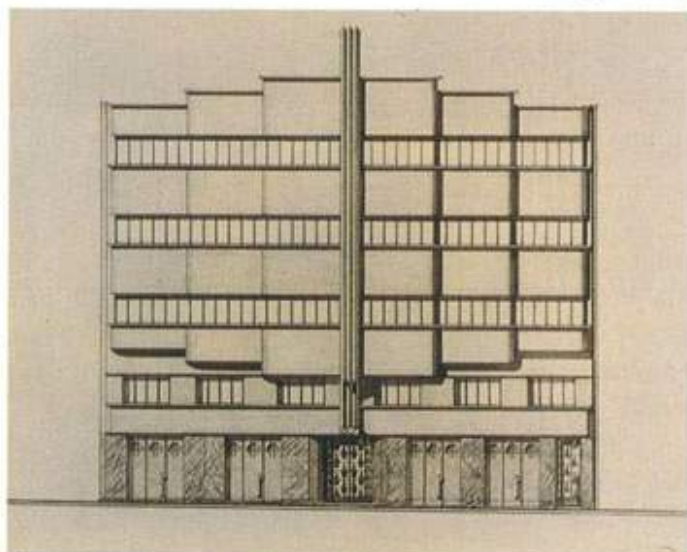
Av. António Augusto de Aguiar, 21-21B - Processo de obra nº 4 626;

Av. António Augusto de Aguiar, 25-25C - Processo de obra nº 1 772.

2.2. Outros prédios 66 Documentos  
Caixa 45 + Gaveta 4  
Pasta 97  
1933 - 1969  
Cota: VII - R.O.P.

Foram aqui reunidos os projectos que adiante se discriminam (todos localizados em Lisboa):

1933 - Rua Nova de S. Mamede, 17A - Processo de obra nº 47 355;



1935 - Rua António Pedro, 25 - Processo de obra nº 49 225;

1937 - Av. Defensores de Chaves, 27 - Processo de obra nº 51 324;

1937 - Av. Álvares Cabral, sem número;

1937 - Rua Joaquim António de Aguiar, sem número;

1943 - Projecto de um arranha-céus a construir na Av. da Liberdade;

1949 - Av. Fontes Pereira de Melo, 25-25B - Processo de obra nº 6 000;

1949 - Rua Castilho, tornejando para a Rua do Salitre, sem número;

1949 - Rua de Campolide, sem número;

s.d. - Rua Eiffel, sem número;

s.d. - Largo do Andaluz, sem número.

Desenho do Alçado Principal representando um prédio na Rua Defensores de Chaves, 27.  
Dimensões: 23,5 X 29,5 cm / Processo de obra 51324. Cota: Cx.45 / VII - R. Op. 36.

s.d. - Largo de S. Sebastião, 33-38

Incluíram-se ainda documentos de outros projectos não identificados.

A informação de cada um poderá ser complementada com o processo de obra que lhe corresponde, disponíveis no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

70

2.3. Praça de Londres 15 Documentos  
Caixa 45 + Gaveta 3  
Pasta 15  
1951

Cota: VII - R.P.L.

Pode aqui ser encontrada a documentação relativa ao projecto de construção do prédio da Praça de Londres que torneja para o nº 2-2E da Avenida de Roma, Lisboa, projecto esse requerido pelo proprietário, a Sociedade Industrial de Construções.

É composta por desenhos de plantas, alçados, cortes e fotografias do edifício. A esta obra corresponde o processo nº 9 457, existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

2.4. Rebelva      13 Documentos  
Caixa 45 + Gaveta 3  
Pasta 36  
1962 - 1969  
Cota: VII - R.R.

Trata-se de um projecto de construção de um prédio de dez andares em Rebelva, Parede, propriedade de Américo Covões.

Foram agrupados nesta série as plantas de implantação e de localização e desenhos de perspectiva do edifício projectado.

2.5. Rua dos Navegantes      6 Documentos  
Gaveta 3  
Pasta 54  
1957  
Cota: VII -R.R.N.

Estão aqui reunidos os documentos pertencentes às 1ª e 2ª propostas de construção de um edifício localizado na Rua dos Navegantes, nº 53-53F propriedade de Joaquim Gonçalves Varela. A série é composta por telas finais do projecto, desenhos de pormenor, e outros. A este edifício corresponde o processo de obra nº 4 204, existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

2.6. Rua de Santo Ildefonso  
6 Documentos  
Caixa 45 + Gaveta 5  
Pasta 14  
1960 - 1961  
Cota: VII - R.S.I.

Documentação sobre o projecto de um prédio, propriedade de António e José Carneiro Ferreira, situado na Rua de Sto. Ildefonso, nº 16 a 22, Lisboa. Dela fazem parte a memória descritiva e justificativa, a planta das fundações, plantas dos pisos, alçados principal e posterior, e cortes. A este edifício corresponde no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa o processo de obra nº 17 533.

- 2.7. Travessa da Fábrica das Sedas      7 Documentos  
Gaveta 4  
Pasta 96  
s.d.  
Cota: VII -R.F.S.

Trata-se de documentos pertencentes ao projecto de ampliação de um prédio localizado na Travessa da Fábrica das Sedas, n.ºs 1, 3 e 5, Lisboa, propriedade de Cecília da Assunção. Desta série constam desenhos originais não assinados. A informação pode ser complementada consultando-se para isso o processo de obra n.º 49 961, existente no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

**P**rojectos para equipamentos de espectáculos. Reuniram-se nesta secção os vários testemunhos do envolvimento do arquitecto em projectos de construção e remodelação de casas de espectáculos.

1. CINEMA ÉDEN      23 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 6  
Pasta 27  
1930 - 1935  
Cota : VIII - C.E.

O único desenho presente é um projecto de ascensores executado pela firma Sampayo Batista Lda, já que a série se compõe na sua totalidade de fotografia de desenhos relativos às várias propostas apresentadas pelo arquitecto para as alterações a efectuar no Éden-Teatro.

Podem também ser encontradas fotografias de alguns pormenores do interior após a sua reconstrução, e vários postais do antigo Éden-Teatro e da Praça dos Restauradores. O Cinema Éden situa-se na praça dos Restauradores n.º 17 a 24, Lisboa, e corresponde-lhe no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa o processo de Obra n.º 18 495.

2. CINEMA IMPÉRIO      38 Documentos  
Caixa 54 + Gaveta 6  
Pasta 17  
1945 - 1948  
Cota: VIII - C.I.

Esta série é constituída essencialmente por esboços, desenhos de plantas, alçados e cortes (originais e cópias) e especificações técnicas relativos ao projecto de construção do Cinema Império.

Este cinema localiza-se na Alameda D. Afonso Henriques n.º 35 a 35D, Lisboa e tem no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa o processo de obra n.º 3 506.



3. COLISEU DO PORTO 68 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 7 + Rolo 3  
Pasta 16  
1938 - 1942  
Cota: VIII - C.P

Nesta série encontra-se documentação relativa a duas propostas, uma de Cassiano e outra de Jan Wils, para o Coliseu do Porto, sendo documentadas através de plantas, alçados, cortes e pormenores construtivos.

Além destes desenhos podem ser consultadas especificações técnicas, pareceres do Conselho Técnico de Inspeção de Espectáculos, correspondência trocada entre o arquitecto e a Administração da Empresa Artística S.A.R.L. (o requerente do projecto) e o Engenheiro George Tombu. Existem ainda apontamentos sobre materiais, relatórios de construção, memória descritiva e recortes de jornais relativos à obra, fotografias do interior e do exterior deste edifício.

O Coliseu do Porto localiza-se na Rua Passos Manuel, Porto.

4. COLISEU DOS RECREIOS 49 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 7  
Pasta 13  
1888 - 1957  
Cota: VIII - C.R.

A intervenção do arquitecto no Coliseu dos Recreios de Lisboa foi feita a propósito de um projecto de alterações nos corredores, palco e cúpula, e da construção de uma edificação anexa, em ferro, destinada a bufete.

Englobaram-se assim nesta série esboços e desenhos vários, plantas topográficas, apontamentos sobre as alterações a realizar, memória descritiva, orçamentos, cálculos, fotografias do interior, e a correspondência trocada entre Cassiano Branco e o proprietário do Coliseu dos Recreios, Américo Covões.

Esta casa de espectáculos localiza-se na Rua das Portas de Sto. Antão, nº 92 a 104, Lisboa, correspondendo-lhe no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa o processo de obra nº 11 299.

5. OUTROS PROJECTOS 40 Documentos  
Caixa 46 + Gaveta 8  
Pasta 77  
s.d.  
Cota: VIII - O.P.

Encontram-se nesta série esboços vários, plantas dos diversos pisos com cálculos numéricos, cortes, e outros desenhos relativos a uma sala de espectáculos não identificada.

Foram aqui também integrados um desenho em perspectiva de um projecto designado por "Cidade do Filme Português" um documento contendo informações várias sobre os cinemas e teatros de Lisboa e ainda um desenho do alçado principal do Cinema Tivoli.

**P**rojectos para equipamentos hidroeléctricos. Foram aqui reunidos os documentos relativos aos projectos de barragens em que Cassiano Branco participou. Sempre que o volume da documentação era escasso, formaram-se séries relativas a um rio ou zona. Em outros casos consideraram-se isoladamente cada uma das barragens.

1. APROVEITAMENTO HIDRO-ELÉCTRICO DO RIO ZÊZERE 44 Documentos  
Caixa 47  
Pasta 70  
1948 - 1942  
Cota: IX - R.Z.

Deste projecto fazem parte as barragens de Álvaro, do Cabril, de Ponte da Bouça, de Castelo de Bode e de Constância. Todas elas se encontram documentadas através de memórias descritivas, plantas gerais, alçados, cortes e pormenores, desenhos de conjunto, fotografias e correspondência. É merecedor de particular destaque o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas relativo à Barragem do Castelo de Bode.

Nesta série encontram-se ainda desenhos coloridos da bacia hidrográfica, bem como plantas das várias albufeiras.

## 2. HIDRO-ELÉCTRICA DO ALTO ALENTEJO

- 2.1. Barragem de Belver 30 Documentos  
Caixa 47 + Gaveta 8 + Rolo 4  
Pasta 22  
1948 - 1952  
Cota: IX - B.B.

Sobre a Barragem de Belver, situada no rio Tejo, existem alguns desenhos, legendados em língua francesa, relatórios sobre a sua construção, orçamentos e informações técnicas, artigos de jornais sobre o assunto.

Podem ainda ser encontradas a planta de localização, alçados da central e da barragem, cortes, estudos geológicos, fotografias da maquete e do interior da barragem, bem como correspondência trocada entre o arquitecto e a Direcção da Hidro-eléctrica.

- 2.2 Barragem de Pracana 15 Documentos  
Caixa 47 + Gaveta 8  
Pasta 68  
1947 - 1950  
Cota: IX - B.P.

Esta barragem, localizada no Rio Ocreza, terá sido, em parte, projectada em Lausanne pelo Engenheiro A. Stucky, que assina a maior parte dos desenhos constantes nesta série, desenhos esses legendados em francês, e contendo apenas o visto de Cassiano Branco. Salientam-se: o relatório da construção, plantas diversas, alçados da barragem e da central eléctrica, cortes, desenhos de conjunto e pormenores técnicos.

2.3 Outras Barragens 13 Documentos  
Caixa 47 + Gaveta 8  
Pasta 32  
1948 - 1949  
Cota: IX - O.B.

Foram aqui recolhidos os restantes documentos integrados no projecto da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, mas que não puderam ser identificados. Nesta série, foi também englobado o projecto de urbanização envolvente de uma dessas barragens, do qual constam desenhos para o edifício da administração da mesma, compostos de plantas, alçados e cortes diversos.

3. OUTROS PROJECTOS 74 Documentos  
Caixa 48 + Gaveta 9  
Pasta 72  
1935 - 1948  
Cota: IX - O.P.

Fazem parte desta série os seguintes documentos:

1935 - Barragem de Vale de Gaio, Rio Sado;  
1935 - Barragem Marechal Carmona, Rio Pônsul em Idanha-a-Nova;  
1937 - Barragem Salazar, Ribeira de Santa Catarina em Pego do Altar;  
s.d. - Barragem do Rio Arade em Portimão.

Para estes projectos existe documentação tão diversa como plantas várias, cortes, alçados e desenhos de conjunto, correspondência, fotografias e artigos de jornais.

Inclui-se também nesta série toda a documentação sobre projectos de barragens não identificadas.

**P**rojectos para equipamentos turísticos. Reuniram-se nesta secção os documentos que retratam o envolvimento de Cassiano Branco em projectos de carácter turístico e hoteleiro, sejam eles Hotéis, Agências de Viagens ou mesmo Piscinas. Constituíram-se assim as seguintes séries:

### 1. HOTEIS

1.1. Hotel Infante de Sagres 35 Documentos  
Caixa 49 + Gaveta 9 + Rolo 5  
Pasta 83  
1950 - 1958  
Cota: X - H.I.S.

Trata-se do projecto de construção de um hotel na Praia da Rocha, por encomenda da Sociedade Foz do Arade Lda.. A documentação constante desta série é composta por dois projectos, um de Cassiano Branco, e outro cuja autoria não nos foi possível identificar dada a ilegibilidade da assinatura. Contudo a maior parte desses documentos pertencem ao

projecto apresentado por Cassiano.

Podem encontrar-se a memória descritiva e justificativa, plantas topográficas e de estudo da zona, cadernos de encargos, desenhos dos dois projectos e dos terrenos anexos e correspondência trocada com a Sociedade Foz do Arade.

1.2. Hotel Victória      24 Documentos  
Caixa 50 + Gaveta 9  
Pasta 19  
1934 - 1935  
Cota: X - H.V.

Encontra-se nesta série documentação relativa aos projectos de construção e de ampliação do Hotel Victória localizado na Av. da Liberdade, nº 168 - 170, Lisboa, propriedade de Freire e Matos Lda. É constituída por esboços, plantas, cortes, fotografias e postais, retratando pormenores do interior e exterior deste Hotel.

Merece particular destaque um artigo de jornal referindo a importância dos equipamentos turísticos para o desenvolvimento do país, e defendendo por isso a ampliação deste hotel, a qual não se chegou a realizar.

A informação pode ser complementada consultando no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, o processo de obra nº 48144.

1.3. - Outros hotéis      15 Documentos  
Caixa 50 + Gaveta 10  
Pasta 42  
1938 - 1967  
Cota: X - O.H.

Foram aqui agrupados, documentos relativos a três projectos distintos:

1938 - Avenida Hotel, Porto - Aatoria de Cassiano Branco;

1944 - Hotel Bragança - Aatoria de Cassiano Branco;

1967 - Hotel dos Banhos, Luso - Aatoria de Cassiano Branco.

## 2. POSTOS DE TURISMO

2.1. Agências de viagens      38 Documentos  
Caixa 50 + Gaveta 10  
Pasta 33  
1952 - 1965  
Cota: X - A.V.

Série formada pela documentação relativa ao projecto de adaptação do antigo posto da B.P. a um café-restaurant e Agência de Viagens, situado em Vilar Formoso, a pedido do seu novo proprietário, Alcino dos Santos Melo.

É uma série composta na sua maioria por plantas, alçados, cortes, desenhos de perspectiva e de pormenor do mobiliário, correspondência trocada entre Cassiano Branco, o proprietário

e o Comissariado do Turismo. Também inclui a memória descritiva e justificativa do projecto.

- 2.2. Junta de turismo 21 Documentos  
Caixa 50 + Gaveta 10  
Pasta 39  
1964 - 1966  
Cota: X - J.T.C.

Engloba a documentação relacionada com o projecto de construção da nova sede da Junta de Turismo da Curia. Na sua maioria, é composta por desenhos do projecto de construção e desenhos de pormenor do mobiliário. Contudo, podem ser também encontradas fotografias a cores e a preto e branco da fachada do edifício. Faz ainda parte desta série um documento manuscrito constituído pelo caderno de encargo e condições jurídicas e administrativas inerentes à empreitada.

### 3. OUTROS EQUIPAMENTOS

- 3.1. Documentação diversa 28 Documentos  
Caixa 51 + Gaveta 19  
Pasta 87  
s.d.  
Cota: X - D.D.

Este conjunto é formado por documentos relativos a:

- Projecto para o Café Cristal, que existiu nos números 113 a 153 da Avenida da Liberdade. São onze documentos, essencialmente fotografias que retratam o interior e exterior do café, perspectivas gerais e parciais, pormenores da decoração, painéis, mobiliário, porta giratória de entrada, painel luminoso exterior, relativos ao projecto que na Câmara Municipal de Lisboa tem o processo de obra nº 5 004.
- Anteprojecto do Casino da Praia da Rocha. Este grupo compõe-se de cópias de desenhos, plantas, alçados e cortes no total de cinco documentos.
- Apontamentos manuscritos sobre o número e tipo de divisões que deve ter um hotel, bem como qual o equipamento adequado, num total de quatro documentos.

- 3.2. Furnas lagosteiras 30 Documentos  
Caixa 51 + Gaveta 10 + Rolo 6  
Pasta 23  
1960 - 1965  
Cota: X - F.L.

A presente série refere-se ao projecto de um restaurante a edificar no Guincho, Cascais, denominado Furnas Lagosteiras. Dela fazem parte desenhos de dois autores: Cassiano Branco e o Engenheiro Joaquim de Almeida Júnior. Existem plantas, alçados, cortes, desenhos de pormenor e ainda documentos de contabilidade (estimativas de custo e

facturas), memórias descritivas de ambos os autores, cálculos de construção e correspondência trocada entre o proprietário, José de Brito e o Engenheiro Almeida Júnior.

- 3.3. Piscinas      22 Documentos  
Caixa 51 + Gaveta 11  
Pasta 44  
1956 (?)  
Cota: X - P.

Inclui documentos relativos a dois projectos distintos, ambos assinados por Cassiano Branco: uma piscina integrada num complexo turístico localizado na Praia Grande do Guincho composto por Pavilhão de Chá, Piscina e Anexos, e uma outra, coberta, situada em Lisboa.

Para o primeiro projecto encontram-se esboços, plantas, alçados, cortes (originais e cópias), correspondência trocada com o Director da Hidráulica do Tejo a propósito do projecto.

O segundo encontra-se documentado apenas por desenhos e recortes de jornais.

**P**rojectos de urbanismo. Reuniram-se nesta secção os documentos que testemunham o envolvimento de Cassiano Branco em grandes projectos urbanísticos. Apesar de se encontrarem deficientemente documentados, foi possível reunir documentação sobre os projectos da Costa da Caparica e da Cidadela de Cascais.

1. CIDADELA DE CASCAIS    20 Documentos  
Caixa 52 + Gaveta 11  
Pasta 45  
1933 - 1934  
Cota: XI - C.

Esta série reúne documentos do projecto de Cassiano Branco para “uma nova estrada que circunda a Cidadela de Cascais até à Ponta de Santa Marta e a construção de um molhe para barcos de pequena tonelagem”.

É composto por desenhos, relatório do projecto, postais ilustrados e artigos de revista, contendo comentários ao projecto. Merece destaque o “voto de agradecimento e louvor” atribuído ao arquitecto pela Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais, a propósito do referido projecto.

2. COSTA DA CAPARICA    12 Documentos  
Caixa 51  
Pasta 58  
1930 - 1964  
Cota: XI - C.C.

Deste projecto existe apenas a sua versão final, testemunhada através da reproduções

tipográficas coloridas e chapas metálicas para impressão, ilustrando o aspecto geral da proposta. Existem também reproduções fotográficas a preto e branco de alguns pormenores, e exemplares de jornais e de revistas com artigos alusivos ao projecto.

**P**rojectos de edifícios de utilização pública. Por projectos para edifícios de utilização pública entendem-se os que se ligam a locais públicos pertencentes a Instituições ou serviços. Incluem-se aqui documentos de projectos para edifícios dos C.T.T., Embaixada Britânica, Câmara Municipal da Sertã, Caminhos de Ferro de Benguela, Estação Fronteiriça de Galegos e para a Junta Nacional dos Vinhos. Encontram-se bastante documentados, sendo possível compreender na quase totalidade o processo desde a criação no papel à construção definitiva.

1. CÂMARA MUNICIPAL DA SERTÃ      15 Documentos  
Caixa 54 + Gaveta 18  
Pasta 65  
1925 - 1928  
Cota: XII - C.M.S.

Engloba os documentos ligados à construção do edifício dos Paços do Concelho da Sertã, e edifício anexo para habitação dos respectivos magistrados. Da série consta a planta de localização, desenhos de plantas, alçados, cortes, pormenores e ainda um artigo publicado no “Diário de Notícias” sobre a vila da Sertã.

O aspecto melhor documentado do projecto é sem dúvida o que se refere ao anexo para habitação.

## 2. EDIFÍCIOS DOS C.T.T.

- 2.1. Coimbra      19 Documentos  
Caixa 54 + Gaveta 11  
Pasta 57  
1964 - 1965  
Cota: XII - C.T.C.

Trata-se de um projecto de ampliação do edifício dos C.T.T. em Coimbra. A sub-série é composta por plantas dos vários pisos, terraço e cobertura, cortes, alçados e fotografias, proposta de honorários apresentada pelo arquitecto para a elaboração dos estudos preliminares, e ainda um parecer, também da sua autoria, sobre o impacto urbanístico desta ampliação.

- 2.2. Portimão      142 Documentos  
Caixa 56 e 57 + Gaveta 14 + Rolo 9  
Pasta 26  
1959 - 1969  
Cota: XII - C.T.P.

Este projecto, referente à construção de um edifício para os serviços dos C.T.T. de Portimão, encontra-se praticamente completo e muito bem documentado.

Dele fazem parte a memória descritiva e justificativa, caderno de encargos, resumos de orçamento, medições, informações sobre a instalação eléctrica com os respectivos cadernos de encargos, memória descritiva e desenhos, documentos de contabilidade tais como guias de receita, facturas e estimativas de custos.

Pode ainda ser encontrada correspondência trocada entre vários dos intervenientes do processo: Mário Tavares Farinha, Joaquim Rama, Engenheiro Lobão Ferreira, Raúl Fernandes Martins, entre outros.

Do projecto encontram-se inúmeros desenhos originais, principalmente em papel vegetal, de esboços, plantas, alçados, cortes, pormenores de asnas, pilares, vigas, lages, janelas e portas, mas também informações sobre a canalização e alguns artigos de jornais referindo a construção deste edifício.

### 3. EMBAIXADA BRITÂNICA 10 Documentos

Gaveta 19

Pasta 84

1942

Cota: XII - E.B.

Esta série é referente ao projecto de ampliação de um andar e de uma sala destinada à biblioteca, que a Embaixada Britânica pretendia levar a cabo na sua propriedade situada na Rua de S. Marçal n.º 174, Lisboa. É formada por desenhos da planta geral dos pisos e da entrada, dos alçados laterais, principal e posterior, e corte longitudinal. Informações complementares podem ser obtidas através da consulta do processo de obra n.º 26 233, existente no Arquivo do Câmara Municipal de Lisboa.

### 4. ESTAÇÃO DOS CAMINHOS DE FERRO DE BENGUELA

16 Documentos

Caixa 54 + Gaveta 19 + Rolo 7

Pasta 34

1935 - 1938

Cota: XII - C.F.B.

Projecto de construção de uma estação para a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela. Nesta série encontra-se o projecto de urbanização geral da praça e arruamentos vizinhos, a planta de localização da estação e outros edifícios públicos, a planta geral da estação e linhas, o alçado principal (sobre a antiga Praça Oliveira Salazar), fotografias de aspectos gerais da obra após a sua conclusão e correspondência trocada entre a Companhia e o arquitecto.



5. ESTAÇÃO FRONTEIRIÇA DE GALEGOS 162 Documentos  
Caixa 55 + Gaveta 13 + Rolo 8  
Pasta 30  
1960 - 1969  
Cota: XII - E.F.G.

A presente série engloba a documentação dos projectos de construção e de alteração dos edifícios do posto fronteiriço de Galegos e moradias de seus funcionários (guardas fiscais, chefe do Posto da P.I.D.E., empregados do quadro do tráfego e outros). Encontram-se aqui a planta de localização dos diversos edifícios, desenhos variados de cada um deles e respectivo equipamento, desenhos de perspectiva, medições e orçamentos, documentos contabilísticos, memória descritiva das obras, correspondência, fotografias, e um estudo esquemático para o arranjo dos arruamentos envolventes.

#### 6. JUNTA NACIONAL DOS VINHOS

- 6.1. A-dos- Francos 31 Documentos  
Caixa 52 + Gaveta 11  
Pasta 69  
1961 - 1962  
Cota: XII - J.V.A.F.

Incluíram-se aqui desenhos (originais e cópias), estudos de implantação, plantas de localização, plantas dos vários pisos, alçado principal, laterais e posterior e cortes. Existe ainda alguma correspondência trocada entre Cassiano Branco e o Presidente da Junta Nacional dos Vinhos.

- 6.2. Dois Portos 114 Documentos  
Caixa 53 + Gaveta 18  
Pasta 41  
1960 - 1963  
Cota: XII - J.V.D.P.

Podem ser encontrados os documentos do projecto de construção de um armazém e anexos da Junta Nacional do Vinhos em Dois Portos (Torres Vedras), tais como correspondência trocada entre o arquitecto e o Presidente da Junta, memórias descritivas e justificativas, caderno de encargos, documentos de contabilidade (facturas e outros), informações sobre os honorários de Cassiano Branco, pareceres das vistorias da Câmara Municipal de Torres Vedras e da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, desenhos (originais e cópias) de plantas, cortes, alçados, pormenores de estrutura, relatórios das obras em curso, e o contrato celebrado para a elaboração do projecto do armazém.

- 6.3. Lisboa 79 Documentos  
Caixa 52 + Gaveta 12  
Pasta 18  
1939 - 1960  
Cota: XII - J.V.L.

A documentação inserida na presente sub-série é referente ao projecto de construção e ampliação de anexos no edifício sede da Junta Nacional dos Vinhos, situado na Rua Mouzinho da Silveira, nº 5-5 A, Lisboa. É composta por: correspondência trocada entre Cassiano Branco, a Junta Nacional do Vinhos e a Câmara Municipal de Lisboa, memórias descritivas e justificativas, estimativas de custo, documentos de contabilidade (facturas e outros), desenhos vários como esboços, plantas, alçados, cortes, pormenores, um esboço comparativo dos edifícios existentes com o que se pretende construir, fotografias do edifício após a sua construção, e ainda a minuta do contrato celebrado entre o arquitecto e a Junta Nacional dos Vinhos para a elaboração do ante-projecto e projecto definitivo da ampliação do edifício. Esta obra tem o seu processo no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa com o nº 19 694.

7. OUTROS PROJECTOS      16 Documentos  
Caixa 52 + Gaveta 17  
Pasta 71  
1929 - 1963  
Cota: XII - O.P.

Foram considerados nesta série os projectos relativos ao Quartel da secção e postos da G.N.R. de Valença, Estação de Caminhos de Ferro de Alfarelos, Estação Fronteira de Vilar Formoso e do Caia, e cadeia comarcã de Monção, sendo este último o que se encontra melhor documentado.

Dele existem vários desenhos de plantas, alçados e cortes todos eles originais e assinados por Cassiano Branco.

Os restantes encontram-se mal documentados, e a testemunhá-los existem apenas desenhos, não sendo nenhum original nem da autoria de Cassiano, mas sim de M. Oliveira (Estação de Caminhos de Ferro de Alfarelos) e M. Gouveia (Estação Fronteira de Vilar Formoso).

**C**olecções diversas. Outra das vertentes de Cassiano Branco, para além de arquitecto, foi a de coleccionador, nomeadamente de postais, fotografias e cartazes.

Na lógica do tratamento arquivístico deste espólio, certas fotografias e postais foram em alguns casos integrados em outras secções e séries, uma vez que estavam directamente relacionados com os projectos aí considerados. Deste modo, na presente secção foi considerada apenas a documentação reunida pelo espírito de coleccionador do arquitecto.

1. CARTAZES      11 Documentos  
Gaveta 17  
Pasta 37  
1927 - 1933  
Cota: XIII - C.

Cartazes coloridos, alguns alusivos a instituições ou localidades estrangeiras, de que são

exemplo os “Caminhos de Ferro Federais da Áustria”, “Vicenza”, “Budapeste”, entre outros. Além destes cartazes existem ainda uma pequena colecção de estampas onde predomina a temática da Fonte Luminosa.

2. FOTOGRAFIAS      C. 700 Documentos  
                             Caixas 66 a 70  
                             Pasta 104  
                             s.d.  
                             Cota: XIII - F.

A presente série é formada exclusivamente por fotografias a preto e branco, de dimensões variadas.

É perceptível, em alguns casos, o cuidado do arquitecto em agrupar as fotografias de acordo com os temas que abordam.

Nestes casos, elas encontram-se coladas em cartão, e referem assuntos que vão desde a estatuária até à ourivesaria, passando pela arquitectura militar e religiosa.

A variedade e a heterogeneidade com que estes conjuntos se apresentam, impediram a formação de sub-séries, daí que na sua maioria os documentos se apresentem soltos e dispersos.

Várias cidades portuguesas estão aqui representadas. Contudo, é Lisboa que se encontra melhor testemunhada, ocupando uma percentagem considerável das fotografias da colecção de Cassiano Branco. Encontram-se retratados aspectos do seu quotidiano, as suas ruas, jardins e vistas panorâmicas.

Esta série comporta também negativos (alguns deles em vidro).

3. POSTAIS            C. 1 300 Documentos  
                             Caixa 71 a 80  
                             Pasta 91  
                             s.d.  
                             Cota: XIII - P.

À semelhança do que se passa com a colecção de fotografias, também nos postais (reproduzidos tanto por método fotográfico quanto por método foto-mecânico) é notória uma tentativa de ordenamento patente nas colagens que em alguns casos foram efectuadas em cartão.

Apesar de, tal como sucedeu com as fotografias, não se terem elaborado sub-série temáticas, é possível descortinar alguns temas privilegiados, como por exemplo: museus, mosteiros, gravuras antigas, postais humorísticos da IIª Guerra Mundial, naturezas mortas, e ainda várias cidades portuguesas e estrangeiras vistas nos seus múltiplos aspectos.

Merecem também destaque os postais de autor, como os de Eduardo Portugal, Colecção Passaporte, Edições Costa, J. Bárcia, Casa Sucena, entre outros.

O Arquivo Municipal do Alto  
da Eira e o seu interesse  
para o estudo da  
história da arquitectura  
urbana de Lisboa

---

João Fagundes

**O** Arquivo do Alto da Eira. É vastíssimo e de grande interesse histórico e administrativo o acervo documental reunido no núcleo do Alto da Eira do Arquivo Municipal de Lisboa. Contudo, de ambos os pontos de vista, o seu valor reside na documentação relativa ao processo construtivo completo de praticamente todos os edifícios de Lisboa desde finais do século XIX (incluindo alterações introduzidas e prédios já demolidos).

Inútil será acentuar a importância técnico-burocrática de toda esta documentação, cujo “núcleo duro” é constituído pelos Processos de Obra, em número que ronda os 200.000 ficheiros, contendo memórias descritivas, projectos de arquitectura e engenharia, além de abundante volume de peças desenhadas e dados construtivos de todo o parque habitacional (e não só) da cidade. Por outro lado, estas fontes documentais são cada vez mais procuradas também por estudantes e investigadores, essencialmente provenientes das áreas da Arquitectura e do *Design*, da História de Arte e do Urbanismo, que aqui procuram materiais escritos e desenhados para a elaboração de inúmeros trabalhos práticos, teses de licenciatura, de mestrado ou de doutoramento.

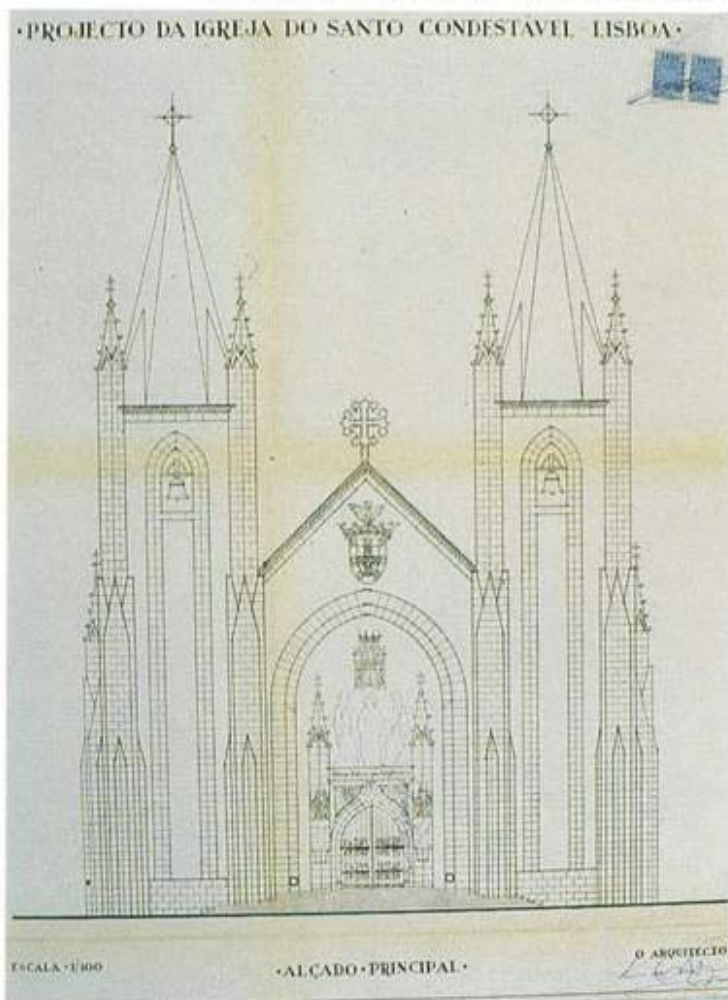
No campo da História da Arte, naturalmente, para além da documentação gráfica, são particularmente interessantes as memórias descritivas, registando por vezes quase em exclusivo as perspectivas teóricas de arquitectos menos conhecidos ou menos prolixos dos últimos cem anos.

Tomemos um exemplo que se afigura típico, não só da arquitectura do período do Estado Novo (bem patente na pobreza teórica e discursiva, ou até mesmo ortográfica, da respectiva memória descritiva), mas também das complexas relações entre os poderes central, local e eclesiástico - exploração político-ideológica da Arquitectura, escambos e interesses fundiários em jogo, urbanização polarizada em torno do edifício, onde intencionalmente se diluem as fronteiras entre o rural e o urbano. Trata-se de um exemplo pouco conhecido e divulgado, sobre o qual a documentação existente praticamente se reduz ao material arquivístico depositado no Alto da Eira.

**A** Igreja do Santo Condestável. Exemplar arquitectónico de maior evidência na freguesia, a igreja do Santo Condestável foi inaugurada em 1951, segundo projecto do arquitecto Vasco Regaleira (falecido em 1968) e a notável participação de Almada Negreiros na concepção dos vitrais. 14 de Agosto foi a data escolhida para a inauguração solene, em memória da Batalha de Aljubarrota e do padroeiro do templo, o beato D. Nuno Álvares Pereira, cujas cinzas aqui repousam vindas do Convento do Carmo.

O partido estético adoptado é de clara revivência medievalista estilizada, românico-gótico, opção plenamente assumida pelo arquitecto na memória descritiva, em que é patente a pouco conveniente modéstia do discurso arquitectónico.

É na organização do espaço interior que mais claramente se manifesta a intenção medievalizante, com as suas três naves de galerias sobre as colaterais, a cobertura ogival e a



Fachada da Igreja do Santo Condestável, Lisboa.

abóbada nervada da capela-mor, decorada com frescos pouco felizes de Portela Júnior. Aqui se encontram, em pequeno esquite neogótico, os restos mortais do Condestável.

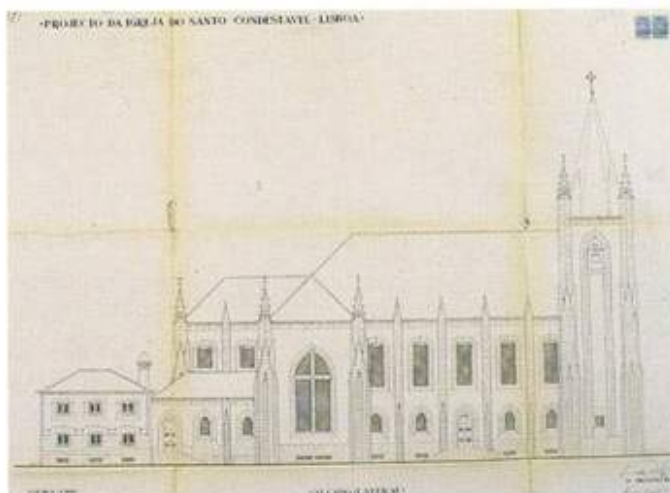
A iluminação geral é intencionalmente ténue, procurando criar uma ambiência de timbre medieval através da luz coada pelos vitrais de Almada, que só por si justificam uma merecida visita ao templo.

Edifício emblemático da freguesia, a igreja do Santo Condestável polariza uma área envolvente urbanizada em simultâneo com a sua construção, num jogo de escalas que parece acentuar a desejada monumentalidade do edifício. Permanece hoje um conjunto urbano em modesto e íntimo diálogo, do ponto de vista urbanístico e vivencial, num bairro em que, curiosamente, a vitalidade sociológica tem sabido preservar um conceito de vizinhança por vezes quase rústico, que a igreja parece cristalizar no espaço e no tempo.

**O** santuário na arquitectura do seu tempo. O templo é um interessante e pedagógico exemplo da regressão estética e do esgotamento da linguagem arquitectónica do Estado Novo na sua procura de criação de um estilo de regime. Já em 1938, a igreja de Nossa Senhora de Fátima, de Pardal Monteiro, representara uma das últimas manifestações do Modernismo racionalista ensaiado durante os anos 30; obra consistente, especialmente notável pela incursão das novas tendências arquitectónicas em área particularmente vulnerável, de dedicada conotação ideológica. Daí, naturalmente, a virulenta polémica que o novo templo iria suscitar, ficando para a história da arquitectura portuguesa dos anos 30 - 40 como expressivo marco do encerramento da primeira fase da arquitectura do Estado Novo.

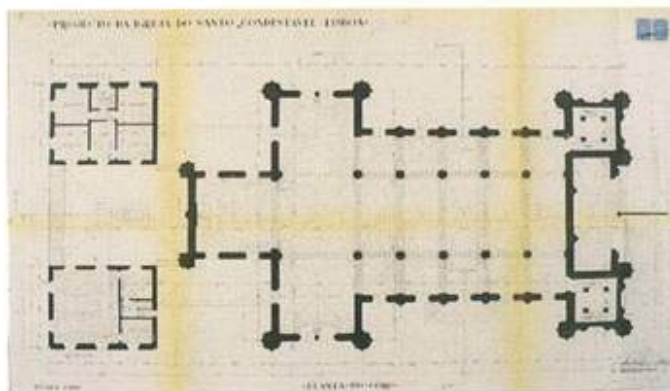
Morto Duarte Pacheco em 1943, afastado António Ferro em 50, prevaleceria no campo das obras públicas o repetitivo recurso a modelos por demais codificados, esgotados e banalizados, numa proliferação de subprodutos a que faltava já a convicção estética e o próprio empenhamento voluntarista do poder.

É assim que, na arquitectura religiosa, o historicismo medievalista, temperado embora com a persistente reminiscência da obra inovadora de Pardal Monteiro, se impõe como modelo de eleição, em que um certo monumentalismo retórico ambigualmente se dulcifica com referências pseudo regionalistas.



Alçado lateral da Igreja do Santo Condestável, Lisboa.

Nada mais oportuno que a transcrição de algumas passagens da memória descritiva do anteprojecto (1946), em que é o próprio arquitecto que nos facilita a tarefa, na sua breve incursão sobre a definição de um estilo a que chamará o “neo-gótico flamejante português” - observem-se as moldurações do portal e a proliferação de pináculos e acrotérios de inspiração flamejante, únicos elementos a partir dos quais o autor desenvolve uma pobre variação sobre o tema, através de colagens exteriores ou periféricas ao coerente entendimento espacial da arquitectura, quer medieval, quer moderna:



Planta da Igreja do Santo Condestável, Lisboa.

*“Somos, como católicos e como arquitectos, contrários a inovações em matéria de arquitectura religiosa que só nos têm trazido edifícios excêntricos, sem beleza real, improvisações temerárias, pouco respeitadas e que ofendem a sensibilidade de todos; assim, ao elaborar o presente anteprojecto, procuramos inspirar-nos no Período da Arquitectura Sacra que decorre de 1389 a 1431, época em que viveu Frei Nuno de St<sup>a</sup> Maria.*

*O estudo a que procedemos levou-nos à convicção de que este período tem a sua expressão mais adequada à consagração que se intenta realizar, nas Igrejas da Graça em Santarém e na do Carmo em Lisboa.*

*Fixadas assim as características dominantes e sem decalcar obra feita procuramos estabelecer as directrizes para a criação dum Neo-Gótico Flamejante Português”.*

Tais considerandos, bem como o discurso inaugural do cardeal Cerejeira, são de uma perfeita limpidez como ilustração do já referido esvaziamento do discurso ideológico e

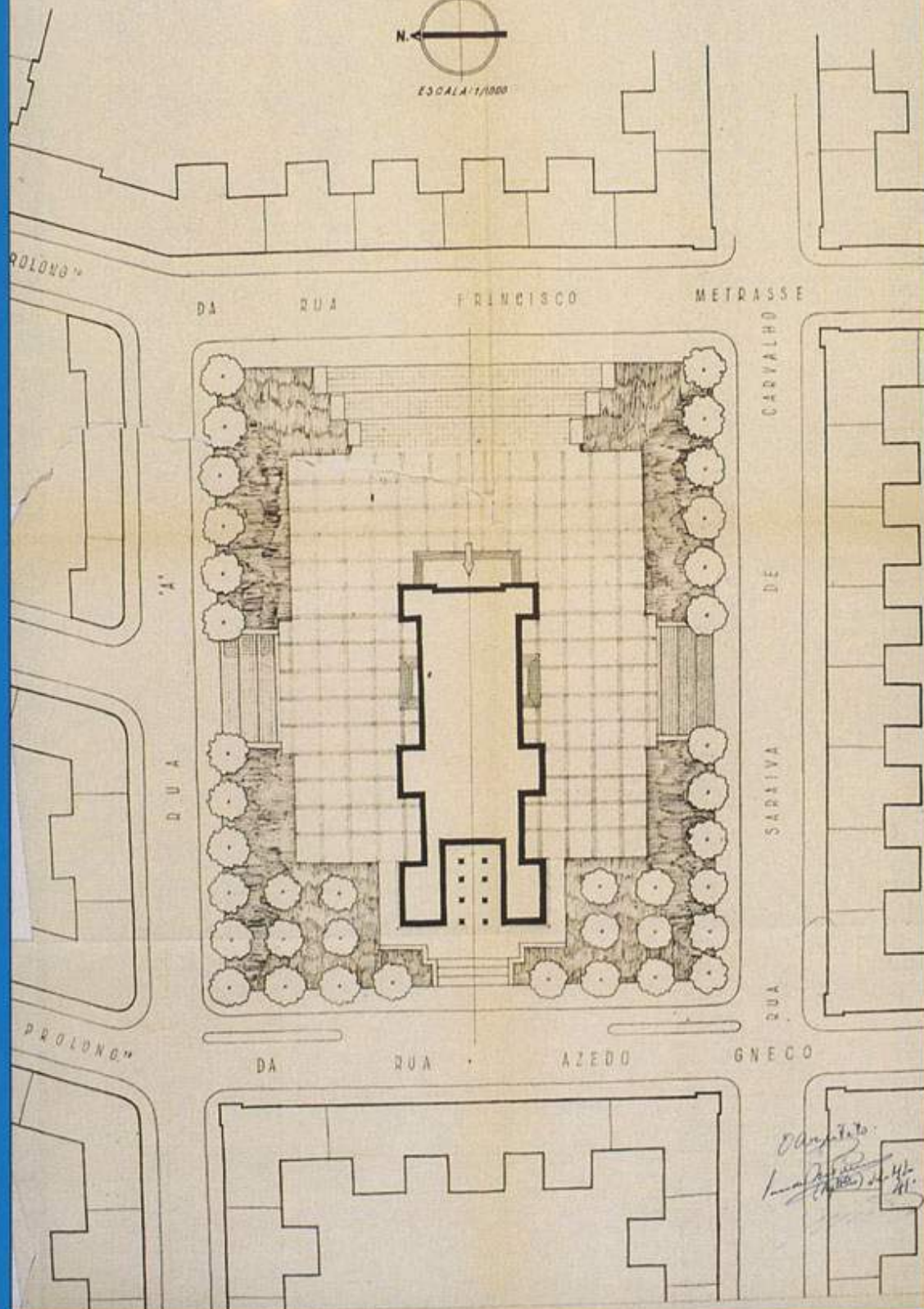
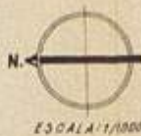
estético do Estado Novo e do esgotamento de formulários arquitectónicos de matriz oficiosa que desde a década de 40 se cristalizaram e banalizaram.

A igreja do Santo Condestável, à semelhança de dois outros templos lisboetas contemporâneos (S.João de Brito e S.João de Deus), exprime assim, historicamente, a exploração e o fracasso final de uma pesquisa arquitectónica fruste e ultrapassada que, no particular âmbito religioso, por aqui se encerraria com a dignidade possível.



# ESTUDO DO ARRANJO DA PRAÇA DO S.<sup>o</sup> CONDESTAVEL

- CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA -



*Elaborado por:  
Luís de Almeida  
(Arquiteto) de 4/2/31*

Planta de localização da Igreja de S.<sup>o</sup> Condestável, Lisboa.

Os Besteiros do  
Conto em Lisboa:

De 1325 aos inícios do século XV

Miguel Gomes Martins

Está ainda por fazer o estudo sistemático dos exércitos portugueses durante a Idade Média. Apesar de alguns contributos importantes como os de A. H de Oliveira Marques<sup>1</sup>, Vitoriano José César<sup>2</sup>, Nuno Valdez dos Santos<sup>3</sup>, Carlos Selvagem<sup>4</sup> e Gastão de Melo de Matos<sup>5</sup>, entre outros, continuamos sem ter uma imagem precisa da forma como funcionavam as instituições militares medievais portuguesas, em aspectos tais como o armamento, o recrutamento, a tática, a estratégia, a cadeia de comando, etc... Está também por fazer o estudo dos principais confrontos bélicos que tiveram lugar durante a Idade Média e onde participaram tropas portuguesas\*.

Este trabalho pretende contribuir para que, no tocante aos Besteiros do Conto, algumas destas lacunas sejam, esperamos, parcialmente preenchidas e, ao mesmo tempo, dar algumas pistas para futuras investigações que se debrucem sobre este tema ou outros a ele ligados.

É também nossa intenção divulgar alguns dos documentos do Livro dos Pregos<sup>6</sup>, um dos mais interessantes códices dos muitos que se encontram à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa (A.M.L.).

Naturalmente, a pesquisa documental sobre um tema com estas características tinha também que se estender ao enorme manancial informativo que é o Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.). Contudo, por ser nosso objectivo debruçarmo-nos apenas sobre o caso particular de Lisboa, optámos por fazer incidir a nossa pesquisa, preferencialmente, na documentação do Arquivo Municipal.

No que diz respeito aos limites cronológicos desta investigação, julgamos que eles se tornarão claros ao longo da leitura do texto, pois, como se verá, data de 1325 o primeiro documento que menciona os Besteiros do Conto em Lisboa, enquanto que a transição do século XIV para o século XV marca o final de um período inicial de consolidação dessa instituição.

---

\* Após a conclusão deste estudo foi defendida, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Dissertação de Doutoramento do Prof. Doutor João Gouveia Monteiro: *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*. 2 Vols. Coimbra: Faculdade de Letras, 1997 (Policopiada). Esta dissertação acrescenta inúmeras informações às que pudemos recolher. No entanto, por já se encontrar concluído, este trabalho não pôde ser completado e melhorado com essas mesmas informações.

<sup>1</sup> A. H. de Oliveira Marques. "A Arte da Guerra" in *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986. p. 335-364.

<sup>2</sup> Vitoriano José César. "Organização Militar" in *História de Portugal*. Vol. II. Barcelos: Portucalense, 1929. p. 527-551.

<sup>3</sup> Nuno Valdez dos Santos. *As Raízes das Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Revista Militar, 1986.

<sup>4</sup> Carlos Selvagem. *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

<sup>5</sup> Tratam-se de diversos artigos publicados no *Diccionario de História de Portugal*. 4 Volumes. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971.

<sup>6</sup> A.M.L. Chancelaria Régia. *Livro dos Pregos* (Ch. R. n.º 45).

Obviamente que, com grande frequência, faremos recuos e avanços relativamente a essas balizas cronológicas em virtude da necessidade de efectuar comparações, de observar permanências e de compreender melhor a evolução histórica.

Não é nosso objectivo, nem seria possível, esgotar este tema. Pretendemos sim, fornecer elementos para futuras pesquisas que completem, confirmem ou desmintam as conclusões a que chegámos com este trabalho.

Por fim, gostaríamos de deixar aqui expressa uma palavra de agradecimento aos Professores Doutores Maria Helena da Cruz Coelho, Pedro Gomes Barbosa e João Gouveia Monteiro, que muito nos ajudaram neste trabalho, esclarecendo dúvidas, formulando opiniões e, sobretudo, demonstrando o seu interesse pelo desenvolvimento deste estudo.

**A**s origens. Não se conhece a data exacta nem as circunstâncias precisas em que foi introduzida em Portugal a instituição dos Besteiros do Conto. Apesar de serem mencionados em forais desde o século XII, tais como o de Cernancelhe (1124), Santarém (1179), Lisboa (1179) e Coimbra (1179)<sup>7</sup>, entre outros, os besteiros permaneceram sem organização própria até finais da centúria de Duzentos. Foi justamente durante o reinado de D. Dinis que a milícia dos Besteiros do Conto foi formada<sup>8</sup>, a partir dos contingentes concelhios, mais precisamente, da peonagem armada com a besta.

Apesar de o II Concílio de Latrão (1139) ter proibido o seu uso contra cristãos<sup>9</sup>, esta arma teve em Portugal e nos outros reinos peninsulares, contrariamente ao arco e flecha, um enorme uso e incremento, sobretudo a partir do século XI<sup>10</sup>, em virtude da Reconquista e da possibilidade que daí advinha de a poder utilizar contra não-cristãos.

É muito possível que a ideia de formar em Portugal contingentes especiais de homens armados com besta, verdadeira tropa de elite, tenha vindo do estrangeiro, adaptada, do modelo francês<sup>11</sup>, que o rei Afonso III tão bem conhecia, ou do processo de reestruturação militar que, de modo relativamente semelhante ao português, se vinha a operar durante o reinado de Afonso X em Castela<sup>12</sup>.

---

<sup>7</sup> *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et consuetudines*. Vol. I. Lisboa: 1856. pp 362-365, 405 - 411, 411 - 415 e 416 - 418 (respectivamente).

<sup>8</sup> Não se conhecem, em reinados anteriores ao de D. Dinis, referências aos Besteiros do Conto.

<sup>9</sup> Gastão de Melo de Matos. "Besteiros" in *Diccionario de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. p. 339.

<sup>10</sup> David Nicolle e Angus McBride. *El Cid and the Reconquista 1050-1492*. London: Osprey, 1988. p.9.

<sup>11</sup> Gama Barros. *História da Administração Pública em Portugal*. Tomo V. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s.d. p. 237.

<sup>12</sup> Idem. *Ibidem*. p. 237.

<sup>13</sup> Terence Wise e Gerald Embleton. *Medieval European Armies*. London: Osprey, 1992. p.15.

Até aí, as milícias dos concelhos e as mesnadas senhoriais apresentavam-se formadas apenas por cavalaria, subdividida em pesada e vilã, e por peões armados indiscriminadamente de bestas, dardos, lanças, chuços, fundas, espadas e mesmo de instrumentos agrícolas aos quais era acoplado um cabo mais longo<sup>13</sup>. Isto, apesar de em muitos locais do reino, como Lisboa, se ter incentivado, desde muito cedo, o uso da besta, como se verifica através do Foral de 1179, que concedia aos besteiros o privilégio de usufruírem do estatuto de cavaleiro-vilão<sup>14</sup>.

Exceptuando a cavalaria pesada, composta por nobres cuja vocação principal era a guerra, estes contingentes apresentavam-se com um carácter não-permanente, sendo a sua mobilização, terminada que estava a Reconquista, efectuada apenas em casos extremos de necessidade de defesa ou de convocação da hoste. Este tipo de organização militar fazia com que as fainas agrícolas, por exemplo, tivessem que ser abandonadas quando menos se esperava, trazendo enormes prejuízos para os recrutados e para todo o tecido social do reino<sup>15</sup>. Embora, não o podemos esquecer, as operações militares pudessem também ser extremamente proveitosas no plano económico graças aos despojos que delas poderiam advir. Assim, contrariados, na sua maioria, e sem hábitos guerreiros, os peões e talvez mesmo os cavaleiros vilãos, revelavam-se pouco eficazes, comparativamente com outros exércitos bem treinados e predispostos para o combate. Além disso, as chefias militares confrontavam-se frequentemente com o facto de, após os períodos de guerra, esses indivíduos venderem as suas armas e equipamento. Esta situação trazia enormes inconvenientes quando se voltava a necessitar dos préstimos guerreiros desses mesmos homens.

Foi precisamente para colmatar essas falhas e para obviar às dificuldades que um sistema desse género impunha que foi criada a instituição dos Besteiros do Conto. Consistia na formação de milícias locais especializadas no uso da besta, cujos contingentes se achavam preenchidos por indivíduos em regime de quase-permanência<sup>16</sup>, dotadas de um comandante, o anadel, que respondia pela sua organização e eficácia. Esta estrutura permitia a manutenção de um exército melhor armado, melhor preparado através de exercícios regulares, com um maior grau de prontidão e rapidamente mobilizável, a que o monarca poderia recorrer sempre que dele necessitasse. Uma outra vantagem, igualmente importante, provinha do facto de, por serem previamente fixos, os contingentes manterem sempre o mesmo número (conto) de homens, permitindo uma planificação mais exacta das campanhas.

---

<sup>14</sup> Marcelo Caetano. *A Administração Municipal de Lisboa Durante a 1ª Dinastia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. p. 98.

<sup>15</sup> Este motivo levou a que D. João I determinasse que *faredes os dictos beesteiros do conto dos homens mançebos e de mester convem a saber çapateiros e alfaiates e ferreiros e carpenteiros e almocreves e tanoeiros e Regatooes e d' outros quaaes quer meesteres que acharde* (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 223), deixando assim, propositadamente, de fora aqueles que se ocupavam das actividades agrícolas.

<sup>16</sup> Não se tratavam de militares profissionais cuja única ocupação era a guerra. Eram sim, indivíduos que, mantendo as suas ocupações laborais, estavam permanentemente disponíveis para integrarem os contingentes que compunham a hoste. Daí considerarmos tratar-se de uma forma de "quase-permanência".



Aspecto provável de um besteiro na altura da criação dos Besteiros do Conto (finais do Séc. XIII - inícios do Séc.XIV) (in David Nicolle e Angus McBride. *French Medieval Armies*. Osprey, 1991).

No entanto, a eficácia dos troços de peões compostos exclusivamente por besteiros, pôde ser comprovada por D. Dinis que, antes de lhes dar aquela nova orgânica, os utilizou por diversas ocasiões. Veja-se, a atestá-lo, um documento de 1298 em que o rei faz menção dos “cavaleiros e dos beesteiros que ora foram a meu serviço”<sup>17</sup>, ou a listagem em que se refere. “Estes son os beesteyros que devem hyr a serviço d’El Rey”.<sup>18</sup> A comandar cada um destes troços, encontrava-se o anadel, citado na documentação já em 1282.<sup>19</sup>

Remontam precisamente ao período do conflito entre o rei português e o seu irmão Afonso Sanches, os primeiros documentos que atestam a existência dos Besteiros do Conto. Trata-se de duas cartas régias, datadas de 24 de Outubro de 1299,<sup>20</sup> através das quais D. Dinis concedia privilégios aos Besteiros do Conto de Serpa, em recompensa dos serviços prestados *em esta guerra* [contra Afonso Sanches] *e em Portalegre*<sup>21</sup>, vila a que D. Dinis pôs cerco entre Maio e Outubro desse ano.<sup>22</sup> A estas cartas, seguem-se outras, datadas de 1304, 1309 e 1313.<sup>23</sup>

Foi, pois, num contexto extremamente conflituoso, que começaram

<sup>17</sup> A. M. L. *Livro dos Pregos*. fl. 32-32v

<sup>18</sup> Gama Barros (*Op. Cit.* Tomo V. p. 232) identifica-a como sendo datada de um período compreendido entre o reinado de D. Dinis e o final do século XIV. No entanto, parece-nos crível que estamos em presença de um documento dionisino. Este apresenta uma listagem onde surge o número de besteiros que algumas cidades e vilas deviam apresentar para serviço do rei: Abrantes - 32, Tomar - 32, Pombal - 21, Soure - 12, Torres Novas - 21, Ourém - 21, Porto de Mós - 10, Leiria - 40, Penela - 6, Miranda - 4, Arouce (Lousã) - 12, Coimbra - 31, Montemor - o - Velho - 21, Alcanede - 15 e Santarém - 60 .

<sup>19</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v. O documento que refere a existência do anadel no comando de troços compostos unicamente por besteiros é uma carta em que D. Beatriz, viúva de Afonso III concede privilégios aos besteiros de Serpa, e que se encontra tresladado na carta que reproduz os privilégios dos besteiros do Conto de Lisboa.

<sup>20</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v. Trata-se de treslados, mais uma vez inseridos no documento que reproduz os privilégios concedidos aos Besteiros do Conto de Lisboa. Um deles não se dirige aos Besteiros do Conto de Serpa mas, unicamente, aos besteiros. No entanto, por terem ambos a mesma data, tratar-se-à, por certo de um lapso ou omissão involuntária.

<sup>21</sup> A. M. L. *Livro dos Pregos*. fl. 120.

<sup>22</sup> Ângelo Ribeiro. “Lutas de Família” in *História de Portugal*. Dir. de Damião Peres Vol II. Barcelos: Portucalense, 1929. p.302.

<sup>23</sup> A. M. L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v e seguintes.

a surgir os primeiros privilégios concedidos aos Besteiros do Conto, no caso aos de Serpa, datados de 1299. Parece-nos que, efectivamente, estamos em presença dos primeiros documentos deste tipo,<sup>24</sup> pois além de não se conhecerem nenhuns anteriores, verifica-se que os privilégios se encontram distribuídos por várias cartas<sup>25</sup>, o que revela, no nosso ponto de vista, uma certa insipiência e falta de prática, quer quanto à sua elaboração formal, quer quanto ao seu conteúdo. Posteriormente, esses privilégios aparecem consignados num só diploma, como acontece, por exemplo, com os Privilégios dos Besteiros do Conto de Guimarães<sup>26</sup> e apresentam uma grande uniformidade entre, praticamente, todos eles<sup>27</sup>.

E se a atribuição dos primeiros destes documentos se enquadrou num período extremamente belicoso, foi durante uma outra fase de grande agitação político-militar do reinado de D. Dinis, a Guerra Civil de 1319-1324 contra o futuro Afonso IV, que voltaram a ser emitidas novas cartas de privilégios a Besteiros do Conto. Estão nesta situação os contingentes de Alcáçovas em 1320<sup>28</sup>, de Alcácer (do Sal) também em 1320<sup>29</sup>, de Palmela<sup>30</sup> em 1321<sup>31</sup>, de Guimarães em 1322<sup>32</sup>, e de Riba Tejo<sup>33</sup> em 1323<sup>34</sup>.

Curioso é o facto de, excepção feita a Guimarães, todas estas localidades receberem, para

---

<sup>24</sup> Antes de 1309, D. Dinis deve ter também concedido Cartas de Privilégios a Besteiros do Conto de outras localidades alentejanas, já que num dos documentos dirigidos aos besteiros do Conto de Serpa, o rei alude claramente aos *comcelhos das villas d'arredor com os outros meus beesteiros do conto seus vezinhos* (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v).

<sup>25</sup> São cinco cartas, além de uma outra, anterior, datada de 1282 e atribuída por D. Beatriz, que estipulam os Privilégios que devem ter os Besteiros do Conto de Serpa.

<sup>26</sup> Publicado por Henrique Gama Barros. *Op. Cit.* Tomo V. p. 241-242.

<sup>27</sup> Vejam-se também, por exemplo, os Privilégios concedidos por D. Pedro I aos Besteiros do Conto de inúmeras localidades do país, documentos esses constantes da sua Chancelaria, e que revelam já, no mínimo, uma padronização desses mesmos privilégios.

<sup>28</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 121.

<sup>29</sup> *Idem. Ibidem*. fl. 120.

<sup>30</sup> Os Besteiros do Conto de Palmela devem ter recebido, antes de 1321, uma ou mais, cartas de privilégios. Estas são referidas na carta de 1321 (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120). Contudo esse ou esses documentos não são conhecidos.

<sup>31</sup> *Idem. Ibidem*. fl. 120.

<sup>32</sup> Gama Barros. *Op. Cit.* p.241-242.

<sup>33</sup> Não se conhece a carta que atribui os privilégios aos Besteiros do Conto de Riba Tejo, mas apenas a que determina que os Besteiros do Conto de Lisboa tenham esses mesmos privilégios (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 119v). A toponímia contemporânea não regista a existência de nenhuma localidade com esta designação, o que torna a sua identificação bastante difícil. No entanto, pode, já que o nome para tal parece apontar, tratar-se de uma zona da actual província ribatejana.

<sup>34</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 119v.

<sup>35</sup> Sobre os Besteiros do Conto de Guimarães, veja-se: Maria da Conceição Falcão Ferreira. "Os Besteiros do Conto de Guimarães na Centúria de Trezentos" in *Revista de Ciências Históricas*. Vol III. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988. pp. 183-216.

os seus Besteiros do Conto,<sup>35</sup> cartas de privilégios que têm como base as atribuídas a Serpa. Este fio condutor não nos parece explicável, a não ser pelo facto de essa vila alentejana ter sido a primeira localidade do país a receber carta de privilégios para os seus Besteiros do Conto, servindo por isso de modelo para quase todas as que se lhe seguiram nos anos próximos.

O caso dos Besteiros do Conto de Guimarães, por outro lado, parece-nos um pouco estranho em todo este processo, já que os seus privilégios, à parte a proximidade cronológica com os restantes e alguns elementos comuns a nível de conteúdo, diferem bastante dos seus congéneres. Em primeiro lugar, por não seguirem o modelo de Serpa e, em segundo, por serem privilégios mais extensos e, ao mesmo tempo, mais atraentes para aqueles que os recebiam. Todas estas questões podem ter resposta, parece-nos, no facto de aquela cidade minhota ter sido a excepção ao domínio generalizado que o Infante D. Afonso exercia na zona a Norte do rio Mondego durante a primeira fase da Guerra Civil de 1319-1324<sup>36</sup>. D. Dinis procuraria desse modo atrair para junto de si combatentes que haviam já dado provas de bravura e de lealdade e, ao mesmo tempo, recompensá-los pela adesão ao seu partido.

Além dos aspectos relacionados com a rapidez de mobilização e eficácia, poucas mais seriam as diferenças entre os besteiros que compunham os Contos e os que faziam parte das milícias concelhias ou das mesnadas senhoriais. A documentação respeitante ao reinado de D. Dinis não demonstra sequer ter havido qualquer tipo de preocupação com a uniformização do armamento defensivo e ofensivo de uns ou de outros<sup>37</sup>. Talvez essas diferenças fossem mais notórias no plano dos quantitativos que apresentavam, devendo os do Conto, representar um número muito inferior aos restantes. De resto, em combate, em nada deveriam diferir.

Poder-se-á então perguntar quais foram os primeiros resultados práticos desta milícia que, até 1325, apenas se estendia a pouco menos que uma dezena de localidades? Concretamente não o sabemos. Só com um estudo aprofundado da Guerra Civil de 1319-1324 o poderemos avaliar, já que esta parece ter sido o “balão de ensaio” dos recém criados contingentes de Besteiros do Conto. Não obstante, acreditamos que esta instituição deve ter dado as provas necessárias para que continuasse a ser utilizada em Portugal, apesar de melhorada e modificada, até à adopção definitiva da arma de fogo portátil em meados do século XV<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> José Mattoso. “A Guerra Civil de 1319-1324” in *Portugal Medieval-Novas interpretações*. 2ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992. p. 304.

<sup>37</sup> Em 15 de Maio de 1317, o rei, numa carta enviada ao Concelho de Lisboa, determina apenas que *os peoes que ouverem quantia de çem libras affondo que tenham lanças e dardos e beestas* (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa - Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1947. p.130).

<sup>38</sup> As campanhas de D. Afonso V em Castela marcam, no nosso entender, o grande momento de viragem, sendo a Batalha de Toro uma confirmação dessa tendência. A presença de espingardeiros nas hostes portuguesas revelou-se assim extremamente produtiva, levando a que as armas portáteis pirobalísticas fossem gradualmente substituindo as suas congéneres neurobalísticas.



Os privilégios dos Besteiros do Conto de Lisboa. Se a cidade de Lisboa, até 1325, parece ter mostrado alguma relutância em aderir à recém-criada estrutura dos Besteiros do Conto, acabou por mudar a sua posição, obrigada ou voluntariamente, logo nos primeiros meses do reinado de Afonso IV. Parece-nos legítimo pensar, pela proximidade cronológica, que, a essa mudança de posição, esteve subjacente uma preparação para os conflitos entre a Coroa e o bastardo de D. Dinis, Afonso Sanches. Deste modo, no dia 20 de Dezembro de 1325, o rei concedeu a primeira carta de privilégios aos Besteiros do Conto de Lisboa<sup>39</sup>.

Observemos a “genealogia” deste documento: Tal como havíamos visto, entre 1299 e 1313, D. Dinis atribuiu aos seus Besteiros do Conto de Serpa diversas cartas de privilégios. Utilizados também pelos Besteiros de Alcáçovas<sup>40</sup>, estes privilégios, por determinação régia de 1320, passaram também a vigorar relativamente aos Besteiros de Alcácer do Sal<sup>41</sup>. A falta de cumprimento, por parte do Comendador da Ordem de Santiago e dos juizes de Palmela, de privilégios anteriormente concedidos aos Besteiros do Conto dessa vila, levou a que, face aos protestos destes, o rei determinasse, em 1321, que tivessem os mesmos privilégios que os de Alcácer<sup>42</sup>. Em 1323, foi entregue por concessão régia, aos Besteiros do Conto de Riba Tejo, para que estes dela beneficiassem, uma carta de privilégios que trasladava os dos seus congêneres de Palmela<sup>43</sup>. Por fim, foi Afonso IV quem, em Dezembro de 1325, dirigindo-se por carta aos Besteiros do Conto de Lisboa, mandou que *ajam aquellas homrras e bem fectorias e liberdades e husos e costumes que ham os beesteiros do comto de rribateio*<sup>44</sup>.

Ignoramos quais os motivos precisos que, depois desta data, levaram a que este documento fosse lido e trasladado em reunião do Concelho de Lisboa, primeiro *ante a porta da ssee* no dia 10 de Dezembro de 1326<sup>45</sup> e na *camara do paaço do comcelho* no dia 7 de Abril de 1340<sup>46</sup>. No entanto, parece-nos provável que a primeira data tenha, tal como a de 1325,

---

<sup>39</sup> *Eu querendo fazer graça e mercee ao anadal e beesteiros do conto da cidade de lixboa Tenho por bem E mamdo que elles ajam aquellas homrras e bem fectorias e liberdades e husos e costumes. que ham os beesteiros do comto de rribateio* (A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 119v - 122).

<sup>40</sup> Conhece-se apenas o documento que treslada, para os Besteiros do Conto de Alcáçovas, os privilégios dos seus congêneres de Serpa: A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 120. Este documento não se encontra datado.

<sup>41</sup> *Eu querendo fazer graça e mercee aos meus beesteiros do conto d' alcaçar tenho por bem e mando que elles aiam a homrra e as livridoos e as benfectorias que ham os outros meus beesteiros do conto das alcaçovas* (A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 120).

<sup>42</sup> *Porque vos mando que veiades as cartas e os privilegios que os meus beesteiros do conto d' alcaçar seus vezinhos sobr' esto de mym ham e fazede-as cumprir e aguardar assy como em ellas he conthudo aos beesteiros do conto dessa villa* (A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 120).

<sup>43</sup> *querendo fazer mercee aos seus beesteiros do conto de rriba teio mandava que ouvessem aquelas livridoões e homrras que avjam os [seus] beesteiros do comto de palmella* (A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 119v).

<sup>44</sup> A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 119v.

<sup>45</sup> A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 119v.

<sup>46</sup> A.M.L. Livro dos Pregos. fl. 119v.

ligação directa com a reunião de contingentes para as campanhas de D. Afonso IV contra o seu irmão Afonso Sanches, enquanto que a segunda se prende, certamente, com os preparativos para a intervenção militar de Portugal em auxílio de Castela, intervenção essa que teve o seu expoente máximo na vitória obtida na Batalha do Salado em Outubro de 1340. Talvez a mobilização dos Besteiros do Conto de Lisboa levasse a que estes, como contrapartida, tivessem exigido o cumprimento dos privilégios que anteriormente lhes haviam sido concedidos, e que até aí, talvez, não tivessem sido aplicados à risca.

De um modo geral, os privilégios dos Besteiros do Conto de Lisboa resumiam-se a: Todos eles passavam a gozar de uma protecção especial por parte do rei, que determinava que quem lhes fizesse, ou aos seus bens, algum tipo de mal seria obrigado a pagar-lhes o dobro do valor do dano causado, isto além de uma multa de seis mil soldos que revertia directamente para o monarca. A caça que matassem podia ser vendida livremente sem que sobre ela recaísse almotaçaria e dízima. Além disso, os veados que caçassem não ficavam sujeitos a sisa. Estas isenções não eram, no entanto, extensivas ao *quinto*, que revertia para o bispo, nem à quarta parte, que cabia ao rei. Os Besteiros do Conto encontravam-se também livres de responder perante os juízes das Oveñas, devendo-o fazer sim perante o seu anadel. Este privilégio não se aplicava a assuntos do foro criminal, nos quais esse oficial exercia apenas a função de terceiro juiz. As penhoras que recaíssem sobre os bens destes besteiros só podiam ser efectuadas depois de estes serem ouvidos pelo seu anadel. Estas penhoras, caso fossem motivadas por dívida, não podiam incidir sobre panos de rás (arraiz), cavalos, armas ou roupas, mas apenas sobre os produtos agrícolas obtidos nesse ano (as novidades). Destas penhoras, o porteiro do juiz e o dos besteiros recebiam metade da dízima, revertendo a outra metade para os cofres do rei. Além do já referido porteiro, os Besteiros do Conto tinham também o seu mordomo. Os Besteiros podiam ainda receber sesmarias. No plano militar, os privilégios determinavam que passariam a ter pendão e alferes<sup>47</sup>. Só poderiam ser chamados para o serviço do rei com o conhecimento do anadel, que deveria sempre ter em linha de conta as necessidades de defesa da localidade. O não cumprimento do *apelido*<sup>48</sup> era punido com o pagamento de sessenta soldos e ainda de outros cinco por não acorrer ao pregão sem motivo justificativo da falta. Este dinheiro revertia na totalidade, através do mordomo, para a constituição de um fundo (chamar-lhe-íamos hoje fundo de maneio) de onde se retirava o necessário para pagar as despesas correntes, tais como as que se relacionavam com a redacção e envio de cartas. Os casos de revelia eram punidos com três soldos de multa pagos directamente ao anadel. Os Besteiros

---

<sup>47</sup> O facto de os Besteiros do Conto de cada localidade terem pendão e alferes levam-nos a pensar que, em combate, lutariam juntos, e não distribuídos por outros grupos. O pendão dos Besteiros do Conto de Lisboa, por exemplo, era transportado pelo alferes, e servia como ponto de referência para assinalar o local onde se encontrava esse mesmo grupo de Besteiros, impedindo que estes se separassem e permitindo assim uma fácil identificação da distribuição das tropas no terreno.

<sup>48</sup> Apelo dirigido no sentido de os habitantes de um determinado local pegarem em armas para se defenderem de um ataque inimigo.

deveriam ir a serviço do rei mesmo que o Concelho não fosse<sup>49</sup>, e eram escusados de guardas, de pagamento para a manutenção de fontes e outros impostos concelhios no género<sup>50</sup>.

Verifica-se assim, através dos itens acima mencionados que, além de privilégios, aquele documento estipula também deveres, o que faz dele um verdadeiro diploma estatutário relativo aos indivíduos que compunham a milícia dos Besteiros do Conto.

**O**S CONTOS. Por altura da concessão da Carta de Privilégios, em 1325, terá também sido estabelecido o Conto da cidade, ou seja, o número de besteiros que a capital do reino era obrigada a disponibilizar para serviço do monarca. Ignora-se quando, e de que forma, foram estipulados os primeiros contos pois até agora o único Rol de Besteiros do Conto conhecido reporta-se apenas ao século XV<sup>51</sup>. No entanto, somos levados a pensar que, na maior parte dos casos, a partir do momento em que cada localidade passava a estar sujeita à nova orgânica do serviço militar, ser-lhe-ia de imediato atribuído o número de besteiros que passaria a compor o Conto, bem como a respectiva Carta de Privilégios. Todavia, como até agora só estas são conhecidas, tal não passa de uma hipótese, a confirmar, ou não, no futuro<sup>52</sup>.

Pela análise da documentação disponível, parece-nos bastante provável que, em 1331, esses contingentes estivessem já determinados para diversas localidades do país pois nesse ano,

---

<sup>49</sup> Veja-se, por exemplo, a carta régia de D. Fernando, datada de 9 de Agosto de 1373, na qual são concedidos vários privilégios aos moradores de Lisboa, e dos quais se destaca a isenção de, durante três anos, ir *em fronteira per mar nem por terra*. Este privilégio, contudo, não era extensivo aos Besteiros do Conto nem aos homens do mar (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 74v). São inúmeras as situações deste género. Vejam-se, por exemplo, os casos dos moradores da Almedina de Coimbra, que D. Fernando isenta do serviço de hoste, fossado e frontaria, excepto se forem Besteiros do Conto (A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando*. Livro I. fl. 131v-132), ou o dos moradores de Abrantes, isentos de servir por terra ou por mar, salvo se se tratarem de Besteiros do Conto (A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando*. Livro I. fl. 157), ou ainda o dos homens bons de Benavente, também isentos de servir por terra ou por mar, excepção feita, mais uma vez, aos Besteiros do Conto (A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando*. Livro II. fl. 1).

<sup>50</sup> Todos estes privilégios atribuídos aos Besteiros do Conto de Lisboa encontram-se em: A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v-121.

<sup>51</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 226-227v, *Ordenações del-Rei D. Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. p. 651-663, *Ordenações Afonsinas*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 438-447. Existem algumas diferenças entre as diversas fontes que apresentam este mesmo Rol de Besteiros do Conto. Apenas a título de exemplo, As Ordenações Afonsinas, Livro I, apontam 65 Besteiros do Conto para Setúbal (p. 438), e 7 para Cheleiros, tal como se verifica no Livro dos Pregos (fl. 226). Por outro lado, as Ordenações de D. Duarte indicam 60 besteiros para Setúbal (p. 651) e, apenas, 2 para Cheleiros (p. 654). Existem algumas diferenças entre as diversas fontes que apresentam este mesmo Rol de Besteiros do Conto.

<sup>52</sup> Tal como se verificou no caso de Lisboa, em que a Carta de Privilégios aos Besteiros do Conto, não constava dos livros de Chancelaria existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, poderá suceder que, relativamente a outras localidades do país, se passe o mesmo tipo de situação. Deste modo, só uma pesquisa exaustiva nos diversos Arquivos Municipais permitirá confirmar a existência, ou não, de documentos a determinar os Conto dos Besteiros das diversas localidades do país, bem como alguma outra documentação importante para um estudo que verse estas matérias.

durante as Cortes de Santarém, os povos mostraram-se agravados pelo facto de o rei mandar fazer *Besteiros do conto muytos maijs que os conpre*<sup>53</sup>. Ao que o rei responde que *mandara saber quantos beesteijos ha cada vila e quaes son pera maijs servir*<sup>54</sup>.

Em Lisboa, o primeiro Conto remonta, tal como a Carta de Privilégios atribuída aos seus Besteiros, ao reinado de D. Afonso IV. Apesar de não se conhecer o documento que o estipula, sabemos, através de um outro, que esse número era de trezentos homens<sup>55</sup>. Torna-se extremamente difícil avaliar se se trata ou não de um número elevado pois, infelizmente, não se conhecem outros contos do mesmo período para que os possamos comparar. No entanto, em termos absolutos era-o. Sabemos, por outro lado, que se manteve inalterado durante os três reinados seguintes, vindo somente a ser aumentado, por D. João I, no início do seu reinado, para quatrocentos homens armados com besta. Talvez este acréscimo se ligue às necessidades de índole militar verificadas durante a Guerra da Independência. Contudo, os protestos apresentados pelo Concelho de Lisboa em 1388, alegando que esse número não podia ser cumprido em virtude do despovoamento, levaram a que o rei voltasse a exigir um Conto de apenas trezentos besteiros<sup>56</sup>. Aliás, foi o próprio D. João I a afirmar, mais tarde, que *nom queremos mais[besteiros] do que eram em tempo d'el Rey nosso yrmaão*<sup>57</sup>. Seria precisamente este o Conto atribuído a Lisboa no Rol dos Besteiros de 1421-256<sup>58</sup>. Na prática, este número não atingiria sempre as três centenas de homens já que, destes, eram retirados alguns para servir nas galés<sup>59</sup>.

Não obstante a fixação dos diversos contos, verificavam-se, em algumas localidades do

---

<sup>53</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: I.N.I.C., 1982. p.39.

<sup>54</sup> *Idem. Ibidem.* p. 39.

<sup>55</sup> *em tempo d'el Rey dom afonso nosso avoo E d'el Rey dom pedro nosso padre e D'El Rey dom fernando nosso jrmaão aos quaaes deus perdom que esa çidade era melhor poborada de gentes que ora he E que o numero dos beesteiros do conto da dicta Cidade nom era mais que de trezentos*(A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 146v).

<sup>56</sup> *E Nos veendo o que nos pediades e querendovos fazer graça e merçee Teemos por bem e mandamos que se assi he como nos dizedes que nom aja hi em essa çidade daquy em diante mais beesteiros do conto que os ouve em tempo dos dictos Senhores Reis*(*Idem. Ibidem.* fl. 146v).

<sup>57</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 150.

<sup>58</sup> *Idem. Ibidem.* fl. 225v - 227v, *Ordenações del-Rei D. Duarte*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1988. p. 651 - 663 e *Ordenações Afonsinas*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 438-447. Optámos por citar as três fontes na medida em que existem discrepâncias entre elas. Esta lista deve ter sido elaborada mediante as informações recolhidas em cada localidade do país, a partir de 1417, por Vasco Fernandes de Távora, substituto do Anadel Mor Afonso Furtado, e por Armom Botim escrivão da Anadaria, a quem D. João determina: *saberedes per çerta e verdade emformaçom do anadal e beesteiros do conto mais antiijos que hi ouver E per outros quaaes quer que o melhor poderdes saber quantos beesteiros do conto soya d'aver no dicto logar no tempo dos Reis que amte nos foram*(A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 222v).

<sup>59</sup> *E mandovos que levedes dos beesteyros do conto dessa Cydade e das comarcas d[e] arredor della pera me servirem nas ditas galees quantos emde comprirem pera meu serviço*(*Documentos para a História da cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*. Op. Cit. p. 233-234).

país, abusos por parte dos anadéis, que recrutavam mais Besteiros do que aqueles que se encontravam estipulados. Os protestos populares fizeram-se ouvir, pelo menos, nas já mencionadas Cortes de 1331 realizadas em Santarém<sup>60</sup>. Contudo, desconhece-se se houve, ou não, tentativas, por parte do anadel de Lisboa, de apresentar mais Besteiros do Conto do que os trezentos previamente estabelecidos.

### As origens sociais e profissionais dos Besteiros do Conto.

Mas quem eram estas três centenas de homens que, durante mais de um século, a cidade se viu obrigada a fornecer para a composição do exército real? A documentação coeva poucos elementos nos fornece que permitam responder a esta questão. Segundo Gama Barros, no final do reinado de D. Dinis, a besta estava destinada aos peões mais pobres<sup>61</sup>. Este autor baseia-se num documento de 1317, endereçado ao Concelho de Lisboa<sup>62</sup>, no qual se determinava que, dentro da peonagem, os que tivessem *contias* superiores a 100 libras deviam apresentar, além de lança, *espaldeiras*, *gargueiras* (gorgeiras) e escudos, ao passo que os seus congéneres que não atingissem essa *contia* deveriam apenas possuir lanças, dardos e bestas<sup>63</sup>. Esta divisão era ditada pela necessidade que os homens de pé tinham de se protegerem com armamento defensivo, para susterem na ponta das suas lanças as cargas da cavalaria e infantaria inimigas. A sua aquisição implicava uma maior despesa, o que só poderia ser suportado por aqueles que tivessem condições económicas para o fazer. Por outro lado, aqueles cuja função no combate era, à distância, arremessar projecteis (dardos, flechas e virotões) contra o inimigo, não precisavam de possuir armas defensivas. Daí o facto de a besta, como arma que não necessitava forçosamente do complemento de defesas individuais, ser atribuída aos peões de menor quantia.



Besteiro no acto de armar a besta através do mecanismo do cinto hispânico (início do séc. XIV)  
(in *História de Portugal*, dir. de Damião Peres. Vol II Barcelos: Portucalense, 1929).

<sup>60</sup> *Cortes Portuguesas: Reinado de Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: I.N.I.C., 1982. p. 48.

<sup>61</sup> Gama Barros. *Op. Cit.* Tomo V. p.240.

<sup>62</sup> *Documentos para a História da cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I.* Op. Cit. p. 129-131.

<sup>63</sup> *Documentos para a História da cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I.* Op. Cit. p. 130.

Esta peonagem, de um modo geral, é identificável como sendo composta por homens de mester e por pequenos proprietários rurais<sup>64</sup>. Fundamental, para a sua admissão na categoria dos Besteiros do Conto era ainda serem casados<sup>65</sup>. Todavia, esta divisão parece-nos ser pouco precisa, já que a posse de besta não era apenas atributo dos homens de menor *contia*. Vejam-se, por exemplo, os casos de João Martins, besteiro, a quem o rei D. Dinis emprazou, em 1323, um sotão e um sobrado na Rua Nova<sup>66</sup> e de Vicente Domingues, Anadel dos Besteiros do Conto de Lisboa, a quem o rei D. Pedro emprazou, em 1365, uma casa no mesmo local<sup>67</sup>. Nem um nem outro eram, certamente, indivíduos de fracos recursos pois estes dificilmente teriam possibilidades económicas que lhes permitissem viver na mais luxuosa artéria de Lisboa.

A importância crescente da besta no quadro da tática militar da Idade Média fez com que os Besteiros passassem a ocupar um lugar privilegiado, tanto em combate como na sociedade civil<sup>68</sup>. Deste modo, pertencer a uma tropa de elite, como eram os Besteiros do Conto, passou, certamente, a ser visto como uma forma de prestígio e de ascensão social, muito particularmente dentro do grupo genérico dos mesteirais devido ao facto de ser cada vez mais necessário, em virtude do despovoamento, manter nas suas ocupações os homens ligados à agricultura. Além disso, o elevado preço que atingia o armamento<sup>69</sup> fazia com que nem todos a ele tivessem acesso. A besta era disso exemplo, pois requeria, para o seu fabrico, uma mão-de-obra e técnicas especializadas<sup>70</sup>.

A preponderância dos mesteirais entre os Besteiros do Conto de Lisboa, comparativamente com outros grupos socio-profissionais, é verificável através de vários documentos. Tome-se como exemplo disso o contrato enfiteútico realizado em 1373, entre D. Fernando e o sapateiro, e besteiro, Simão Pires relativo a umas casas em S. Nicolau<sup>71</sup>. Pedro Dias, que em 1340 desempenhava em Lisboa as funções de Anadel era também ele um sapateiro<sup>72</sup>. Os sapateiros eram justamente dos grupos que maior número de homens forneciam aos Besteiros do Conto. Eram eles que surgiam indicados em primeiro lugar num documento, datado de 1417, onde se especificava claramente que os Besteiros deveriam ser retirados,

---

<sup>64</sup> A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986. p.263.

<sup>65</sup> A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Op. Cit. p. 348.

<sup>66</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. Dinis*. Livro IV. fl. 96v.

<sup>67</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: I.N.I.C., 1984. p. 476.

<sup>68</sup> A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Op. Cit., p. 340.

<sup>69</sup> Idem. *Ibidem*. p. 340.

<sup>70</sup> Idem. *Ibidem*. p. 340.

<sup>71</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando*. Livro I. fl. 123v.

<sup>72</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 119v.

preferencialmente, de entre os *çapateiros e alfaiates e ferreiros e carpenteiros e almocreves e tanoeiros e Regatooes e d'outros quaaes quer meesteres*<sup>73</sup>, e ainda *çieiros(cirieiros) de mester*<sup>74</sup>. A todos estes acrescentavam-se ainda os *homeens mançebos que husem atirar com beesta*<sup>75</sup>, ou seja, caçadores jovens habituados ao manejo dessa arma. Desta forma, procurava-se otimizar a milícia, compondo-a, sobretudo, com elementos oriundos de um universo profissional que permitisse a compatibilização de uma profissão com a actividade militar, sem prejuízo de nenhuma delas.

Esta preocupação em não interferir nas ocupações profissionais dos besteiros, ou de o fazer o menos possível, deve também ser entendida como uma forma de enquadrar estes indivíduos dentro de um determinado índice económico, o que era conveniente em virtude dos seus deveres militares.

**O** recrutamento. A documentação não deixou, em Lisboa tal como no resto do país, qualquer indicação precisa sobre a forma como se processava a escolha dos Besteiros do Conto. Porém, tudo indica que fosse feita mediante indicação dos concelhos, entendase, dos vereadores, dos juizes, do procurador e, em alguns casos, do corregedor da cidade<sup>76</sup>.

Todavia, por muito institucionalizada que esta situação se encontrasse, verificavam-se sempre irregularidades como quando o corregedor, João Afonso Fuseiro, em 1406<sup>77</sup>, procurou assumir, sozinho, essas funções<sup>78</sup>, o que trazia graves inconvenientes para os recrutados; inseridos em categorias que não aquelas a que, supostamente deveriam pertencer. Pois os vereadores eram, como afirmava o diploma de D. João I no qual repreendia o corregedor, aqueles que melhor conheciam as populações da cidade e que melhor podiam indicar os que mais condições reuniam para servir como Besteiros do Conto: *que nom fossem factos nenhuuns beesteiros do conto em a dicta çidade[de Lisboa] e seu termo salvo presente elles por quanto seram conhecidos deles cada huum em seu graao*<sup>79</sup>.

---

<sup>73</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 223.

<sup>74</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 224v.

<sup>75</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 224v.

<sup>76</sup> Em finais do século XIV e inícios do século XV, era o corregedor, em conjunto com a vereação e o procurador do concelho, os responsáveis por essa selecção (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 188). Já o Regimento dos Corregedores de 1340 determinava que *ueiam a ordynhaçom que el[o rei] fez em razom dos besteiros do conto e sabham se se aguarda em commo em ela he contheudo* (Marcelo Caetano. *A Administração Municipal de Lisboa Durante a 1ª Dinastia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. P. 151-152).

<sup>77</sup> Arquivo Municipal de Lisboa. *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa-Divisão de Arquivos, 1997. p. 47.

<sup>78</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 188-188v.

<sup>79</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 188v.

Essa selecção era feita a partir dos homens que demonstrassem maior aptidão no manejo da besta, aptidão essa, constatada através de: provas dadas anteriormente no uso da arma e/ou dos resultados obtidos em exercícios de apuramento<sup>80</sup>. Estes exercícios seriam, de um modo geral, semelhantes àqueles que eram praticados nos treinos, exercícios regulares e alardos e aos que, em 1348, foram realizados em Guimarães para constatar quais os Besteiros do Conto que, efectivamente, preenchiam os requisitos necessários para pertencer à milícia: fazer visa ou madraça, fechar besta, fazer corda e atirar besta<sup>81</sup>. Aqueles que fossem apurados, eram registados num livro que ficaria em posse das autoridades da cidade<sup>82</sup>.

E se por vezes havia conflitos pelo facto de muitos quererem pertencer a essa milícia; sobretudo nos primeiros anos da sua criação, devido aos privilégios inerentes à posição<sup>83</sup>; ocasiões havia em que o que se passava era precisamente o oposto<sup>84</sup>. Exemplo disso é o caso ocorrido em Lisboa no ano de 1388: Poucos anos antes, devem ter sido feitas apurações, nas quais foram nomeados, como Besteiros do Conto, alguns indivíduos cuja quantia não era suficiente para que fossem inseridos na categoria de cavaleiros. Alguns anos volvidos, uma parte desses mesmos besteiros solicitava ao rei que os autorizasse a abandonar o Conto de modo a que pudessem obter o estatuto de cavaleiro, pois antes *nom tiinham contias pera teerem arnesses e que lhes fez Deus depois merçee e que ora som ricos e fazendados pera os teerem*. Para facilitar essa transferência, diziam mesmo já ter quem os substituísse no Conto<sup>85</sup>.

Porém, esta não era a única forma que os Besteiros do Conto tinham de escapar aos deveres a que se encontravam obrigados. Alguns, em Lisboa, ofereciam-se como voluntários para trabalhar nas oficinas de cunhagem de moeda, nos arsenais e nas obras de construção do Convento do Carmo<sup>86</sup>. Mas havia outras formas, mais directas e menos subtis de se furtarem às suas funções militares. Em 1422, três dos trezentos besteiros que a cidade se encontrava

---

<sup>80</sup> Podia assim acontecer que indivíduos aquantiados, por exemplo, em cavalo e armas, fossem seleccionados para pertencer à milícia dos Besteiros do Conto.

<sup>81</sup> Maria da Conceição Falcão Ferreira. "Os Besteiros do Conto de Guimarães na Centúria de Trezentos" in *Revista de Ciências Históricas*. Vol. III. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988. P. 191-197. Desconhece-se o significado preciso destas expressões.

<sup>82</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 228. Veja-se um destes registos tresladado em A.M.L. *Livro I de Sentenças*. fl. 57.

<sup>83</sup> Veja-se, por exemplo, o que nos é retratado por Maria da Conceição Falcão Ferreira (Op. Cit.), relativamente a Guimarães, em que o número de besteiros chegou mesmo a ser superior ao conto atribuído à cidade.

<sup>84</sup> Aparentemente, com o decorrer dos anos, esses mesmos privilégios foram-se tornando menos atractivos.

<sup>85</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 146v.

<sup>86</sup> Idem. *Ibidem*. Fl. 146v.



obrigada a dar para a composição do Conto, apresentavam muito pouca vontade de participar nas campanhas militares no norte de África: Afonso Gonçalves e Gil Vasques recusaram-se, pura e simplesmente, a comparecer perante o anadel, alegando que eram galiotes e que *serviiram já o dicto Senhor Rey em duas armadas*, enquanto que o terceiro, João Afonso, se limitou a esconder dentro de casa quando foi procurado pelo porteiro do concelho<sup>87</sup>.

Estes casos de falta de vontade em cumprir as obrigações guerreiras a que se encontravam obrigados mercê do seu estatuto não eram, de modo algum, situações isoladas<sup>88</sup> e estendiam-se também a, praticamente, todas as outras categorias socio-militares das milícias de Lisboa e tinham, por vezes, o beneplácito das autoridades concelhias.

Um subterfúgio utilizado frequentemente para escaparem às campanhas militares longe de Lisboa era o argumento da necessidade de permanecer na cidade por forma a garantir a sua defesa<sup>89</sup>. Contudo, e se bem que na origem desta petição estivesse um problema real, tratava-se, na maior parte dos casos, de uma falsa questão. A comprová-lo veja-se o caso apresentado nas Cortes de Coimbra de 1385, no qual era pedido que o rei isentasse os contingentes concelhios de ir *em fronteira nenhũa nem a outro lugar*. Contudo, este obstáculo foi facilmente ultrapassado com um simples aumento do soldo<sup>90</sup>.

Para estas campanhas, os Besteiros do Conto deveriam, dentro de um prazo de tempo previamente estipulado, apresentar-se perante o anadel de Lisboa com uma *boa besta com sua follga e pollee e com trinta viiratoões empenados*[com penas]<sup>91</sup>.

Contudo, alguns destes indivíduos não chegavam nunca a exercer a sua função englobados no Conto, pois, irregularmente, eram estrangidos pelo coudel de Lisboa à posse de besta de garrucha, solhas e gorjais<sup>92</sup>, isto é, na prática acabavam por ser incluídos no grupo socio-militar dos aquantiados em besta<sup>93</sup>. Constata-se assim, através destes casos;

---

<sup>87</sup> A título de curiosidade, registre-se que o porteiro encarregue dessa diligência afirmou que *ouvira o dicto Johane Afonso dentro da dicta sua casa*, apesar de a mulher deste garantir que o seu marido não se encontrava em casa (A.M.L. *Livro I de Sentenças*. fl. 58).

<sup>88</sup> A documentação relativa à cidade de Lisboa dá-nos inúmeros exemplos disso.

<sup>89</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 176.

<sup>90</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 133v.

<sup>91</sup> A.M.L. *Livro I de Sentenças*. fl. 58.

<sup>92</sup> As solhas e os gorjais eram protecções de metal para, respectivamente, o tronco e o pescoço.

<sup>93</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 154v.

frequentes pelo que a documentação deixa transparecer; a existência de um conflito de competências e de jurisdição entre os anadéis dos Besteiros do Conto e os coudéis dos aquantiados, relativamente ao recrutamento. Porém, o rei actuou atempadamente no sentido de corrigir esta situação, determinando mesmo a devolução dos bens penhorados pelos coudéis aos Besteiros do Conto que se tinham recusado a apresentar o armamento que, erradamente, lhes havia sido atribuído<sup>94</sup>.

Não existe um registo minucioso de todos os teatros de guerra em que participaram os Besteiros do Conto de Lisboa. Assinalem-se, apenas a título exemplificativo, os cercos de Guimarães (1385), onde estiveram presentes 200 membros da milícia<sup>95</sup>, os dois cercos de Torres Vedras (1384-85 e 1386)<sup>96</sup> e o cerco de Chaves, onde colaboraram 250 elementos dos trezentos que compunham o Conto<sup>97</sup>. Contudo, para que se chegasse a este ponto, muitas outras condições tinham que ser reunidas, nomeadamente a confirmação do número e qualidade dos Besteiros do Conto e do seu armamento. Para tal realizavam-se mostras ou alardos.

**M**ostras ou alardos. Estas autênticas paradas militares serviam essencialmente para, verificar o número dos contingentes e o estado das milícias. O alardo era também o momento ideal para confirmar quais os besteiros que compunham o Conto ou que a ele passavam a pertencer e, ainda, para substituir aqueles que não podiam já cumprir essa obrigação. Estes alardos eram igualmente utilizados para verificar as capacidades militares de cada um, o que incluía, tal como já vimos, exercícios de tiro e de manejo da besta, pois só assim se podia ter uma perfeita noção de quais sabiam, ou não, *tirar e armar com beesta*, tal como era exigido por determinação régia<sup>98</sup>.

O número de homens envolvido neste “cerimonial” exigiam que fosse realizado num local suficientemente amplo para que nele coubessem todos aqueles que haviam sido apurados para o serviço militar. Em Lisboa, certamente que o espaço mais indicado para esse efeito era o terreiro fronteiro ao Convento de S. Domingos, o Rossio<sup>99</sup>. É também sabido que,

---

<sup>94</sup> Idem *Ibidem*. Fl. 154v.

<sup>95</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 126.

<sup>96</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 144.

<sup>97</sup> Fernão Lopes. *Crónica de D. João I*. Vol. II. Porto: Livraria Civilização, 1990. P. 167-168.

<sup>98</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 150.

<sup>99</sup> Sérgio Luís de Carvalho. *Cidades Medievais Portuguesas: Uma Introdução ao seu Estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989. p. 39.

pelo menos uma vez, nos primeiros anos do reinado de D. João I, essas mostras foram realizadas no Restelo<sup>100</sup>. Não há certeza se englobavam todos os elementos das três categorias socio-militares, ou se, por outro lado, se realizavam alardos específicos para cada uma delas.

Quanto à sua periodicidade, poucas são as notícias que até nós chegaram. É sabido que tinham lugar, pelo menos, uma vez por ano, durante o mês de Maio, ou seja, pouco antes do início do período em que habitualmente tinham lugar as campanhas militares. Contudo, por motivos que se prendem com a prontidão e preparação necessária em tempo de guerra, acontecia que os alardos podiam ser feitos três vezes ao ano, tal como foi estipulado por D. João I em 1391, contrariando assim os protestos populares por essas mostras serem feitas *muy ameude*<sup>101</sup>.

Mas se os alardos serviam também para criar novos quadros para as milícias dos Besteiros do Conto, serviam ainda para dispensar aqueles que, por motivos diversos, não podiam cumprir esse dever. Estavam nestas condições aqueles que se encontrassem fugidos<sup>102</sup>, os homens com idade superior a setenta anos, que recebiam automaticamente uma *carta de pousados*<sup>103</sup>, e os besteiros do Conto que atingiam os cinquenta anos. Estes, deixavam de pertencer a essa milícia mas continuavam a exercer a sua função de besteiro, integrados apenas nos contingentes concelhios de peões<sup>104</sup>, enquanto que os que, por motivos de saúde comprovados, não podiam cumprir os seus deveres militares, mesmo sem atingir a idade de setenta anos, e caso a sua impossibilidade fosse originada por uma ferida obtida ao serviço do rei, recebiam também as suas cartas de pousados<sup>105</sup>. Se o impedimento nada tivesse a ver com o serviço do rei, o besteiro ficaria dispensado de servir no Conto, mas passava a fazer parte dos contingentes do seu Concelho<sup>106</sup>, tal como acontecia com aqueles

---

<sup>100</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 188.

<sup>101</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 168v-169.

<sup>102</sup> Estes indivíduos, enquanto se encontrassem desaparecidos não podiam ser incluídos nos contos. (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 228).

<sup>103</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 222v.

<sup>104</sup> *tiradeos dela [do ofício da beestaria] e leixadeos ao Concelho* (Idem. *Ibidem*. fl. 222v). Estes contingentes tinham, além da sua função militar, outras atribuições, designadamente no plano policial. Veja-se a título de exemplo a “rusga” efectuada na aldeia do Tojal: *E que foron a la[à aldeia do Tojal] mujtas companhas de pee e de cavalo*. (A.M.L. *Livro 1º de Sentenças*. fl. 30).

<sup>105</sup> *ante que ajam a hidade de LXX anos nom poderem servir por algumas dores ou feridas... que nom podem a nos servir por beesteiros do conto e nos pedirem cartas de pousados çertificadevos bem de suas neçesidades e se souberdes que eles foram feridos em alguma coussa que fosse nosso serviço entom dadelhes cartas de pousados* (Idem. *Ibidem*. fl. 222v).

<sup>106</sup> *E se achardes que alguuns asi foram feridos ou que ouveram cajoos em seus corpos E nunca serviram estes tirade de beesteiros do conto E leixadeos ao Concelho* (Idem. *Ibidem*. fl. 222v).

que som aneçoçados ou velhos ou adorados[com dores] ou tam pobres ou de tam pequenos corpos que nom conprem pera nos servir por beesteiros do conto<sup>107</sup>.

As mostras serviam também, tal como já o referimos, para verificar a qualidade e o estado do armamento dos besteiros, cujo principal elemento era, naturalmente, a besta.

**O** armamento. De origem nacional ou estrangeira<sup>108</sup>, as bestas obedeciam a várias designações consoante a sua tipologia: bestas de garrucha, bestas de aço, bestas de polé, ou simplesmente bestas<sup>109</sup>. As principais diferenças entre estes diversos modelos residiam, à parte os materiais que as compunham, essencialmente, nos mecanismos de armar e de disparo.

As bestas lançavam virotões, designados também por *virotães* ou *virotos*. Em alardo, e obviamente que também para o combate, cada besteiro era obrigado a apresentar-se com trinta destes projecteis<sup>110</sup> que tinham, de um modo geral, entre 30 e 50 centímetros de comprimento e pontas de metal de formato diverso (piramidal ou de secção achatada, entre outros). Alguns eram embebidos em veneno de heléboro para aumentar a sua letalidade<sup>111</sup>. Possuíam ainda aletas, que podiam ser de madeira, cabedal, penas ou pergaminho, de modo a imprimir-lhes a rotação necessária para que a velocidade e a capacidade de penetração fossem maiores<sup>112</sup>.

As bestas eram armas que apresentavam, como maior virtude, o facto de conseguirem imprimir à munição que disparavam uma velocidade tal que lhe permitia, caso o ângulo de impacto fosse favorável, ou seja, perto dos 90 graus, perfurar uma armadura<sup>113</sup>. Para tal, o virotão atingia uma velocidade duas vezes superior à que era imprimida pelo *long bow*<sup>114</sup>, o arco longo inglês. Além disso, a curta distância, eram relativamente certeiras, mercê de um ponto de mira instalado no cruzamento da coronha com o arco<sup>115</sup>. Tome-se como

---

<sup>107</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 223.

<sup>108</sup> Só se conhecem referências a fabricantes de bestas, claramente identificados como tal, a partir do século XV (A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Op. Cit. p. 60).

<sup>109</sup> A.H. de Oliveira Marques. *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Op. Cit. p. 60.

<sup>110</sup> A. M. L. *Livro I de Sentenças*. fl. 58.

<sup>111</sup> Nuno Valdez dos Santos. *As Raízes das Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Revista Militar, 1986. p. 92.

<sup>112</sup> Christopher Rothero. *The Scottish and Welsh Wars 1250-1400*. London: Osprey, 1984. p. 38.

<sup>113</sup> Terence Wise e G. A. Embleton. *The Wars of the Roses*. London: Osprey, 1983. p. 38.

<sup>114</sup> Terence Wise e G. A. Embleton. *The Wars of the Roses*. London: Osprey, 1983. p. 35.

<sup>115</sup> Gastão de Melo de Matos. *Memória sobre o alcance das armas usadas nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1944. p. 109.

exemplo desta eficácia a morte do Infante D. Pedro em Alfarrobeira, atingido mortalmente no peito por um virotão que lhe terá trespassado a armadura que lhe cobria completamente o corpo, pois seria certo que a usava<sup>116</sup>. No entanto, estas vantagens não eram suficientes para fazer esquecer as suas grandes desvantagens. Estas residiam sobretudo no peso, claramente superior ao do arco<sup>117</sup>, e na morosidade verificada no acto de armar a besta, o que tinha como consequência uma cadência de tiro manifestamente lenta comparativamente, por exemplo, com a do *long bow*<sup>118</sup>.

A arma, por excelência, utilizada pelos Besteiros do Conto de Lisboa, bem como do resto do país, era a besta de folga e polé<sup>119</sup>. Apesar de não sabermos o significado do termo folga<sup>120</sup>, sabemos que a polé consistia num instrumento que, baseado numa roldana adaptada a uma manivela, servia para retesar o arco da besta<sup>121</sup>. A polé era uma peça separada da besta, que era aplicada a esta apenas quando era necessário armá-la. Com um aparelho deste género, um besteiro experimentado podia disparar entre três e quatro virotões por minuto<sup>122</sup>, ou seja, dispendendo para armar e disparar, entre quinze e vinte segundos.



Besteiro no acto de armar a besta com a polé (1300-1400)  
(in Terence Wise e G. A. Embleton *Medieval European Armies* London: Osprey, 1992. reed).

<sup>116</sup> A sua posição social permitia-lhe ter acesso a este tipo de armaduras, já bastante difundidas em Portugal nos meados do século XV.

<sup>117</sup> Vitoriano José César. "Organização Militar" in *História de Portugal*. Vol. II. Barcelos: Portucalense, 1929. p. 537.

<sup>118</sup> Os arqueiros ingleses de Eduardo I conseguiam, segundo narram algumas crónicas, disparar uma quinta seta enquanto a primeira ainda ia no ar (Pedro Gomes Barbosa. "História Militar Medieval: Problemas e Metodologias" in *Lisboa, o Tejo, a Terra e o Mar (e Outros Estudos)*. Lisboa: Colibri, 1995. p. 75). Obviamente que esta cadência de tiro, mesmo que reforçada por uma grande experiência, era completamente impossível de atingir com uma besta.

<sup>119</sup> *que os dictos beesteiros do conto asi os que fectos som os que de novo fazerdes tenham boas beestas Reçebondas e fortes que sse nom posam armar ao çinto salvo com folga e polee* (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 224 e A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Op. Cit. p.348).

<sup>120</sup> Parece-nos provável que seja um termo que designe o mecanismo de disparar a arma e que tenha a ver com o "gatilho" da besta.

<sup>121</sup> Nuno Valdez dos Santos. *As Raízes das Instituições Militares Portuguesas*. Lisboa: Revista Militar, 1986. p. 92.

<sup>122</sup> Terence Wise e G. A. Embleton. *The Wars of the Roses*. London: Osprey, 1983. p.35.

Além desta, os Besteiros do Conto apresentavam-se também com outros tipos de bestas. Uma determinação régia de 1417 estipula que não sejam aceites aos Besteiros do Conto,



Besteiro no acto de armar a besta através do mecanismo do "cinto hispânico" (c. 1180-1300) (in Terence Wise e G. A. Embleton *Medieval Armies of the crusades* London: Osprey, 1993. reed).

outras bestas como as de *armar ao çinto*<sup>123</sup>. No entanto, esta arma não deve nunca ter deixado de ser utilizada já que, quatro anos depois, o rei, numa carta enviada a Vasco Fernandes de Távora, substituto do anadel-mor Afonso Furtado, ordenava-lhe que soubesse em que medida os Besteiros do Conto *som prestes e corregidos de suas beestas e çintoos e polees*<sup>124</sup>. Este cinto, designado como "hispânico" ou "espanhol"<sup>125</sup> servia para retesar o arco da besta ou, como lhe chamam os documentos coevos, *armar* [a besta] *ao çinto*<sup>126</sup>. O processo era extremamente simples: o besteiro curvava-se, prendia, por um lado, o pé no estribo (localizado no extremo da besta) e, por outro, a corda do arco da besta no gancho pendente do seu cinto. Para que a arma ficasse engatilhada bastava que o besteiro se endireitasse e arqueasse um pouco o corpo para trás<sup>127</sup>. Evitava-se assim que o besteiro cortasse os dedos ao efectuar essa operação com as mãos.

Quanto à besta de garrucha, esta não nos surge nunca referenciada como sendo utilizada pelos Besteiros do Conto. Os que a usavam eram, pelo menos a partir de finais do século XIV e inícios do século XV, indivíduos pertencentes a uma nova categoria socio-militar<sup>128</sup> cuja *contia* era superior à exigida aos

<sup>123</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 224. Essa determinação prova que alguns dos Besteiros do Conto se apresentavam para alardo com armas deste género, o que leva a pensar na hipótese de, antes de 1417, estas terem sido relativamente vulgares entre os membros desta milícia.

<sup>124</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 228.

<sup>125</sup> David Nicolle e Angus McBride. *French Medieval Armies 1000-1300*. London: Osprey, 1991. p.41.

<sup>126</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 224.

<sup>127</sup> Terence Wise e G. A. Embleton. *Armies of the Crusades*. London: Osprey, 1978. p. 28.

<sup>128</sup> Não se trata da única, pois remontam também a esta altura as primeiras referências aos besteiros a cavalo, que se encontravam social e militarmente entre os cavaleiros *acontiadados* e os Besteiros do Conto (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 228v).

aquantizados em besta, mas inferior à estipulada para os cavaleiros *acotiados*<sup>129</sup>. Além da sua arma, o besteiro possuía também uma aljava para transportar os seus virotões.

Se a documentação nos indica algumas pistas para compreendermos a tipologia do armamento ofensivo usado pelos Besteiros do Conto, o mesmo não se passa quando nos debruçamos sobre o seu armamento defensivo. Neste ponto, o laconismo das fontes impede-nos de avançar tanto quanto desejaríamos. Sabemos apenas que, em 1317, D. Dinis determinou que os peões que detivessem contias superiores a cem libras deveriam ter espaldeiras (protecções para os ombros) e gorgeiras<sup>130</sup> (protecções para o pescoço). Mais tarde, no início da década de 90 do século XIV, procedeu-se a uma tentativa no sentido de obrigar os Besteiros do Conto a usar solhas e gorjais<sup>131</sup>. Em 1397, essa exigência volta a ser denunciada, tal como o havia sido poucos anos antes<sup>132</sup>, pelo concelho de Lisboa<sup>133</sup>, certamente que por insistência dos Besteiros do Conto da cidade, embora apenas no tocante às solhas, já que eram peças de armadura mais dispendiosas. Contudo, nada sabemos, quer sobre o verdadeiro alcance destas medidas, quer sobre o sucesso de todas as reclamações apresentadas.

Aparentemente, trata-se de tentativas de uniformização dessas defesas e não de introduzir um elemento novo, pois não nos parece crível que os Besteiros do Conto, como uma tropa de elite que eram, não se encontrassem minimamente protegidos, quanto mais não fosse por uma mera cota de malha de ferro ou de couro e por uma capelina ou coifa, tal como se apresentava grande parte da restante peonagem<sup>134</sup>. Era precisamente assim que, em finais do século XIII, os besteiros franceses se apresentavam para combate, com a protecção de uma cota de malha para o tronco e de um bacinete para a cabeça<sup>135</sup>, daí que seja muito natural que, em Portugal, os Besteiros do Conto também utilizassem algum tipo de protecções. Isto apesar de, aparentemente, não ter havido qualquer interesse por parte de D. Fernando de, durante as suas reformas militares de 1373, estipular qual o armamento

---

<sup>129</sup> *os acotiados em cavallo seiam fectos de Çem mill libras E as beestas de garrucha com suas armas de contia de LX mill libras que das dictas LX mill libras façades os dictos beesteiros pera fundo* (A.M.L. *Livro dos Pregos*, fl. 224). Estes besteiros de garrucha apresentavam-se, parece-nos, a cavalo, daí o valor da sua contia.

<sup>130</sup> *Documentos para a História da cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I*. Lisboa: C.M.L., 1947, p. 130.

<sup>131</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*, fl. 154v.

<sup>132</sup> *Idem. Ibidem*, fl. 154v.

<sup>133</sup> *Idem. Ibidem*, fl. 176.

<sup>134</sup> A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Op. Cit. p. 338.

<sup>135</sup> David Nicolle e Angus McBride. *French Medieval Armies 1000-1300*. London: Osprey, 1991, p.11.

defensivo a usar pelos peões<sup>136</sup>. O não cumprimento das determinações quanto ao armamento que cada um devia possuir podia levar, durante o século XIV, à penhora de bens, ou mesmo à prisão. No entanto, D. João I estipula que estas penas não se voltem a aplicar<sup>137</sup>.

Um outro elemento integrante do armamento defensivo dos besteiros era o pavês. Consistia num escudo de grandes dimensões que servia para proteger estes indivíduos enquanto se encontravam mais vulneráveis ao fogo inimigo, ou seja, durante a operação de armar e recarregar a besta. Tinha uma altura variável, que rondava o metro e meio, e era fixo ao solo por meio de uma estaca saliente do seu bordo inferior. Alguns deles tinham um tamanho tal que podiam ser utilizados por mais que um homem.

**H**ierarquia. Actualmente torna-se bastante difícil reconstituir a cadeia hierárquica desta milícia. No entanto, a documentação relativa a Lisboa deixa-nos algumas pistas que procuraremos seguir.

O anadel, constantemente mencionado pela documentação, era o chefe militar dos Besteiros do Conto que cada localidade se encontrava obrigada a dar para serviço do rei. As suas funções não se limitavam ao comando das tropas em campanha, mas estendiam-se também aos períodos de paz.

As referências a este cargo são anteriores à instituição daquela milícia e remontam, pelo menos, a 1282<sup>138</sup>. Não se trata por isso, e tal como vimos, de uma criação nova, mas sim da adaptação, a uma nova realidade, de um modelo de chefia pré-existente.

O anadel era escolhido por votação, de entre os Besteiros do Conto, por esses mesmos besteiros<sup>139</sup>. Deste modo, em 1326, João Martins identificava-se como sendo *beesteiro vezinho de lixboa E anadal dos beesteiros*<sup>140</sup>. Não há certezas quanto aos critérios de escolha. No entanto, parece lógico que fossem tidos em linha de conta factores como a capacidade de liderança, a bravura face ao inimigo, o bom relacionamento com as tropas, além de outros como a amizade, as relações de parentesco, a ligação profissional, etc... Este processo

---

<sup>136</sup> Essas reformas incidiram apenas no armamento ofensivo dos homens de pé, e que deveria ser: a funda, a lança e os dardos (Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Civilização, 1986. p. 230).

<sup>137</sup> *Esse alguuns por esta Razom som pressos ou lhes teendes tomados alguuns beens soltedes logo e lhes mandedes entregar seus beens*(A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 154v).

<sup>138</sup> Veja-se por exemplo, a Carta de Privilégios concedida aos Besteiros de Serpa, concedida em 1282 por D. Beatriz (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v), que sem se referir aos besteiros do Conto, faz clara menção do anadel.

<sup>139</sup> Gama Barros. *Op. Cit.* Tomo V, p. 241.

<sup>140</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 119v.



de escolha, mencionado na documentação, pelo menos, desde 1322<sup>141</sup> desenrolava-se de forma diferente daquele que era utilizado relativamente aos coudéis. Estes eram sorteados através da extracção, de dentro de um saco, de uma das diversas bolas de cêra, conhecidas como pelouros, onde se encontrava o nome de cada indivíduo elegível<sup>142</sup>, tal como se efectuava nas eleições para os órgãos municipais. Os anadéis ocupavam essa posição durante um ano, findo o qual era eleito um outro besteiro para o substituir nesse lugar<sup>143</sup>. Esta rotatividade anual parece ter tido um certo sucesso já que, tanto no que diz respeito a Lisboa como ao resto do país, o reduzido número de queixas contra os anadéis leva-nos a acreditar ter existido um bom relacionamento entre os Besteiros do Conto e as suas chefias directas. Porém, a partir do momento em que este cargo deixou de ser limitado ao período de um ano, as queixas relativas a *sayoarias* praticadas pelos anadéis começaram a surgir, tal como se verifica pelos capítulos das Cortes de Santarém de 1418<sup>144</sup>.

Ocupar este cargo, além do prestígio que, certamente, dava a quem para ele era eleito, tinha também as suas vantagens em termos económicos. Em situação de guerra, após



servirem durante seis semanas a expensas do Concelho<sup>145</sup>, e sempre que os seus serviços continuassem a ser necessários, os Besteiros do Conto passavam a ser pagos pela Coroa, devendo o anadel receber um vencimento superior ao das tropas que comandava<sup>146</sup>. Acreditamos que o mesmo se passaria durante o período em que eram remunerados pelo Concelho. Curioso será salientar que os pagamentos eram feitos no local onde se encontravam os exércitos<sup>147</sup>.

<sup>141</sup> *E mando que os ditos beesteiros[de Guimarães] escolhan entre ssy huum homem boom beesteiro que seia seu anadal*(Gama Barros. *Op. Cit.* Tomo V. p. 241).

<sup>142</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 234v.

<sup>143</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 234.

<sup>144</sup> *...dizem que no tempo dos Reix que ante nos foram em cada huum ano sse fazia anadel dos beesteiros do conto pella quall razom se nom faziam sayoarias na terra como ora fazem.* (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 234).

<sup>145</sup> A.H. de Oliveira Marques. *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Op. Cit. p. 350.

<sup>146</sup> O único caso em que esta situação se encontra prevista é o do anadel dos Besteiros do Conto de Guimarães (Gama Barros. *Op. Cit.* Tomo V. p. 241). Contudo, parece-nos lógico que as chefias deveriam ser melhor remuneradas que os homens que se encontravam sob a sua alçada, o que se deveria estender a todo o país e não só a Guimarães.

<sup>147</sup> *e amdava aquel que tijnha carrego de pagar este sollido, pellos logares homde cada huuns estavom, e alli lhes fazia pagamento...* (Fernão Lopes. *Crónica de D. Fernando*. Porto: Livraria Civilização, 1986. p. 88.

No entanto, aquele cargo comportava, também no plano económico, alguns riscos. Se porventura o anadel mor, durante as inspecções que efectuava, detectasse que por *Rogos ou peitas ou amizade*, o anadel de determinada localidade não obrigava os seus subordinados a possuir o equipamento estipulado, via-se no dever de o exonerar do cargo e de obrigar esse mesmo anadel a comprar, através dos seus próprios bens, o armamento que se encontrava em falta<sup>148</sup>.

Conhecemos, em Lisboa, durante o período em análise, os nomes de alguns destes anadéis: Em 1326, esse cargo era ocupado por João Martins<sup>149</sup>, em 1330 por Pedro Dias<sup>150</sup> ao passo que em 1365 era Vicente Martins quem detinha esse posto<sup>151</sup>, vindo a ser substituído, ainda durante esse ano, por Vicente Domingues<sup>152</sup>.

Além do anadel, a hierarquia local dos Besteiros do Conto era composta ainda por porteiros<sup>153</sup> (talvez detivessem funções semelhantes às de um oficiais de diligências do anadel), por trintaneiros<sup>154</sup> (seriam, provavelmente, comandantes de troços de trinta besteiros, daí que, em Lisboa, deveria haver dez trintaneiros), por mordomos<sup>155</sup> (caber-lhes-ia a função de executar sentenças de carácter fiscal), e por um alferes (encarregue de transportar o pendão)<sup>156</sup>. A documentação faz ainda referências aos *oficiaes que os am de Reger*<sup>157</sup> o que leva a pôr a hipótese de terem existido outros postos de chefia que actualmente desconhecemos. Todos estes indivíduos não se encontravam incluídos nos trezentos que compunham o Conto<sup>158</sup> atribuído à capital.

No topo da hierarquia dos Besteiros do Conto encontrava-se, desde a criação deste cargo no reinado de D. Fernando<sup>159</sup>, o anadel mor. A sua principal função era verificar o bom

---

<sup>148</sup> *anadall como este o tirees logo e privees do dicto ofiçio. E que per seus bees sse conpreem beesta ou beestas que seiam boas E Reçebondas ... em tal guisa que eles o sentam bem em suas fazendas* (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 228v).

<sup>149</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 119v.

<sup>150</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 119v.

<sup>151</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: I.N.I.C., 1984. p. 476.

<sup>152</sup> A.M.L. *Livro 1º de Sentenças*. fl. 49v.

<sup>153</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 223.

<sup>154</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 223.

<sup>155</sup> Idem. *Ibidem* fl. 121.

<sup>156</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 121.

<sup>157</sup> Idem. *Ibidem*. fl. 223.

<sup>158</sup> *nom contando hi os anadees nem os porteiros E trintaneiros e ofiçiaes* (talvez se trate de alferes) *que os ham de reger* (A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 223).

<sup>159</sup> Gastão de Melo de Matos. "Anadel" in *Diccionario de História de Portugal*. Vol I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. p. 145.

funcionamento das operações de recrutamento dos besteiros. Para tal dever-se-ia deslocar pelo reino de forma a acompanhar de perto todos esses processos. Só assim poderia zelar pelo correcto preenchimento dos contos, por um lado, e pelo cumprimento das determinações que estipulavam o armamento defensivo e ofensivo dos elementos da milícia, por outro<sup>160</sup>. Obviamente que estas inspecções implicavam, em grande parte dos casos, que se realizassem alardos extraordinários.

Com a extinção dos Besteiros do Conto, levada a cabo por D. Manuel I, verificou-se a adaptação do cargo de anadel mor dos Besteiros do Conto aos espingardeiros<sup>161</sup>.

**Conclusão.** Restringida inicialmente a poucas zonas do país, a milícia dos Besteiros do Conto atingiu uma enorme expansão nos reinados seguintes seguintes ao de D. Dinis e muito particularmente no de D. Pedro. Até 1383, esta estrutura estava alargada, exceptuando o Norte de cariz marcadamente senhorial, a quase todo o país. A documentação faz menção da sua existência em Serpa<sup>162</sup>, Alcáçovas<sup>163</sup>, Alcácer do Sal<sup>164</sup>, Palmela<sup>165</sup>, Riba Tejo<sup>166</sup>, Guimarães<sup>167</sup>, Lisboa<sup>168</sup>, Sintra<sup>169</sup>, Monsaraz<sup>170</sup>, Leiria<sup>171</sup>, Lamego<sup>172</sup>, Almada<sup>173</sup>, Sousel<sup>174</sup>, Coimbra<sup>175</sup>, Santarém<sup>176</sup>, Beja<sup>177</sup>, Silves<sup>178</sup>, Évora<sup>179</sup>, Campo Maior<sup>180</sup>, Mogadouro<sup>181</sup>, Nisa<sup>182</sup>, Viseu<sup>183</sup>, Guarda<sup>184</sup>, Alvalade do Campo de Ourique<sup>185</sup>, Loulé e seu termo<sup>186</sup>, Sesimbra e seu termo<sup>187</sup>, Marialva<sup>188</sup>, Estremoz<sup>189</sup>, Covilhã<sup>190</sup>, e Cascais<sup>191</sup>. Surgem-nos ainda referências à existência de Besteiros do Conto em localidades como Marvila<sup>192</sup> (em Santarém), Abrantes<sup>193</sup>, Benavente<sup>194</sup>, Montemor o Novo<sup>195</sup> e Torres Vedras<sup>196</sup>, entre outras.

<sup>160</sup> Sobre as atribuições do anadel mor dos Besteiros veja-se o *Título LXVIII - Do Anadal Moor, e cousas, que a seu officio pertencem* in *Ordenações Afonsinas*. Livro I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 405-421.

<sup>161</sup> Gastão de Melo de Matos. "Anadel" in *Diccionario de História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. p. 145.

<sup>162</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 120v-121.

<sup>163</sup> Idem. *Ibidem.* fl. 120.

<sup>164</sup> Idem. *Ibidem.* fl. 120.

<sup>165</sup> Idem. *Ibidem.* fl. 120.

<sup>166</sup> Idem. *Ibidem.* fl. 119v.

<sup>167</sup> Gama Barros. *História da Administração Pública em Portugal*. Tomo V. Op. Cit. p. 241-242.

<sup>168</sup> A.M.L. *Livro dos Pregos*. fl. 119v.

<sup>169</sup> *Chancelarias Portuguesas: Afonso IV*. Vol. III. Lisboa: I.N.I.C., 1992. p. 143-144.

<sup>170</sup> Idem. *Ibidem*. Vol. III. Lisboa: I.N.I.C., 1992. p. 329-330.

<sup>171</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. Lisboa: I.N.I.C., 1984. p. 54-55.

<sup>172</sup> Idem. *Ibidem*. p. 72.

<sup>173</sup> Idem. *Ibidem*. p. 101-103.

<sup>174</sup> Idem. *Ibidem*. p. 584-585.

Como podemos verificar através da leitura do Rol de Besteiros do Conto de 1421-1422, esta milícia encontrava-se, nos finais do reinado de D. João I, implantada já em todo o território nacional, afirmando-se assim como uma das principais forças militares do reino e, em combate, como um dos mais numerosos contingentes utilizados.

No entanto, o relativo sucesso desta instituição liga-se também, no nosso ponto de vista, a um outro factor igualmente importante: O facto de, na composição das unidades de Besteiros do Conto, entrarem preferencialmente mesteirais, permitindo, por um lado, uma maior disponibilidade para o cumprimento das obrigações militares e, por outro, que as actividades ligadas à agricultura não fossem perturbadas pela mobilização militar.

Apesar de ter sido sujeita a grandes modificações no início da centúria de Quatrocentos, esta estrutura manteve-se, no essencial, até à sua substituição definitiva pelos espingardeiros, durante o reinado de D. Manuel, e cuja presença nos exércitos portugueses se vinha a verificar desde o reinado de Afonso V.

---

<sup>175</sup> *Idem. Ibidem..* p. 121-123.

<sup>176</sup> *Idem. Ibidem..* p. 128-130.

<sup>177</sup> *Idem. Ibidem..* p. 144-145.

<sup>178</sup> *Idem. Ibidem.* p. 166-168.

<sup>179</sup> *Idem. Ibidem.* p. 201-202.

<sup>180</sup> *Idem. Ibidem..* p. 253.

<sup>181</sup> *Idem. Ibidem.* p. 576.

<sup>182</sup> *Idem. Ibidem.* p. 533.

<sup>183</sup> *Idem. Ibidem.* p. 359-361.

<sup>184</sup> *Idem. Ibidem.* p. 453-455.

<sup>185</sup> *Idem. Ibidem.* p. 502.

<sup>186</sup> *Idem. Ibidem.* p. 557-559.

<sup>187</sup> *Idem. Ibidem..* p. 528-530.

<sup>188</sup> *Idem. Ibidem.* p. 537-539.

<sup>189</sup> *Idem. Ibidem.* p. 92.

<sup>190</sup> *Idem. Ibidem.* p. 253.

<sup>191</sup> A.N.T.T. *Chancelaria de D. Fernando.* Livro II. fl. 68.

<sup>192</sup> *Idem. Ibidem.* Livro I. fl. 129-129v.

<sup>193</sup> *Idem. Ibidem.* Livro I. fl. 157.

<sup>194</sup> *Idem. Ibidem..* Livro II. fl. 1.

<sup>195</sup> *Idem. Ibidem.* Livro II. fl. 1v.

<sup>196</sup> *Idem. Ibidem.* Livro II. fl. 26v-27 e Livro IV. fl. 101v.



Eugénio dos Santos

e o estatuto do

Arquitecto da Cidade

---

Maria de Lurdes Ribeiro

**N**ota prévia. O texto presente, seleccionado a título de um primeiro contributo da publicação agora implementada pelo Arquivo Municipal, integra-se tematicamente numa abordagem mais ampla dedicada aos arquitectos ao serviço do Senado no tempo da reedificação. De momento, e atendendo à importância de Eugénio dos Santos como figura central na Reconstrução de Lisboa, afigurou-se-nos como mais significativo um destaque prioritário do percurso deste Arquitecto como arquitecto camarário. O tratamento da actividade deste arquitecto ao serviço do Município foi passível de dois desdobramentos, sendo a primeira abordagem a que se refere aos aspectos do estatuto social e suas implicações estético-urbanísticas, enquanto que numa segunda óptica teremos em conta as múltiplas intervenções de Eugénio dos Santos no tecido urbano, numa tentativa de melhor apreender o seu “metier” municipal.

Assim, devido a condicionalismos globais que se prendem à elaboração de artigos com continuidade temática, tivemos justamente em conta não ultrapassar limites considerados razoáveis para artigos desta natureza.

Nesta primeira leitura, a colectânea de documentos anexa, e que justifica as observações genéricas relativas ao papel de Eugénio dos Santos enquanto Arquitecto do Senado, pertence exclusivamente ao acervo documental existente no Arquivo dos Paços do Concelho, tendo todavia alguns documentos sido já publicados por Eduardo Freire de Oliveira na sua compilação sobre a documentação municipal.

Não tendo de forma alguma a pretensão de esgotar aqui os limites de um registo monográfico sobre a obra deste arquitecto, parece-nos contudo oportuno salientar a riqueza da documentação do Arquivo Municipal, pródiga na datação, identificação e apuramento quanto à dimensão da participação de Eugénio dos Santos na dinâmica urbana do tempo da Reconstrução.

Igualmente, no que toca ao completar de dados biográficos sobre este Arquitecto, a bibliografia referente a Eugénio dos Santos contém ainda alguns espaços em branco, nomeadamente no que respeita a uma datação precisa do seu percurso profissional. Efectivamente, os documentos agora disponibilizados sobre a actividade deste arquitecto camarário permitem-nos, com vantagem, preencher algumas dessas lacunas. Com efeito, no ano do seu falecimento (1760), pode ainda ser constatada uma presença activa de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado<sup>1</sup>. Ainda nesse mesmo ano, muito próximo da data do seu desaparecimento, continuará a ser convocado para inúmeras participações<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Certidão de Vistoria de 23 de Junho de 1760 in *Actas do 1º Colóquio Temático “O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana, (Sécs. XVI-XX)”*, artigo do presente autor intitulado - “Aspectos da Intervenção do Senado da Câmara na Reconstrução Pombalina - Os Livros de Cordeamento” (no prelo).

<sup>2</sup> Trata-se de convocações para vistorias aos Palanques de Touros - AHCML, Chancelaria da Cidade, *Livro 11º de Regº de Cartas do Senado Ocidental, 1760-1771*, fl. 15.

É ainda a documentação municipal inédita que, de certa forma, vem também colmatar alguns aspectos menos conhecidos da vida pessoal de Eugénio dos Santos<sup>3</sup>. Atendendo à data tardia e proximidade entre a finalização da sua carreira (ainda no activo em Junho de 1760) e o seu desaparecimento, igualmente se apura com vista à elaboração de uma biografia mais completa sobre esta figura central da Reedificação que Eugénio dos Santos deve ter falecido entre Julho e Agosto do ano de 1760, uma vez que o Decreto de nomeação do seu sucessor, Mateus Vicente de Oliveira, é datado de 1 de Setembro desse mesmo ano<sup>4</sup>.

No que respeita à metodologia utilizada para a concepção do anexo documental, a mesma segue uma sequência cronológica, permitindo uma leitura clara do processo evolutivo da atribuição do cargo de Arquitecto da Cidade, desde a sua origem - a Carta de Provimento do ofício de Arquitecto - culminando com a Resolução Régia, deferindo as pretensões de Eugénio dos Santos quanto à obrigatoriedade do voto do Arquitecto da Cidade na assistência às vistorias.



Carta de provimento do lugar de architecto da cidade concedida a Eugénio dos Santos.

<sup>3</sup> AHCML, Miscelânea, Códice designado *Livro das Ajudas de Custo aos do Senado*, fls. 4 e 8 vº. No período terminal da sua vida e simultaneamente da sua carreira como Arquitecto camarário, Eugénio dos Santos, encontra-se doente e são-lhe pagas despesas, inerentes à sua doença.

<sup>4</sup> Decreto de 1 de Setembro de 1760 - AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 12º de Consultas e Decretos d'El-Rei D. José I*, fl. 55 - *Elementos*, tomo XVI, p. 474.



Assim, para além da validade do registo histórico e arquivístico, que compreende o quadro burocrático e documental que compõe o estatuto de Arquitecto do Senado, outras ilações de carácter social e urbanístico que o reconhecimento deste cargo por parte do Município implica, no panorama da segunda metade de setecentos, podem com todo o cabimento ser formuladas.

Ainda uma última nota sobre o Apêndice documental. Procedeu-se à transcrição integral, somente no caso dos documentos originais, sendo todavia cada documento precedido de um breve sumário divulgando o seu conteúdo.

O estatuto do Arquitecto da cidade: suas implicações estético-urbanísticas. Da leitura global da documentação agrupada em torno da problemática das vistorias do Senado<sup>5</sup>, de que a presente abordagem é também subsidiária, intuímos alguns aspectos relevantes e que caracterizam o perfil do cargo de Arquitecto da cidade, nomeadamente, o carácter polivalente das múltiplas funções em que o Arquitecto do Senado é convocado. Assim, quanto a variedade de tarefas rotineiras e por vezes de natureza administrativa em que o mesmo é envolvido, convém referir que, tal não é distinto da prática tradicional do cargo de Mestre Arquitecto dos Paços Reais, que igualmente se caracterizava por uma prática corrente de medições e avaliações de propriedades com a respectiva elaboração de Pareceres e Orçamentos.

Por outra parte, importa todavia realçar ao nível da estrutura camarária, a inovação burocrática que impõe, pela primeira vez, a presença do Arquitecto da Cidade em todas as vistorias públicas, a respeito dos novos princípios e regras urbanas introduzidas com a legislação joanina, e em que o reconhecimento do perfil de Arquitecto do Senado por parte do Município<sup>6</sup> é determinante.

As reivindicações de Eugénio dos Santos em vésperas do Terramoto, no que concerne ao seu propósito de estar presente em todas as vistorias feitas por ordem do Senado, têm efectivamente origem numa mutação do processo urbano iniciada na década de trinta<sup>7</sup>,

---

<sup>5</sup> Vidé artigo especificamente alusivo a esta temática e inserido nas *Actas do 1º Colóquio Temático*, referenciado na nota 1.

<sup>6</sup> Despacho do Senado de 13 de Novembro de 1751 - AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 4º de Consultas e Decretos de D. José I*, 1663-1754, fl. 258. (Este Despacho é uma cópia do Despacho inserido no *Livro 7º do Registo das Ordens do Senado*, 1751-1754, fl. 20 vº).

<sup>7</sup> Com efeito, o Assento de Vereação de 10 de Maio de 1731 estipula a Medição feita pelo Senado quando se procedesse à feitura de obra nova ou no conserto de estradas. Ficaria assim devidamente sancionado o alinhamento das propriedades e conseqüentemente a autoridade do Senado na regulamentação do processo urbano.

em que o poder camarário indicia claramente o controle da gestão do processo urbano, nomeadamente no que respeita ao alinhamento do chão público.

Tributário deste processo, encontra-se o próprio estatuto de Arquitecto da Cidade, que vai passar a impor um crescente rigor nas Medições e Avaliações (aspecto a que a legislação joanina atribui já alguma atenção), passando o Arquitecto camarário a ser crescentemente solicitado.

É neste contexto municipal que surge a figura burocrática da *Certidão de Vistoria*, que, frequentemente passada pelo Mestre e Medidor das obras da Cidade, nos casos mais complexos, passou a ficar a cargo do Arquitecto.

Assinalando algum protagonismo, e inaugurando de certo modo a institucionalização deste cargo ao serviço do Senado, é de salientar que é com Eugénio dos Santos que se regista o maior acervo de Certidões assinadas expressamente pelo Arquitecto da Cidade, onde se podem colher as indicações e juízos técnicos que partem da legislação régia, bem como outras reflexões sobre a “praxis” camarária na gestão do processo urbanístico.

No que respeita à documentação presentemente compilada, embora a mesma assumia a forma de um extenso contencioso entre Eugénio dos Santos e o Senado, há que sublinhar que nas aspirações deste arquitecto implícitas no seu Requerimento, a propósito do desejo de passar a participar em todas as vistorias, figuram reivindicações não tanto de ordem pessoal mas antes requisitos de ordem técnica inerentes ao exercício do cargo de Arquitecto do Senado, invocando-se significativamente a letra do Decreto de 13 de Abril de 1745 a propósito das questões de alinhamento urbano. São aqui claramente interiorizados os conceitos de uma nova ideia de Cidade que constituem, por sua vez, o justificativo da presença do Arquitecto nas vistorias, com vista a que: “com o seu voto, se observe melhor a comodidade, formosura e adorno da cidade, como V. Magestade tem mandado no seu dito real decreto”<sup>8</sup>.

Com efeito, a importância deste aludido Decreto joanino é nuclear tanto para a gestão do processo urbano em geral como para a afirmação do Senado no controle urbanístico, uma vez que se torna por si só relevante o facto de o referido Decreto se dirigir expressamente ao Senado da Câmara.

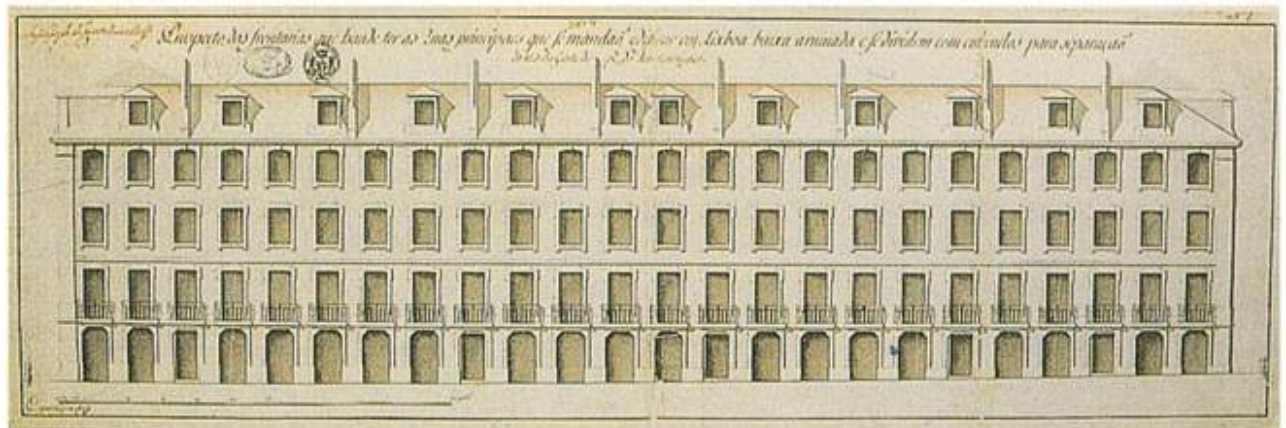
Com a publicação deste Decreto, fica definitivamente estabelecida uma métrica para as ruas públicas, não podendo as mesmas serem inferiores a vinte e cinco palmos.

---

<sup>8</sup> Anexo Documental, Documento n.º 2.

Abordando-se já novos conceitos de pendor higienista e novos princípios de estética urbana em que o recurso ao conceito de simetria é já elucidativo de uma aproximação aos novos ideários da cidade iluminista, tais preceitos vão conferir ao Senado uma responsabilidade acrescida no regularizar do processo urbano.

De facto, as Petições de Eugénio dos Santos a respeito de pretender passar a estar presente em todas as vistorias são elucidativas deste propósito, uma vez que tanto a citação do Decreto de 13 de Abril de 1745, a respeito de serventias públicas, como o próprio léxico utilizado na documentação, servem para aferir tanto os novos conceitos como a nova condição do voto do Arquitecto que: “é quem pertence o conhecimento da simetria, cómodo, e adorno dela (Cidade)”<sup>9</sup>.



Os prospectos Pombalinos ilustram significativamente o corolário mais genuíno da arquitectura pombalina que gira em torno dos conhecidos tópicos: “formosura”, “cômodo”, “regularidade”.

Concretamente, no que se refere ao Despacho do Senado de 13 de Novembro de 1751 a favor de Eugénio dos Santos<sup>10</sup>, para além de se corroborarem os novos princípios, fica ainda definitivamente ratificado o perfil técnico do cargo de Arquitecto do Senado, aspectos que de certa forma preparam a reforma administrativa pombalina no âmbito da orgânica dos serviços camarários e que no caso do pelouro das obras e do Arquitecto ao seu serviço, novas prerrogativas são-lhe mesmo acrescentadas como as de passar a fazer todas as plantas e riscos que o Senado lhe encarregar.

Concorrendo na mesma linha de um crescente respeito pelos cargos técnicos e na mesma óptica da reforma pombalina dos serviços, também se pode inscrever o cuidado régio de cessar com a prática vitalícia de alguns cargos que até ao momento eram providos através

<sup>9</sup> Anexo Documental, Documento nº 4.

<sup>10</sup> Anexo Documental, Documento nº 3.

de cartas de habilitação requeridas pelos filhos aquando do falecimento dos pais devendo com efeito, futuramente, a candidatura aos mesmos lugares processar-se através de concursos de habilitação.

No caso particular da contemplação às aspirações de Eugénio dos Santos, importa salientar por um lado, a confiança régia depositada neste Arquitecto, basicamente pela sua importância no processo da Reconstrução, como o técnico mais qualificado para lidar com os novos problemas urbanos, por outra parte, atendendo ao crescendo da complexidade do processo urbanístico em vésperas do Terramoto, tornava-se igualmente prioritário a aprovação do estatuto do Arquitecto da Cidade.

Todavia, apesar da tentativa de institucionalização deste cargo na estrutura municipal, tal tarefa não deixa de parecer mais uma guerra interna que divide Presidente e Vereadores, sendo o deferimento das reivindicações de Eugénio dos Santos observado como uma situação de excepção que vai beneficiar extraordinariamente este Arquitecto<sup>11</sup>. Da argumentação proferida pelo Presidente do Senado é de reter igualmente, a aderência aos novos princípios orientadores de uma nova estética urbana<sup>12</sup>.

**C**onclusões. Das considerações atrás referidas, e da compilação documental agora reunida em torno desta temática, podemos destacar a importância do Despacho do Senado de 13 de Novembro de 1751 a favor de Eugénio dos Santos em termos de suprir uma lacuna importante no licenciamento do chão público, na medida em que se dispensava até aí frequentemente o Arquitecto nos actos de cordeamento e vistoria. Para além destas medidas administrativas que constituem um considerável passo em frente, no que toca ao empirismo que norteava o voto do arquitecto camarário, é possível intuir a consolidação de um novo discurso do Senado sobre as questões urbanas, que não se traduz já por meras preocupações de índole fundiária e jurídica na regulamentação do chão público mas revelando já uma sensibilização por novos problemas que tocam à preservação de uma nova estética cidadina.

---

<sup>11</sup> Anexo Documental, Documentos n.º 6 e 10.

<sup>12</sup> Em que os tópicos recorrentes são os de: "*ornato, simetria, aspecto da Cidade e largura das ruas*" - Vidé: Anexo Documental, Documento n.º 10.

## Anexo documental.

**DOC. 1\*** - 1750, Agosto 22

CARTA de provimento do ofício de Arquitecto da Cidade a Eugénio dos Santos, em virtude do falecimento do seu sogro Manuel da Costa Negreiros, que deixa assim vago o cargo de Arquitecto da Cidade.

*“O Barão Conde Presidente, Vereadores, Procuradores desta Cidade de Lisboa, e os Procuradores dos Mesteres dela. Fazemos saber aos que esta nossa Carta virem, que perante nós pareceu por sua petição o Capitão Eugénio dos Santos, dizendo nela ser Arquitecto nesta Corte, e que por falecimento de seu sogro Manuel da Costa Negreiros, ficára vaga a ocupação de Arquitecto da Cidade, e porque nele Suplicante concorriam as circunstâncias precisas para nele ser provido o dito ofício, Pedia ao Senado lhe fizesse Mercê de o prover na propriedade do dito ofício. E receberia mercê. E vendo nós o que na dita petição dizia e pedia o dito Eugénio dos Santos, e como por informação que se houve em Mesa, constou ser o Suplicante, limpo de sangue, muito bem procedido, e perito na Arte da Architectura, que com boa aceitação exercia nesta Corte havia anos e ser genro de Manuel da Costa Negreiros falecido, que com boa assistência, e capacidade havia servido de propriedade o mesmo ofício, lhe demos o seguinte despacho para se lhe passar sua Carta // Passe-se-lhe Carta na forma do estilo. Mesa vinte e dois de Agosto de mil setecentos e cinquenta // Com quatro Rubricas do Barão Conde Presidente, e Vereadores // Faria // Manuel Rodrigues // Manuel de Abreu // Por virtude do qual despacho havemos por bem de o prover, como com efeito provemos ao dito Eugénio dos Santos, na propriedade do ofício de Arquitecto da Cidade, que possuirá em todos os dias de sua vida, e com ele haverá vinte mil reis de ordenado, pagos aos quartéis pela fazenda da Cidade; assim como se pagam aos mais oficiais dela e haverá todas as honras proes, precalços, e interesses que directamente lhe pertencerem por Regimentos, e ordenações de El-Rei Nosso Senhor, assim como os tinham e haviam seus antecessores, e melhor se com direito o melhor poder ter, e haver, porquanto pagou a Sua Magestade de novos direitos dez mil reis, que foram carregados ao Tesoureiro deles João Valentim Caupers a folhas cento setenta e nove verso do Livro Segundo de Sua Receita, cujo conhecimento “em forma” foi registado a folhas noventa do Livro Segundo do registo geral, e pagará a Cidade os direitos que lhe dever na forma das Ordens do mesmo Senhor, que ele em tudo guardará Seu Serviço, e o do Senado, e o direito às partes, e será obrigado a cumprir as ordens do Senado, e a vir a ele todas as vezes que for chamado, e a ir às vistorias em que for precisa a sua assistência. Por certeza do que lhe mandamos passar a presente por nós assinada, e passada pela Chancelaria da Cidade onde será registada, e nela jurará aos Santos Evangelhos de bem servir o dito ofício, o qual se lhe dá com tal condição que sendo-lhe tirado por via*

---

\* AHCML, Chancelaria Régia, Livro 11º de Consultas e Decretos de D. Maria I, documento nº 26. Neste mesmo Códice, doc. 23, encontra-se registado um outro Alvará de Carta do ofício de Arquitecto da Cidade concedido a Eugénio dos Santos.

*alguma que seja, o Senado e sua fazenda lhe ficam sem obrigação alguma na forma da ordenação, e se lhe dará sua posse na forma do estilo os papeis porque esta se passou se cortaram ao assinar dela, e se meteram no Arquivo da Câmara.*

*Lisboa nove de Setembro de mil setecentos e cinquenta // António Leitão de Faria a escrevi / / António Rebelo Palhares o fiz escrever // Barão Conde Presidente // Duarte Salter de Mendonça // Gaspar Ferreira Aranha // José Boitoque // Manuel de Campos e Sousa // António Pedro Pantoja de Almeida // Manuel de Abreu // Antonio Rodrigues Bellem // Manuel Rodrigues // João Pereira // Lugar do Sello // José Boitoque //.*

*Registada no Livro do Registo da Chancelaria da Cidade a folhas vinte e duas, e nela pagou com o selo ordinário quatro mil e setecentos reis que se carregaram ao Tesoureiro da Cidade Manuel de Passos a folhas três, e aos oficiais trezentos e sessenta reis e eu lhe dei o juramento. Lisboa quinze de Setembro de mil setecentos e cinquenta // Faria //”.*

**DOC. 2 \*** - S/ data [anterior a 1751, Novembro 13]

REQUERIMENTO de Eugénio dos Santos, solicitando assistir a todas as vistorias que se fizerem por ordem do Senado, fazendo questão do voto do Architecto da Cidade, de molde a que se observem os novos preceitos orientadores de uma nova ideia de cidade baseados nos conceitos-chave: comodidade; formosura; adorno da cidade.

**DOC. 3\*\*** - 1751, Novembro 13

DESPACHO do Senado que terá confirmação régia posterior, deferindo a pretensão de Eugénio dos Santos de passar a estar presente em todas as vistorias que se fizerem por ordem do Senado, incluindo-se desta forma, entre o número dos oficiais do Regimento camarário.

*“Em petição que ao Senado fez o Capitão Eugénio dos Santos e Carvalho Architecto da Cidade, em que pedia que em todas as vistorias, que se fizessem por ordem do Senado para efeito de se reedificarem, ou edificarem casas ou outras quaisquer obras públicas, sejam requeridas pelas partes, ou mandadas fazer por este Senado, seja o Suplicante um dos nomeados para elas incluindo-se sempre no número dos oficiais do Regimento, que costumavam assistir às ditas vistorias não se dando alguma delas por válida, sendo feita sem assistência do suplicante como Architecto da cidade, para que com o seu voto se observe melhor a comodidade, formosura, e adorno da Cidade como sua Magestade mandava. Na qual petição proferiu o Senado o despacho do teor seguinte*

*Despacho do Senado*

\* Documento publicado nos *Elementos Para a História do Município de Lisboa*, I Parte, Tomo XV, Lisboa, Tip. Universal, 1911, pp. 471-472

\*\* AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 4º de Consultas, Decretos e Avisos do Rei D. José I*, 1663-1754, fl. 258. (Este Despacho é uma cópia do despacho inserido no *Livro 7º do Registo das Ordens do Senado*, 1751-1754, fl. 20vº).

*Nas vistorias que se fizerem para edificios que novamente se pretendam fazer em solo, e área do público, e nas mais que respeitarem ao ornato, simetria e aspecto público da Cidade, e larguras das suas ruas, será o Suplicante chamado, e nas mais obras que parecer ao Senado. Mesa, treze de Novembro de mil setecentos e cinquenta e um, com cinco rubricas do Conde Barão.*

*Presidente, e vereadores Manuel de Moura Cerqueira, José Bartoque, Manuel de Campos e Sousa, e Filipe Ribeiro da Silva = Almada = Paulo de Azevedo = Joaquim Ferreira Coelho\*.*

**DOC. 4\*** - 1753, Agosto 26

PETIÇÃO de Eugénio dos Santos solicitando o cumprimento do Decreto de 13 de Abril de 1745 que incumbe a peritos as vistorias sobre serventias públicas, prospectos e adorno da Cidade.

Alega estar munido de Despacho competente, apesar de este nunca ter tido efeito na prática.

*“Petição*

*Senhor. Diz Eugénio dos Santos, e Carvalho Architecto da Cidade, que mandando Vossa Magestade, pelo Decreto de treze de Abril de mil setecentos, quarenta, e cinco ao Senado da Câmara atendendo-se muito sobre as serventias públicas, prospectos, e adorno da Cidade por servir no conhecimento que ainda mais se ia disformando em prejuízo público, sendo que a formosura, cómodo, e regularidade, é o que muito se devia procurar, determinando outro sim, que as vistorias para o referido se observar se continuassem com peritos, que pudessem dar a verdadeira execução ao que Vossa Magestade determinava; e porque o Senado da Câmara continua semelhantes vistorias sem chamar ao Suplicante, sendo a pessoa nelas mais precisa, pois como Architecto da cidade é quem pertence o conhecimento da simetria, cómodo, e adorno dela, requer o Suplicante com a primeira petição, e documento incluso, ao mesmo Senado a execução do dito Decreto, e não obstante lhe darem o despacho competente, este nunca teve efeito, como se vê no Requerimento da segunda petição depois de passado ano, e meio; e porque o Suplicante está persuadido que em razão do seu officio é a pessoa mais necessária em semelhantes factos, portanto. Pede a Vossa Magestade seja servido mandar, que em todas as vistorias, que se fizerem por ordem do mesmo Senado, de se reedificarem, ou edificarem casas, ou outras quaisquer obras públicas, sejam requeridas pelas partes, ou mandadas fazer pelo Senado, seja o Suplicante um dos nomeados para elas, incluindo-se no número dos officiais do Regimento que devem assistir às referidas vistorias, para que com o seu voto, se observe melhor a comodidade, formosura, e adorno da Cidade como Vossa Magestade tem mandado no seu dito Real Decreto. E Receberá Mercê. //*

*Remissão com efeito*

127

---

\* AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 4º de Consulta, Decretos e Avisos do rei D. José I*, 1663-1754, fl. 257 e 257 vº. (Esta Petição é uma cópia da Petição inserida no *Livro 2º de Consulta, Decretos e Avisos do rei D. José I*(...), fl. 95. Nos *Elementos*..., tomo XV, p. 471, transcreve-se somente a última parte).

*Veja-se no Senado da Câmara, com efeito se me consulte, o que parecer. Belém, Vinte e seis de Agosto de mil setecentos e cinquenta e três = Com a Rubrica de Sua Magestade.*

*António Pereira de Viveiros*”.

**DOC. 5\*** - 1753, Novembro 13

AVISO ao Senado para que se reforme a Consulta que se fez sobre o Requerimento de Eugénio dos Santos, a respeito de vistorias.

*“Illustrissimo e Exmo. Senhor // Sua Magestade, he servido que se reforme a consulta, que se fes sobre o requerimento de Eugénio dos Santos e Carvalho, a respeito de hir, ou não, a todas as vistorias ordinarias, e que suba por esta sacretaria (sic) de estado, à sua Real prezença; O que V. Ex.ª fará prezente no Senado da Camera para que assim se executte. Deos goarde a V. Ex.ª. Paço de Bellem treze de Novembro de mil settecentos sincoenta e tres. // Diogo de Mendonça Corte Real // Senhor Marques de Alegrete. //”*

**DOC. 6\*\*** - 1753, Novembro 14

CONSULTA da Câmara ao Rei elaborada em 22 de Setembro de 1753, reformada em 14 de Novembro de 1753, por aviso do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, aprovando os benefícios alcançados a partir do Requerimento de Eugénio dos Santos e que tiveram a sua origem no Despacho de 13 de Novembro de 1751.

**DOC. 7\*\*\*** - 1753, Novembro 24

RESOLUÇÃO RÉGIA favorável e em conformidade com a Consulta da Câmara ao Rei, reformada em 14 de Novembro de 1753.

*“Como parece tendo o seu devido efeito o despacho de treze de Novembro, com efectiva assistência do Suplicante às vistorias de que faz menção. Belém vinte e quatro de Novembro de mil setecentos e cinquenta e três com a Rubrica de Sua Magestade.”*

**DOC. 8\*\*\*\*** - s/ data

PEDIDO DE CERTIDÃO sobre Consulta deferida a favor de Eugénio dos Santos em 14 de Novembro de 1753.

\* AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 1º de Registo de Avisos do rei D. José I ao Senado*, 1752-1763, fl. 18. Este Aviso encontra-se igualmente registado no *Livro 4º de Cons., Dec. e Avisos do rei D. José I*, 1663-1754, fl. 246.

\*\* Decreto publicado nos *Elementos...*, tomo XV, p. 471-472

\*\*\* AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 5º de Consulta, Decretos e Avisos do rei D. José I*, 1666-1754, fl. 30. Esta Resolução está escrita à margem da Consulta da Câmara ao Rei, reformada em 14 de Novembro de 1753.

\*\*\*\* AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 5º de Consulta, Decretos e Avisos do rei D. José I*, 1666-1754, fl. 28.



*"Ill.mo e Exmo. Senhor*

*Diz Eugénio dos Santos, Architecto deste Senado que à sua notícia veio, que tenha descido uma consulta deferida por Sua Magestade, a respeito de um Requerimento do Suplicante. E porque lhe é preciso se lhe passe por certidão o que consta da Resolução da dita Consulta como também do despacho que antecedente tenha dado o dito Senado à qual a dita Resolução se reporta.*

*Para V. Ex.ca lhe faça mercê mandar a dita  
Certidão em modo que faça fé  
E. R. Mercê"*

**DOC. 9\*** - 1753, Dezembro 5

REGISTO DE CONSULTA sobre Resolução Régia favorável a Eugénio dos Santos, dada em 24 de Novembro de 1753.

*"É o que consta da dita Resolução tomada na sobredita Consulta de que se passou a presente que assinei. Lisboa, cinco de Dezembro de mil setecentos e cinquenta e três. Pagou-se desta (...) duzentos e oitenta reis e de assinar, cinquenta reis.*

*António Pereira de Viveiros."*

**DOC. 10\*\*** - 1754, Janeiro 17

CONSULTA da Câmara ao Rei demonstrando a diversidade de opiniões entre os Vereadores e Presidente a propósito da obrigatoriedade da assistência do Architecto da Cidade nas Vistorias.

É deferida por Resolução Régia a opinião do Presidente do Senado, que toma inteiramente o partido de Eugénio dos Santos.

**DOC. 11\*\*\*** - 1754, Março 6

RESOLUÇÃO RÉGIA favorável à tomada de posição do Presidente do Senado e expressa na Consulta de 17 de Janeiro de 1754 deferindo, assim, as solicitações de Eugénio dos Santos.

---

\* AHCML, Chancelaria Régia, *Livro 5º de Consulta, Decretos e Avisos do rei D. José I, 1666-1754*, fl. 30.

\*\* Documento publicado nos *Elementos...*, tomo XV, pp 492-496.

\*\*\* Documento publicado nos *Elementos...*, tomo XV, p. 496.

A descentralização política, uma  
prática para o desenvolvimento.

A Instrução Municipal e o Ensino  
Técnico na segunda metade do  
século XIX.

A Escola Primária Superior  
Rodrigues Sampaio.

---

Nuno Campos

Porquê a criação de uma escola com características educativas inovadoras na forma de intervenção camarária na área da Educação?

Qual a razão político-cultural que mobilizou pessoas para esta iniciativa?

Será que Lisboa justificava esta iniciativa?

Porquê a sua localização numa determinada zona da cidade, e porquê a não proliferação deste tipo de escola pela cidade?

Foram questões que se nos puseram enquanto se fazia este trabalho.

Tendo sido uma iniciativa da autarquia lisboeta, limitámos cronologicamente o trabalho, entre os primeiros anos da sua existência e 1892, ano em que ela transitou para a alçada do Estado.

## Lisboa e suas transformações.

### A. Retrato da cidade na segunda metade do século XIX

A 8 de Fevereiro de 1866, o vereador José Isidoro Alves dava a conhecer o estado lastimoso em que se encontrava Lisboa, deficitária nos vários elementos necessários ao desenvolvimento normal e às condições de vida condigna da população: falta de estruturas ao nível de higiene urbana, existência de um parque habitacional degradado e falta de uma política de habitação social, falta de uma segurança pública eficaz, falta de uma política de incremento da instrução junto do povo, falta de estruturas ao nível de transportes urbanos, terrestres e fluviais/marítimos. Em suma, falta de um planeamento urbano para a cidade<sup>1</sup>.

Em Maio e Junho de 1872, Ramalho Ortigão satirizava ferozmente sobre a actuação das autoridades camarárias lisboetas, acusando-as de serem um obstáculo ao desenvolvimento da cidade<sup>2</sup>.

A 24 de Março de 1879, o vereador Joaquim José Alves denunciava e criticava a criação de dois «*logares de provedor e secretario das escolas municipaes*», numa altura em que a autarquia atravessava uma crise financeira, frizando que poucas alterações se verificaram na criação e melhoria das infraestruturas urbanas, continuando a serem graves as condições de vida da população<sup>3</sup>.

### B. Crescimento da cidade\*

Contudo, Lisboa continuava a exercer fascínio junto das populações do resto do Reino, o

---

\* Para se fazer o estudo da evolução, tiveram-se em conta os *Censos* de 1864 e 1878, uma vez possibilitarem uma abordagem mais pormenorizada da distribuição e evolução da população da capital pelas várias freguesias e Bairros.

<sup>1</sup> AHCML, Chancelaria da Cidade, *Manuscrito das Actas das Sessões, de 17 de fevereiro de 1886*.

<sup>2</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas XIII - Crónica mensal da política, das letras e dos costumes (1872)*, crónicas VI e XXVII, Clássica Editora, Lisboa, 1992.

<sup>3</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais, Cx. 355*.

que ajudava ao aumento do número dos seus residentes. Apesar das convulsões político-sociais que se verificaram no país e que afectaram Lisboa, em meados do século XIX, esta contaria com uma população entre os 150 e os 165 mil habitantes\*.

O *Censo* de 1864 cifra a população residente em 156.584 habitantes<sup>4</sup>; 163.763, segundo o *Anuario Estatístico de Portugal, 1884*<sup>5</sup>. Comprovando o crescimento da cidade, o *Censo* de 1878 apontava para 187.404 habitantes\*\*<sup>6</sup>.

Partindo dos dados de 1864 e analisando os seguintes, constata-se já uma concentração preferencial da população nas freguesias dos Bairros Administrativos Ocidental e Oriental, em detrimento das do Bairro Central.

Com base nos dados dos *Censos* de 1864 e 1878, a maior parte da população concentrava-se nas freguesias do Bairro Ocidental, respectivamente 60.510 habitantes (1864) e 72.870 (1878) (60.510 no ano de 1874 e 75.860 em 1885). Em segundo lugar, encontravam-se as freguesias do Bairro Oriental, respectivamente com 52.075 habitantes (1864) e 68.725 (1878) (50.734 para 1874 e 69.316 para 1885). Por fim, em terceiro lugar, encontrava-se o Bairro Central, respectivamente com 43.999 residentes (1864) e 45.809 (1878) (44.002 em 1874 e 47.870 em 1885).

---

\* Raquel Soeiro de Brito refere que a diminuição do número de habitantes de 260 mil para cerca de 160 mil se devia ao facto de se ter deixado de inserir os arrabaldes no cômputo referente a Lisboa, com o "estabelecimento de limites" para a cidade (cf. «Lisboa, esboço geográfico», in *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, nº 82, Lisboa, 1976, p. 41).

Teresa Rodrigues refere serem cerca de 190 mil habitantes (cf. *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista. Migrações, mortalidade e desenvolvimento*, Edições Cosmos, Lisboa, 1995, p. 46).

\*\* Além destes recenseamentos, lidou-se com uns dados, de valor aproximado aos de 1864, relativos a 1874, bem como outros relativos ao ano de 1885.

Os dados relativos a 1874, apesar de estarem próximos aos de 1864, apresentam nalguns casos alterações. Ainda assim, tanto estes como os de 1885 ajudam a analisar a concentração demográfica por freguesias e logo a evolução/movimentação da população em Lisboa. A sua apresentação é feita entre parenteses.

Curiosamente, a população lisboeta, de acordo com os dados de 1874, cifrava-se em 155.246. Assim, em relação ao *Censo* de 1864, teria havido um decréscimo de 1.338 habitantes. No entanto, e no global, os documentos apontam para um crescimento populacional, lento ou menos lento, mas sempre contínuo. Os dados para o ano de 1885 aproximam-se desta opinião, calculando a população em 193.046.

Os dados relativos a 1874 foram extraídos de um relatório do vereador do pelouro da instrução, Luís Jardim, relativo ao ano de 1877.

Os relativos à população de 1885 estão contidos num mapa estatístico existente no AHCML (Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357).

<sup>4</sup> Estatística de Portugal, *População - censo no 1º de janeiro. 1864*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868.

<sup>5</sup> *Anuario Estatístico de Portugal, 1884*.

<sup>6</sup> Estatística de Portugal, *População - censo no 1º de janeiro. 1878*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881.

No entanto, onde houve maior aumento populacional (fundamentado nos dados de 1864 e 1878) foi nas freguesias do Bairro Oriental (16.650 habitantes), seguido do Bairro Ocidental (12.360 habitantes) e do Bairro Central (1.810 habitantes)\*.

No Bairro Ocidental, a freguesia de Santa Isabel foi a que teve maior aumento populacional, passando de 11.836 para 15.666 habitantes, o que correspondeu a um aumento de 3.830 pessoas. Nos Bairros Oriental e Central, as freguesias onde se verificou maior crescimento foram, respectivamente, Anjos (mais 2.409 moradores) e São Sebastião da Pedreira (intra-muros) (mais 565 habitantes). Curiosamente, o Bairro Central foi aquele que teve quatro freguesias com perda de população (Santa Justa, menos 125 moradores; São Nicolau, menos 488; Conceição-a-Nova, menos 176; São Julião, menos 131). Estes números permitem constatar que o 'centro da cidade' deixava de ser atractivo para a população.

Esta deslocação acompanhou a fixação de centros industriais ao longo do rio Tejo\*\*, "*entre Belém e o Beato*"<sup>7</sup>, o que é confirmado a partir do *Inquerito Industrial de 1881*\*\*\*. Dentro de cada um dos Bairros Administrativos, verifica-se a opção preferencial das populações em se fixarem nas freguesias vizinhas interiores, talvez devido aos custos de habitação serem menores.

Com base neste *Inquerito*... e de acordo com as respostas, foi possível contar cento e trinta e duas indústrias de pequena ou grande dimensão presentes em Lisboa, encontrando-se instaladas quarenta e sete nas freguesias do Bairro Ocidental, trinta e uma no Bairro Oriental e cinquenta e quatro no Bairro Central. Ainda assim, este número não é real. Uma outra informação a ser tida em conta era a das direcções dos Bairros Administrativos para a comissão responsável pelo *Inquerito*. Infelizmente, só responderam ao solicitado os administradores dos Bairros Ocidental e Oriental, que indicavam haver, respectivamente, noventa e oito fábricas e oficinas e cento e vinte e nove centros industriais (de maior ou menor dimensões)<sup>8</sup>.

---

\* Teresa Rodrigues faz uma análise estabelecendo três zonas de evolução que partem do rio em direcção ao interior: a primeira associada ao *centro histórico*; a segunda uma faixa à volta deste *centro*; e a terceira dizendo respeito às zonas ribeirinhas quer ocidentais quer orientais e freguesias para norte (cf. *Ob. Cit.*, pp. 51- 53).

\*\* António Lopes Vieira, in *Os transportes públicos de Lisboa...*, p. 46, defende que o rio Tejo foi um entrave ao desenvolvimento da "*cidade para o interior e para norte*".

\*\*\* Os dados desta fonte têm de ser relativizados, o que já era referido pelos técnicos que trabalharam nesse *Inquerito*..., ao se queixarem do pouco tempo que tinham ou da falta de inquéritos respondidos. No entanto, estes dados permitem fazer um esboço da distribuição espacial das actividades industriais e da sua projecção nos tempos futuros mais próximos.

<sup>7</sup> António Lopes Vieira, *Os transportes públicos de Lisboa entre 1830 e 1910*, IN/CM, Lisboa, 1892, p.45.

<sup>8</sup> Ministerio das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquerito Industrial de 1881 - I vol. 2ª Parte*.

## Escolas de ensino prático, uma experiência inovadora em Lisboa.

### A. Primeiras intervenções da autarquia lisboeta

Para a Câmara Municipal de Lisboa assumir as suas responsabilidades na área da educação no concelho alfacinha foi importante a saída de legislação que defendesse e impulsionasse a descentralização política. O marco dessa legislação tem a ver com a *Reforma e reorganização do Ensino Primário*, de António Rodrigues Sampaio, publicada a 2 de Maio de 1878 \*<sup>1</sup>.

A Câmara, na sua política de desenvolvimento da rede escolar municipal, vai tentar acompanhar a fixação das populações com a criação e/ou o apoio a escolas nas zonas oriental e ocidental de Lisboa, fossem as centrais municipais, as de freguesia, as particulares e as de associações, de maneira a desenvolver a *instrução popular*\*\*.

### B. Apoio autárquico ao Ensino Técnico. Primeiros passos.

É nesta política de implementação da educação na cidade que surge a pretensão quanto à formação técnica de parte da população da cidade.

Em 1879, a 19 de Novembro, a Secretaria de Estado do Reino emanou um ofício/circular para os vários governos civis, para que estes exortassem as autarquias a darem início à promoção desta formação junto das crianças, jovens de ambos os sexos, “*filhos das classes operarias,... em harmonia com a industria dominante na localidade... Assim, por exemplo, ...em Penafiel, Porto e Lisboa, os tecidos de algodão*”<sup>2</sup>.

---

\* Esta lei foi reforçada em 1880, com as *Reformas e Nova Organização da Instrução Primaria* (de 11 de Junho) e *Instrução para execução das leis da Instrução Primaria* (de 6 de Dezembro), e em 1881, com as *Instruções para a execução das leis sobre Instrução Primaria* (de 19 de Abril) e o *Regulamento para execução das leis sobre a Instrução Primaria* (de 28 de Julho).

\*\* Em finais de 1881, havia criadas e apoiadas 7 Escolas Centrais Municipais (5 para o sexo masculino - 2 no B<sup>o</sup> Oriental, 2 no B<sup>o</sup> Ocidental e 1 no B<sup>o</sup> Central; e 2 para o sexo feminino, no B<sup>o</sup> Oriental). Quanto às Escolas de Freguesias, havia 33 (11 para o sexo masculino - 2 no B<sup>o</sup> Oriental, 4 no B<sup>o</sup> Ocidental e 5 no B<sup>o</sup> Central; 22 para o sexo feminino - 10 no B<sup>o</sup> Oriental, 7 no B<sup>o</sup> Ocidental e 5 no B<sup>o</sup> Central). Havia ainda 39 escolas particulares (7 para o sexo masculino e 32 para o sexo feminino) e 6 escolas criadas por associações (todas para o sexo masculino) (cf. Teófilo Ferreira, *Relatorio do Pelouro da Instrução...*, mapa da p. 397).

Em resposta ao solicitado pelo Governo Civil de Lisboa, a 26 de Março de 1883, a Câmara Municipal de Lisboa dava a conhecer serem já 12 as Escolas Centrais Municipais (6 para o sexo masculino - 2 no B<sup>o</sup> Oriental, 3 no B<sup>o</sup> Ocidental e 1 no B<sup>o</sup> Central; e 6 para o sexo feminino - 2 no B<sup>o</sup> Oriental 3 e no B<sup>o</sup> Ocidental e 1 no B<sup>o</sup> Central) (AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, cx. 356). Nota: no *Arquivo Municipal de 1883*, aparece a referência a serem 6 escolas para o sexo masculino e 4 para o sexo feminino, o que não corresponde à distribuição das escolas acima referida, nem é verdade.

Em relação às Escolas de Freguesia, no ano de 1883, havia 21 estabelecimentos (3 para o sexo masculino, uma em cada um dos 3 Bairros, 18 para o sexo feminino - 8 no B<sup>o</sup> Oriental, 6 no B<sup>o</sup> Ocidental e 4 no B<sup>o</sup> Central).

<sup>1</sup> Ministério da Educação, Secretaria-Geral, *Reformas do Ensino em Portugal (1870-1889)*, pp. 51-59.

<sup>2</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 355.

Teófilo Ferreira, *Relatorio do Pelouro de Instrução da Camara Municipal de Lisboa relativo ao anno civil de 1882* - documento III, p. 7.

Como é evidente, a esta pretensão não se pode dissociar o desenvolvimento da indústria que no Reino se estava a verificar, e, no que interessa, em Lisboa<sup>3</sup>, fundamentado no espírito de que “o trabalho e a indústria são as fontes mais abundantes da riqueza pública”<sup>4</sup>. A isto não eram estranhas as transformações sócio-económicas, com o fim do artesanato corporativo, de base familiar, e o aparecimento de uma indústria já virada para a grande produção, capitalista, o que obrigava à urgência de reformulação do ensino. O documento que foi citado alertava para o perigo da produção fabril rotineira levar à redução de conhecimentos técnicos. “Em consequência do constante aumento das máquinas e da progressiva divisão do trabalho, os operários, homens e mulheres, estão adstritos ao exercício de uma função especial que os não inicia senão numa parte mínima do officio que deveriam aprender”<sup>5</sup>.

A Câmara Municipal de Lisboa, com o apoio dos professores, estava sensibilizada para esta urgência, embora ainda virada só para adultos e em aulas nocturnas ou dominicais/profissionais\*.

O documento mais antigo encontrado data de 12 de Novembro de 1869 e dizia respeito à solicitação que a Comissão de Estudos do Distrito de Lisboa fazia à autarquia para a criação de uma escola nocturna para adultos no Bairro Ocidental, a ser instalada no Convento dos Paulistas (Calçada do Combro, freguesia de St<sup>a</sup> Catarina), a fim de “diffundir quanto possa o ensino primário nas classes operárias”, formada de duas aulas, uma de instrução primária, segundo o método de Caldas Aulette<sup>\*\*</sup>, e a outra de desenho industrial, de acordo com os métodos do Instituto Industrial<sup>\*\*\*</sup> e da Escola Nocturna de Gand, na Bélgica<sup>6</sup>. O pedido de apoio dizia respeito ao fornecimento de iluminação e mobiliário

---

\* Se foi um tipo de aula que teve um certo impacto antes de 1882/83, não se sabe, uma vez não se terem encontrado dados que permitam essa ilação. A única leitura possível é a de que, se se mantiveram, foi porque continuaram a ser necessárias.

Para o ano lectivo de 1882/83, ano lectivo em que aparecem pela primeira vez mapas sinópticos com esses dados, sabe-se que em 5 Escolas Primárias Municipais de Lisboa se realizava esse tipo de aulas dominicais/profissionais, só para o sexo feminino, sendo frequentadas por 221 mulheres (AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 356).

\*\* Francisco Júlio Caldas Aulette, pedagogo, promotor da escola activa, virada para o ensino teórico-prático centrado na observação e experimentação.

\*\*\* O programa neste Instituto centrava-se em disciplinas ligadas à área técnico-profissional, dividido em dois graus - geral, comum a todos os cursos, e especial, dirigido a cada um deles em particular (cf. Ministério da Educação, *Reformas do Ensino em Portugal (1870-1889) - Regulamento para o Ensino no Instituto Industrial de Lisboa*, de 30 de Setembro de 1879, p. 63; Joaquim Santos Simões, art<sup>o</sup> Ensino, in *Dicionário Enciclopédico Histórico de Portugal*, vol. I).

<sup>3</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp.53- 54.

<sup>4</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

<sup>5</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

<sup>6</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

escolar, o que foi possível satisfazer uma vez a Câmara não estar em condições financeiras para suportar os custos.

Três anos depois, a 11 de Setembro de 1872, houve um pedido por parte da administração do Bairro Oriental à Câmara para a concessão de uma gratificação à professora da aula de Santa Engrácia, como forma de pagamento das aulas nocturnas para o sexo feminino que tencionava dar, de português, francês e desenho..., *“por causa das fabricas que existem n’aquella freguesia, onde se acham empregadas muitas mulheres que durante o dia não podem cursar a aula regia”*<sup>7</sup>.

Sabe-se que Mariano Ghira, Comissário de Estudos do Distrito de Lisboa, levantou objecções quanto aos conhecimentos, por parte da referida professora, de francês e desenho<sup>8</sup>. Mas sabe-se que ela ministrou aulas de ensino primário nocturno para o sexo feminino, conforme se verifica numa proposta de José Elias Garcia, datada de 17 de Outubro desse ano de 1872, propondo uma remuneração de 25\$000 reis<sup>9</sup>, e de um outro documento, este datado de 17 de Julho de 1873, a elogiar o curso primário nocturno que ela tinha orientado<sup>10</sup>.

Estes exemplos não minimizam a sensibilidade da autarquia quanto à importância da implementação do ensino técnico como forma de desenvolvimento da instrução e da cidade. Mas quando se verificou essa acção camarária na implementação deste tipo de ensino, e mais concretamente para a juventude?

C. A preocupação pela formação técnica da juventude.

Em 1880 (Agosto), Teófilo Ferreira fez parte do grupo de portugueses\* que participaram no Congresso Internacional de Ensino, em Bruxelas, tendo *‘ficado marcado’* por dois *relatorios*, respectivamente de Vanderhaegen e Felix Narjoux, sobre a importância da geometria e desenho na escola primária, conducente ao desenvolvimento da indústria nacional<sup>11</sup>. Defendiam que *“qualquer que seja a profissão a que nos destinemos, quer pretendamos ser operario ou entregar nos aos estudos scientificos ou artisticos, o desenho deve*

---

\* Além de Teófilo Ferreira, conhece-se a presença de João Francisco Barroso, professor da Escola Primária Central Municipal nº2, *“em nome das escolas municipaes”*, e a quem foi atribuído um subsídio de deslocação de 270\$000 reis (a 5 de Agosto), e, a título particular, de Manuel José Martins Contreiras, professor da Escola Primária Central Municipal nº1, ao qual foi concedida licença por um mês e o abono, *como ajuda de custo*, de 80\$000 reis (a 5 de Agosto). Este professor reagiu mal à nomeação daquele outro professor (carta de 10 de Agosto). Em carta de 20 de Setembro, o professor Contreiras comunicava ter assistido ao referido Congresso (cf. AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida...*, Cx. 49)

<sup>7</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

<sup>8</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

<sup>9</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

<sup>10</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 335.

<sup>11</sup> Teófilo Ferreira, *Ob. Cit.*, pp. 258 e ss.



*formar a base dos estudos nas escolas primárias. Porque da mesma forma que a palavra e a escripta, o desenho constitue uma linguagem particular, é o instrumento que serve para a representação da forma figurada, e sobretudo desenvolve o gosto (Vanderhaegen). A arte de desenho é, primeiro que tudo, uma arte de raciocínio e de reflexão. Antes de aprender a desenhar, é necessario aprender a ver e a reflectir... Saber desenhar é... ao mesmo tempo saber raciocinar e poder crear” (Narjoux).*

Um outro factor marcante foram as conclusões do já citado *Inquerito Industrial de 1881*. Tendo sido Teófilo Ferreira escolhido pelos seus pares para vereador do pelouro da Instrução, na sessão de Câmara de 2 de Janeiro de 1882<sup>12</sup>, escrevia ele que *“echoavam ainda... os clamores levantados por toda a imprensa do paiz por ocasião do ultimo inquerito industrial a que se proedera. ..., todos foram contestes em attribuir o atraso de muitas das nossas industrias á falta d’ensino de desenho que se dá nos nossos artistas e operarios”*<sup>13</sup>.

Como tentativa para solucionar esta lacuna, a 19 de Janeiro de 1882, Teófilo Ferreira fez duas propostas respeitantes à criação de cursos de desenho industrial e artístico e cursos profissionais e de aperfeiçoamento, em *“pontos da cidade onde mais util possa ser aos industriaes e artistas”*, e para os dois sexos<sup>14</sup>, o que foi aprovado. Assim, aquando da discussão do *“orçamento ordinario”*, Teófilo Ferreira apresentou a proposta, com aprovação da Câmara, da concessão de 4.000\$000 reis, *“com o fim d’instituir uma escola d’aprendizagem, annexa a uma das escolas centraes”*<sup>15</sup>.

C. 1 - O curso de Desenho Artístico-Profissional de Lisboa e a Escola de Aprendizizes A 9 de Março de 1882, Teófilo Ferreira, vereador da Instrução, propunha a criação de cursos de desenho artístico-profissional a serem leccionados junto de duas Escolas Centrais Municipais - uma no Bairro Oriental e outra no Bairro Central, com regimes diurno e nocturno<sup>16</sup>. Esta proposta era reforçada com a apresentação do *“Regulamento do Curso de Desenho Artístico e Profissional”*<sup>17</sup>, que, como complemento, teria uma *“escola de aprendizizes”*.

---

\* A 27 de Abril de 1882, Teófilo Ferreira fazia a proposta para a implementação de várias melhorias da instrução primária municipal, *“de maneira [a satisfazer] a aspiração da sociedade actual”*, nomeadamente com a introdução de aulas práticas - labores e prendas e o ensino profissional, para o sexo feminino; desenho e caligrafia, nas Escolas Centrais Municipais e nas classes complementares (masculinas e femininas) (AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 355).

<sup>12</sup> AHCML, *Arquivo Municipal, 1882*.

<sup>13</sup> Teófilo Ferreira, *Ob. Cit.*, p. 256.

<sup>14</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 355.

<sup>15</sup> Teófilo Ferreira, *Ob. Cit.*, p. 134.

<sup>16</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 355.

<sup>17</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 355.

### C. 1.1 - Curso de desenho Profissional

Os destinatários eram de duas categorias - os jovens que tivessem acabado os estudos nas escolas municipais, permitindo-lhes, assim, a aquisição de conhecimentos técnicos; os operários da cidade, possibilitando-lhes o estudo mais aprofundado da arte de desenhar, que dominavam pouco e mal, em aulas nocturnas.

O núcleo do curso girava em torno do desenho, que seria ensinado durante três anos lectivos, como forma de evitar a rejeição aos *"primeiros labores do aprendizado industrial e deixarem de seguir a carreira em que a especialidade da sua instrução lhes permita maior sucesso"*.

Ao longo desses três anos, o ensino e a aprendizagem de desenho técnico seria gradativo. No primeiro ano, os alunos aprenderiam em aulas práticas a técnica do desenho simples, levando-os a conhecer a forma e a grandeza do objecto real e a sua transposição para o papel. O programa do segundo ano incidiria no aperfeiçoamento das técnicas aprendidas no primeiro ano, com a introdução ao desenho geométrico. No último ano, o ensino de desenho consistiria no refinamento dos conhecimentos adquiridos nos anos anteriores, com a introdução aos princípios da arquitectura - desenhos de *"peças de machinas completas, edificios, etc"*.

### C. 1.2 - Escolas de Aprendizizes

A preocupação curricular destas escolas tinha a ver com ofícios em ligação à indústria local, nomeadamente as actividades ligadas à madeira (marceneiros, torneiros e modeladores) e ao ferro (ferreiros, serralheiros e torneiros).

O programa englobava aulas teóricas e aulas práticas/oficinais. As primeiras, durante os 1º e 2º anos, teriam uma carga horária de 3.30 horas diárias; para 3º ano, esse tempo seria de 2.30 horas. As aulas oficinais, para os dois primeiros anos, teriam 5 horas diárias, e para o 3º ano, o tempo lectivo seria de 6 horas. Os alunos estariam na escola 10 horas por dia, inserindo-se, aqui, 1.30 hora para intervalo e almoço.

Nas aulas oficinais do 1º ano, os alunos teriam um ensino geral, levando-os a conhecerem as técnicas de trabalho em madeira e em ferro. No início do 2º ano, os alunos escolheriam os trabalhos em madeira ou em ferro, escolha que teria continuidade no 3º ano. É de frizar estar patenteada no programa a importância do domínio do desenho como trabalho prévio à execução da peça.

138

Uma vez estarem previstas 10 horas diárias lectivas, os destinatários só poderiam ser jovens que não trabalhassem, entre *"o minimo 13 e o maximo 16 annos de idade, com o curso d'instrucção primaria elementar"*, e que teriam a possibilidade de se habituarem a instrumentos de trabalho, que permitissem mais tarde a escolha de uma profissão.

A preocupação na definição da população estudantil destas escolas tinha a ver com os

seguintes aspectos:

- combate ao trabalho infantil e juvenil, evitando o contacto com um meio moral pouco adequado à educação de crianças/jovens \*;
- continuidade da ligação da criança/jovem à família;
- oportunidade de concessão de conhecimentos técnicos a futuros trabalhadores, com o conseqüente benefício para o país.

Para esta escola, era proposto o seguinte quadro de funcionários - um director, um chefe de trabalhos officinais, seis operários-mestres e um porteiro.

Com base no *Relatorio...* de Teófilo Ferreira, este *Regulamento* não foi aprovado, devido àquilo a que se pode considerar como falta de oportunidade política<sup>18</sup>. Desabafa Teófilo Ferreira, “*mais nos enoja ainda se o vemos adoptado como meio de transacção politica*”<sup>19</sup>. Mas havia outras pessoas ligadas ao ensino conscientes da importância do ensino técnico. Francisco Adolfo Coelho era uma delas, realçando publicamente, no Congresso das Associações, a sua importância \*\*<sup>20</sup>.

---

\* Como já foi dito, a análise do *Inquerito Industrial de 1881*, tem de ser feita com muito cuidado. Não é por acaso que o responsável pelo *Inquerito* se lamentava das poucas respostas enviadas por parte das empresas, ao mesmo tempo que chamava a atenção para as respostas erradas que apareciam nos inquéritos quanto aos menores a trabalharem, inserindo os menores no número de adultos, de acordo com o sexo.

Dos 4 878 operários da cidade de Lisboa registados nesta fonte, 355 eram crianças.

- no Bairro Ocidental, de 1 689 operários, 150 eram menores;
- no Bairro Oriental, de 2 021 operários, 144 eram menores;
- no Bairro Central, de 1 168 operários, 61 eram menores.

\*\* Em sessão de Câmara de 6 de Junho de 1881 era apresentado um ofício da Comissão Promotora do Congresso das Associações, representada por Manuel Pinheiro Chagas, Henrique Midosi, Teófilo Braga, Eduardo Maia e Adrião de Seixas, a solicitar uma sala dos Paços do Concelho para a realização desse Congresso, porque nenhum “*local existe mais apropriado do que o palacio da municipalidade, a sede autonómica das relações da vida civil, a garantia do nosso bem estar, o verdadeiro forum moderno, onde o cidadão póde resistir contra qualquer excesso centralista do estado* (cf. *Arquivo Municipal, 1881*).

Esse Congresso realizou-se em 1882, conforme se depreende da leitura pública, em sessão de Câmara de 31 de Agosto de 1882, de uma carta do presidente da Junta Departamental do Sul, Elias Garcia, para o presidente da Câmara “*dando conhecimento de que o primeiro Congresso das Associações Portuguesas, ao encerrar os seus trabalhos, lavrara na acta um voto de reconhecimento pela delicada coadjuvação que recebeu no primeiro município do paiz*” (cf. *Arquivo Municipal, 1882*).

A reforçar a nossa opinião de que o Congresso das Associações Portuguesas se realizou em 1882, na sessão de Câmara de 31 de Maio de 1883, o presidente da Câmara dava a conhecer um ofício da Junta Departamental do Sul a solicitar a cedência “*da sala das sessões para a sessão commemorativa de 10 de Junho ..., e as sessões subsequentes que são complementares do Congresso de 1882*”. Sabe-se que o pedido foi satisfeito e as sessões realizadas, deduzidas pelas palavras de agradecimento da Junta (cf. *Arquivo Municipal, 1883*).

Rogério Fernandes sustenta que este Congresso se realizou em 1882 (cf. *As ideias pedagógicas de F. Adolfo Coelho*, p. 203). Joaquim Ferreira Gomes defende que o Congresso teve lugar em 1883 (cf. *A Educação Infantil em Portugal*, pp. 41 e 42).

<sup>18</sup> AHCML, *Arquivo Municipal, 1882*.

<sup>19</sup> Cf. nota anterior.

<sup>20</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 356.

Rogério Fernandes, *As ideias pedagógicas de Francisco Adolfo Coelho*, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro de Investigação Pedagógica, p. 198.

## A Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio.

### A. Sua criação

Sem esmorecer na convicção do impacto sócio-económico e cultural do ensino técnico e preocupado com a sua implantação na cidade de Lisboa, um ano depois, o vereador Teófilo Ferreira, em sessão de Câmara de 5 de Julho de 1883, fazia a proposta de criação de uma escola de aprendizagem, com a denominação de Escola Primária Superior, onde só poderiam frequentar alunos a partir dos 11/12 anos, uma escola vocacionada *“para completar a educação iniciada na escola elementar, que satisfaça ás necessidades reaes das classes que a sorte destina principalmente ao trabalho manual ou obriga pelo menos a ter ante si um futuro perfeitamente incerto”*<sup>1</sup>. Baptizada com o nome de Rodrigues Sampaio, autor da lei da instrução pública de 2 de Maio de 1878, que oficializava a descentralização do ensino. Esta proposta ficava na mesma para posterior discussão, voltando a ser analisada na sessão de 30 de Agosto desse mesmo ano.

### B. Plano da Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio

#### B. 1 - Os seus beneficiários

Com base na proposta de Teófilo Ferreira, na Sessão de Câmara de 30 de Agosto de 1883, sobre a criação desta escola, os destinatários, que deveriam ter no mínimo doze anos de idade, seriam *“os alumnos das escolas municipaes, que teem exame d’admissão aos lyceus, ou exame d’ensino elementar feito perante a respectiva comissão”*<sup>2</sup>, centrado em provas de *“leitura, escripta (dictado) e calligraphia, quatro operações de arithmetica e desenho elementar”*, devendo todos apresentar boas condições físicas.

#### B. 2 - A estrutura pedagógica

Esta dividia-se em Ensino Geral e Ensino Profissional. O primeiro tipo de Ensino, pelas disciplinas que o compunham\*, pretendia a ministração de uma cultural geral, conciliando conhecimentos das humanidades com os das ciências. Pretendia-se a aquisição de *«conhecimentos dos factos, capacidade de apreciação das suas relações immediatas»*<sup>3</sup>. O segundo tipo de Ensino dizia respeito à formação prática dos alunos, possibilitando o conhecimento das várias formas de trabalhar em madeira e em ferro, ainda que com muitas limitações. *“O ensino profissional não aspira a ter uma verdadeira, uma completa aprendizagem...”*<sup>4</sup>.

---

\* De acordo com a proposta de estruturação da escola, o Ensino Geral constituía-se em três secções.

<sup>1</sup> AHCML, *Arquivo Municipal, 1883*.

<sup>2</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais, Cx. 356*.

<sup>3</sup> Cf. nota anterior.

<sup>4</sup> Cf. nota anterior.

### B. 3 - As disciplinas

Dada a natureza desta Escola, as disciplinas nucleares giravam em torno das matérias ligadas à ciência: matemática, álgebra e geometria, física e química, tecnologia, desenho artístico e desenho geométrico e trabalhos manuais (em madeira e ferro) \*. Uma vez ser uma Escola com a preocupação de formar jovens para o mercado de trabalho, faziam parte do curso ainda as disciplinas de contabilidade e escrituração industrial e comercial e caligrafia.

As restantes disciplinas inseriam-se no que já foi dito acima quanto à importância de conhecimentos em termos de cultura geral, por um lado, e, por outro, na importância de sensibilizar os jovens para a saúde e higiene (espírito de mente sã em corpo sã).

Era um programa de ensino *“spenceriano, quer pelo número de cadeiras que encerra, quer pela preocupação prática que incidia”*<sup>5</sup>.

### B. 4 - Duração do Curso

De acordo com a proposta, o curso teria a duração de três anos, abrindo-se a hipótese de *“juntar um anno complementar”*.

Ainda que o curso fosse de três anos, o programa estaria organizado de maneira a possibilitar que cada ano fosse independente, formando um *“cyclo completo d’instrucção geral e professional, afim de que o ensino possa ser proveitoso seja qual fôr o anno em que o alumno deixe a escola”*.

### B. 5 - Corpo Docente

Era proposto o seguinte quadro de pessoal para o Ensino geral:

- dois professores para as disciplinas da 1ª Secção mais desenho linear;
- um professor para as 1ª e 2ª Secções ou parte de cada uma delas;
- um professor só para leccionar as disciplinas da 2ª secção;
- para as disciplinas da 3ª secção, à excepção do desenho (confiado ao professor da 1ª secção e ao professor de modelação), leccionariam três professores, dos *“que a camara municipal encarregou dos respectivos ensinios”*.

---

\* Na proposta, Teófilo Ferreira sugestionava que no 1º ano os trabalhos tivessem 14 horas lectivas semanais (2 horas todos os dias, de 2ª feira a sábado, à excepção de quinta feira, com 4 horas); nos 2º e 3º anos, passaria a ser uma aula ligada ao desenho artístico.

<sup>5</sup> Filipe Rocha, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português - Período de 1820 a 1826*, Livraria Estante Editora - Colecção Educação e Desenvolvimento Humano, nº1, Aveiro, 1987, p. 159.

Para o Ensino Técnico, eram propostos cinco professores:

- um director técnico;
- um mestre serralheiro;
- um mestre marceneiro;
- um fundidor;
- um mestre de modelação.

O corpo docente compor-se-ia de doze professores\*.



Francisco Adolfo Coelho, primeiro director geral da Escola.  
(extraído de *Escola Preparatória Rodrigues Sampaio*, do  
Prof. Urbano de Castro, Lisboa, 1923)

C. Porquê na Escola Municipal nº6 e na freguesia de St<sup>a</sup> Isabel?

Teófilo Ferreira, antes de fazer esta proposta de criação, teria já feito um levantamento das necessidades e da possibilidade de instalação nalgum edifício escolar. Esta opinião é reforçada com um ofício da Repartição Técnica da C.M.Lisboa, de 27 de Fevereiro de 1883, sobre um estudo das superfícies das Escolas nºs 6 e 8, localizadas, respectivamente, na Rua de St<sup>a</sup> Isabel\*\*, nº25, freguesia de St<sup>a</sup> Isabel, e na Rua do Passadiço, nº31, freguesia de S. José, por solicitação do provedor da Instrução <sup>6</sup>, havendo-se optado pela primeira escola. Entre Julho e Agosto de 1883 era apresentada e aprovada a criação da Escola Primária Superior, que ficaria instalada no edifício da Escola Central Municipal nº6 <sup>7</sup>. Em meados de Outubro, iniciavam-se as aulas correspondentes ao ano lectivo de 1883/84. Era seu primeiro director Francisco Adolfo Coelho.

Várias razões terão pesado para esta decisão.

Em primeiro lugar, por haver o desejo, contido na proposta de Teófilo Ferreira, de instalar

---

\* Provisoriamente, e para o primeiro ano lectivo, o número de professores era ligeiramente reduzido. Para o Ensino Geral (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Secções):

- 2 professores, respectivamente para a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> secções;
- 4 professores para a 3<sup>a</sup> Secção;

Para o Ensino profissional:

- 5 professores.

O corpo docente, nesse ano, seria de 11 professores.

\*\*Em 1885, dá-se a junção com a Rua de S. Miguel da Boa-Morte. É a actual Rua Saraiva de Carvalho.

<sup>6</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 50.

<sup>7</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 356.

a Escola Superior junto da Escola nº6, da criação de um «ensino popular completo», numa articulação entre o Jardim de Infância da Estrela, a Escola Primária nº6 e a Escola Primária Superior. E por ser também *“aquella que pela sua collocação e installação, melhor se prestaria ás transformações exigidas pela necessidade de que ha de sermos parcous nas despezas a realizar, evitando assim uma verba importante, qual é a renda da casa”*<sup>8</sup>.

Uma segunda razão terá tido a ver com a população juvenil masculina entre os 11 e os 15 anos existente em Lisboa. De acordo com o *Censo de 1878*, o Bairro Administrativo Ocidental era o que tinha maior número de população juvenil masculina, sendo a freguesia de St<sup>a</sup> Isabel a mais populosa. Ao ficar lá esta escola, ela poderia *“servir”* os jovens residentes em outras freguesias vizinhas, igualmente com uma população jovem masculina elevada.

Em terceiro lugar, não terá sido estranho o parentesco maçónico entre o proprietário do edifício da Escola Primária Central Municipal nº6, o Conde Paraty, e dirigentes da autarquia, o presidente José Gregório da Rosa Araújo e o ex-vereador do pelouro da Instrução José Elias Garcia<sup>9</sup> e Teófilo Ferreira \*, sucessor deste à frente da Instrução Municipal.

Contrário à cohabitação das duas escolas sob o mesmo tecto se mostrava o director da Escola Primária Superior, Francisco Adolfo Coelho. No *“Relatorio do director litterario”*, datado de 20 de Setembro de 1885, para o vereador da Instrução, escrevia ele *“que as condições do palacio em que se acha estabelecida a escola central nº6 não permittiam, ainda quando se procedesse a obras custosas, a formação do que se denomina um grupo escolar, isto é, a coexistência dentro d’um mesmo edificio de escolas de diverso grau, devendo ainda á consideração da ordem material juntar-se a de ordem moral de que esses grupos só prosperam quando se acham sob uma direcção unica”*<sup>10</sup>.

Como tentativa de resolver o problema, Francisco Adolfo Coelho, a 30 de Maio de 1884, escrevia para o vereador da Instrução a propor o aluguer de um prédio localizado na Rua da Boa-Morte (actual Rua do Possolo) com frente para a Rua de Sant’Ana, na freguesia da Lapa, pertença da viscondessa dos Olivais, com uma renda de 300\$000 réis<sup>11</sup>.

---

\* A única documentação encontrada que indicia que este vereador tivesse ligações à Maçonaria são relatórios de contas da Associação Civilização Popular para os anos de 1874 e 1875, que ele assina. De acordo com A. H. Oliveira Marques, esta Associação foi fundada pela Maçonaria (cf. *«Civilização Popular»*, in *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I col. 346).

<sup>8</sup> AHCML, *Arquivo Municipal*, 1883.

<sup>9</sup> A. H. de Oliveira Marques, GARCIA, José Elias e ARAÚJO, José Gregório da Rosa, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol I, cols. 91- 92 e 627- 628.

<sup>10</sup> AHCML, *Real Casa e Igreja de St<sup>o</sup> António, Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357.

<sup>11</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

Não aceitando esta proposta, a Câmara acabaria por solucionar esta situação, com o aluguer da “*casa n.ºs 25 e 26 da rua do Sacramento, à Lapa, [e que] fosse adaptada para alli se estabelecer [a Escola Primária Superior com os] ensinios tanto geral como tecnico*”<sup>12</sup>, ficando ali instalada de Outubro de 1884 até ao ano de 1892, data em que se verificou a centralização da educação, com a passagem de uma grande parte da estrutura educacional da autarquia de Lisboa para o então Ministério da Instrução Pública.

D. A Escola e a sua vertente pedagógica.

Sucesso ou insucesso escolar?

Dando Francisco Adolfo Coelho a máxima urgência à abertura da Escola, a 20 de Setembro de 1883, enviava ele a minuta do anúncio de matrícula na Escola (que deveria ser publicitada pela secretaria do pelouro da Instrução)<sup>13</sup>.

Baseado no relatório que se tem vindo a citar<sup>14</sup>, matricularam-se trinta e quatro alunos no primeiro ano lectivo (1883/84), embora se tivessem apresentado trinta e três.

A 16 de Outubro de 1883, abria oficialmente a Escola, começando com as aulas de Ensino Geral. As aulas técnicas teriam o seu início já em 1884 - a serralharia em Março e a carpintaria em Abril.

---

\* O vereador Leça da Veiga, em substituição de Teófilo Ferreira, propôs o aluguer por 10 anos da casa onde ficou instalada a Escola Primária Superior, por 850\$00 réis, o que foi aprovado em sessão de Câmara de 27 de Dezembro de 1883 (cf. *Arquivo Municipal*, 1883). A renda, dividida em duas partes, era paga semestralmente (cf. AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, cx. 357).

A 29 de Março de 1884, a Repartição Técnica dava a conhecer que o edifício se encontrava em mau estado, pelo que “*não pode ser habitado no estado de ruína em que se acha [devendo] o proprietario d’ella ... ser intimado para demolir toda a parte posterior que offerece perigo eminente de desabamento. Só depois se poderá estudar as obras que convem fazer para o aproveitamento da parte principal do edificio, e elaborar o respectivo orçamento, ..*” (AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 356). Por ofício de 14 de Julho de 1884, Francisco Adolfo Coelho comunicava ao vereador da Instrução que o edifício da Rua do Sacramento tinha estruturas mais ou menos aceitáveis para a instalação da Escola, solicitando a visita de técnicos da Repartição Técnica para se delinearem as obras necessárias (AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Pelouro da Instrução*, Cx. 51). A 11 de Setembro de 1884, a Repartição Técnica dava a conhecer ter-se mandado proceder “*ás obras indispensaveis na casa da rua do Sacramento á Lapa, destinada para a escola municipal*”, na importância de 150\$000 réis em conformidade com o orçamento (cf. Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 356). Ainda assim, as condições continuavam a não ser as melhores. Havia a “*falta de salas, de retretes, de abrigos, de cubagem necessária para os alunos, de oficinas, de recreios, de cobertas, etc.*” (cf. Urbano de Castro, *Escola Preparatória Rodrigues Sampaio*, p. 11).

<sup>12</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>13</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 50.

<sup>14</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.



D. 1 - As instalações e equipamento no âmbito pedagógico.

No primeiro ano lectivo, as condições de ensino não foram das melhores. Francisco Adolfo Coelho, como responsável pela direcção da Escola Primária Superior e pelo ensino geral, desabafava - "Foram desanimadoras as condições da nossa iniciação. A sala acanhada em que se faziam as lições do ensino geral tem janellas para a rua de Santa Isabel, d'onde um ruido quasi incessante vinha perturbar e fazer interromper por vezes completamente os exercicios escolares. Alem da falta d'espaco, e d'outras circunstancias desfavoraveis, as condições anti-hygienicas do edificio...foram tambem uma causa de perturbação para os trabalhos dos alumnos"<sup>15</sup>.

A mesma opinião tinha o director do ensino técnico, Carlos Ferreira: "os resultados [escolares] não são ainda muito lisongeiros, mas v.ex.<sup>a</sup> conhece as causas d'esse facto, dos quaes a principal é não haver os elementos necessarios, direi ate os indispensaveis, para a montagem das officinas de carpintaria e serralharia, começando por não termos local apropriado para ellas"<sup>16</sup>. No edificio da Escola Central n.º 6, a oficina estava instalada na cozinha<sup>17</sup>.

Com a instalação definitiva da Escola Primária Superior na Rua do Sacramento à Lapa (no começo do ano lectivo de 1884/85), as condições pedagógicas melhoraram, embora "ainda longe de ser inteiramente favoraveis"<sup>18</sup>. Enquanto as obras de recuperação do edificio decorriam \*, a partir de Julho de 1884, o pelouro da Instrução começava a adquirir mobiliário e outro tipo de equipamento para a Escola<sup>19</sup>, nomeadamente para as salas de aula do ensino geral. Para as aulas técnicas, as condições pedagógicas também melhoraram, ainda que com ressalvas.

A oficina de carpintaria, em finais de Outubro de 1884, estava operacional, conforme se depreende do relatório do director técnico - "a officina de carpintaria só entrou em exercicio...em 21 de d'outubro". Quanto à oficina de serralharia, o director da Escola, em officios de 17 de Novembro e 24 de Dezembro de 1884<sup>20</sup>, dava a conhecer ao vereador da Instrução a finalização das obras desta oficina, solicitando a aquisição de mobiliário e materiais, e a instalação da forja, serralharia e torno. No entanto, só no início de Março de 1885 é que a sua montagem finalizava, permitindo o começo das aulas de serralharia para

---

\* Cf. a nota de rodapé que antecede a nota n.º 12, p. 144.

<sup>15</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>16</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>17</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>18</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>19</sup> AHCML, *Arquivo Municipal*, 1883.

<sup>20</sup> Cf. nota n.º 19.

“os alumnos da I e II classes”<sup>21</sup>.

D. 2 - Os materiais didácticos necessários

Sendo uma Escola pioneira no ensino prático, havia a necessidade de a estruturar no plano pedagógico, ao nível de materiais e equipamento.

Com base na documentação encontrada, e para o ensino geral, o director Francisco Adolfo Coelho preocupou-se com o apetrechamento em materiais e publicações necessários à Geografia (através de aquisição junto dos Serviços Geodésicos e através da transferência de materiais existentes nas Escolas Centrais n.ºs 1,4 e 5 e Bibliotecas)<sup>22</sup>, e ao Desenho e Caligrafia<sup>23</sup>. Para o ensino técnico, solicitava o apetrechamento urgente de mobiliário e dos seguintes materiais:

- 2 bancadas em pinho e pes de pitch-pine, com 6 gavetas;
- estrados para as 2 bancadas;
- 4 prateleiras nos vãos das janelas;
- 1 cabide de madeira para tarrachas;
- apoio em madeira para o torno;
- 2 cepos para as forjas;
- pedras para a furadora;
- 4 pedras pequenas para o torno e 2 para o volume respectivo;
- 2 pedras para a forja;
- armação em pinho para o fole de uma das forjas”<sup>24</sup>.

Não se sabe se todos os artigos foram fornecidos. De acordo com os relatórios do director técnico, os alunos, nas aulas práticas, fabricaram materiais destinados quer às oficinas de carpintaria e serralharia quer para outras dependências da Escola<sup>25</sup>.

Nos dois anos lectivos seguintes (1885/86 e 1886/87), e segundo os relatórios dos directores da Escola e do curso técnico, continuava a sentir-se a necessidade de apetrechar devidamente a Escola em equipamento e material didáctico<sup>26</sup>. Por outro lado, propunham que os alunos nas aulas oficinais fizessem artefactos para serem fornecidos às outras Escolas Municipais. É o caso de uma proposta de “18 pares de pés de ferro fundido para bancos próprios para as escolas do sexo feminino”<sup>27</sup>.

---

<sup>21</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St.º António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357.

<sup>22</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>23</sup> AHCML, *Arquivo Municipal*, 1883.

<sup>24</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.

<sup>25</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St.º António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357.

<sup>26</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de St.º António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357.  
AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da CML*, 1886.

<sup>27</sup> AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da CML*, 1886.

Outro material a que professores e alunos podiam recorrer eram as várias colecções e livros existentes no Museu e Biblioteca Pedagógicos\*, quer para o ensino geral quer para o ensino prático, conforme se depreende de um ofício de F. Adolfo Coelho, de 14 de Julho de 1892, para a Direcção-Geral da Instrução Pública <sup>28</sup>.

D. 3 - O corpo de funcionários da Escola.

D. 3.1 - quadro docente.

Como é natural, no início de uma actividade ou de algo novo, os primeiros tempos são os mais difíceis no trabalho de consolidação. O mesmo se passou em relação a esta Escola, quanto ao seu quadro docente \*\*.

---

\* O Museu Pedagógico, inaugurado a 1 de Julho de 1883, surgiu a partir de uma proposta de Francisco Adolfo Coelho, que veio a ser seu director interino, ficando instalado, no seu primeiro ano, numa sala da Escola nº6, onde também estava a Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio, e acompanhando esta Escola, aquando da sua transferência (cf. AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, cx.356). A 25 de Agosto de 1885, o director dava a conhecer estar organizada a estrutura dos Museu e Biblioteca Pedagógicos (inventariação e catalogação de livros e vários materiais em exposições, dos quais alguns foram fabricados no primeiro ano de funcionamento da Escola (cf. AHCML; Serviço de Instrução, *Correspondência recebida ...*, Cx. 51).

Embora funcionando junto deste estabelecimento de ensino, o Museu e Biblioteca não faziam parte dela, sendo duas instituições independentes. Só a 15 de Janeiro de 1887, em sessão de Câmara, era decidida a sua integração na Escola Primária Superior, "e portanto a sua direcção sujeita ao director da mesma escola". Era o reconhecimento oficial da direcção do Museu e Biblioteca por Francisco Adolfo Coelho (cf. AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa, 1887*).

Tanto a Escola Primária Superior como o Museu e Biblioteca Pedagógica Municipal beneficiaram em terem tido como director Francisco Adolfo Coelho. Este encarregou-se de os divulgar. E, a provar esta opinião, estão os vários contactos havidos com outras instituições congéneras nacionais e internacionais:

- A 26 de Novembro de 1886 e 7 de Junho de 1887 - pedido de documentação relacionada com a educação em Lisboa a ser enviada aos Museus Pedagógicos de Madrid, Paris e Leipzig (cf. AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 358).

- A 27 de Junho de 1889 - organização de uma colecção de trabalhos escolares para ser enviada ao Museu de Montemor (cf. AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, cx. 358).

Havia ofertas ao Museu. É o caso de uma oferta que uma pessoa residente em Évora fazia de um album caligráfico, e que o vereador dava a conhecer em sessão camarária de 24 de Abril de 1889 (cf. AHCML, *Arquivo Municipal, 1889*).

\*\* Na sessão de 31 de Dezembro de 1883, Teófilo Ferreira apresentava uma lista de pessoal nomeado para as escolas municipais durante 1882. Francisco Adolfo Coelho era já citado como "director geral", havendo ainda um director para o curso técnico e seis professores, um mestre de serralharia e três contínuos (cf. AHCML, *Arquivo Municipal, 1883*).

<sup>28</sup> ANTT, *Ministério da Instrução Pública*, Maço 32.

Cf. Francisco Santana, *No Centenário de um Museu esquecido*, in *Lisboa, Revista Municipal*, nºs 5 e 6 (2ª série), 1983, Ano XLIV.

Os dois primeiros anos lectivos de funcionamento da Escola, 1883/84 e 1884/85, foram os mais dramáticos. A maior dificuldade quanto à fixação de professores deveu-se a alguns dos professores exercerem outras profissões ou leccionarem em outras escolas <sup>29</sup>, o que levava à desistência destes, quando professores responsáveis. A partir do ano lectivo de 1885/86, o quadro docente estabilizava, havendo a contratação esporádica de professores para substituição, e, principalmente, para a leccionação de novas disciplinas \* como eram o caso de Inglês e Contabilidade e Escrituração Comercial e Industrial <sup>30</sup>.

Não era verdade a acusação que o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, futura herdeira da Escola <sup>31</sup>, fazia em não haver um quadro estável. À medida que os anos lectivos iam passando e a Escola ia-se consolidando, pode dizer-se ter existido um quadro docente fixo, que abrangia as disciplinas tanto do Ensino Geral como do Ensino Técnico (cf. quadro nº1).

#### D. 3. 2 - Pessoal auxiliar

Quanto a este corpo, era constituído por dois contínuos. No relatório do director interino da Escola, Teófilo Ferreira, e respeitante ao ano lectivo de 1885/86, ele fazia sentir a necessidade de *"Pessoal menor valido e sufficiente para manter a disciplina"* <sup>32</sup>.

#### D. 4 - A vertente pedagógica da Escola e o Município

Uma obrigação da Câmara era a inspecção das escolas primárias de Lisboa, o que era consagrado na legislação, sendo essa exercida por inspectores nomeados pela autarquia. Embora se tivesse encontrado documentação dispersa a fazer menção a estas visitas de trabalho, a única com informações directas a inspecções a esta Escola dizia respeito aos meses de Outubro e Novembro do ano lectivo de 1888/89 <sup>33</sup>.

---

\* Em sessão de Câmara de 22 de Outubro de 1885, o vereador Visconde de Rio Sado perguntava ao vereador da Instrução, Leça da Veiga, a razão porque estavam juntas numa mesma cadeira as disciplinas de Matemática e Escrituração Comercial, ao que o vereador da Instrução respondia desconhecer as vantagens ou desvantagens da separação das 2 matérias, prometendo estudar e esclarecer oportunamente (AHCML, *Arquivo Municipal, 1885*).

<sup>29</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51

<sup>30</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357

<sup>31</sup> Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria - Direcção Geral do Commercio e Industria, *Organização da Escola Technica Preparatória Rodrigues Sampaio (aprovada por decreto de 10.09.1892)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892, p. 4.

<sup>32</sup> AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da CML*, 1886.

<sup>33</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas primárias Municipais*, Cx. 358.

QUADRO 1. LISTA DOS VÁRIOS PROFESSORES QUE LECCIONARAM NA ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR RODRIGUES SAMPAIO, DE 1883/84 A 1891/92

Começo em 1883/84	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Francisco Adolfo Coelho - Director da Escola e do curso geral e professor de Português* (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos)<sup>1</sup>.</li> <li>2. Domingos Coelho Ribeiro - Francês* (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos).</li> <li>3. Augusto César Maduro - Matemática (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos).</li> <li>4. Alphonse Justin Picard - Desenho* (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos).</li> <li>5. António Carvalho de Esmeraldo - Caligrafia (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos).</li> <li>6. Carlos Augusto Pinto Ferreira - Director do Ensino Técnico e professor de Tecnologia* (1883/84 a 1891/92)</li> <li>7. José Maria da Conceição Fernandes - Serralharia* (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos).</li> <li>8. João Baptista de Almeida - Carpintaria (1883/84 a 1891/92) (9 anos lectivos).</li> <li>9. António Francisco - Ajudante de Serralharia (1883/84) (1 ano lectivo).</li> </ol>
Começo em 1884/85	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manuel Alexandre de Sousa - Inglês (1884/85 a 1889/90) (6 anos lectivos).</li> <li>2. António Cardoso Borges de Figueiredo - História e Geografia (1884/85 a 1889/90) (6 anos lectivos)<sup>2</sup>.</li> <li>3. Luís Fortunato José da Fonseca - Ciências Naturais (1884/85 a 1888/89) (5 anos lectivos)<sup>3</sup>.</li> <li>4. Filipe da Costa Quintela - Matemática (1884/85 a 1887/88) (4 anos lectivos)<sup>4</sup>.</li> <li>5. António Augusto da Rocha de Sá - Matemática (1884/85 e 1885/86) (2 anos lectivos)<sup>5</sup>.</li> <li>6. Rafael António Nogueira de Pina Manique - Ginástica (1884/85) (1 ano lectivo)</li> </ol>
Começo em 1885/86	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alfredo Ferro - Contabilidade e Escrituração Comercial e Industrial (1885/86 a 1891/92) (7 anos lectivos).</li> <li>2. Júlio Simas - Ginástica (1885/86 a 1887/88) (3 anos lectivos).</li> <li>3. Carlos Pereira da Silva - Matemática (1885/86) (1 ano lectivo).</li> <li>4. Cipriano da Costa Godolfim - Contabilidade e Escrituração Comercial e Industria (1885/86) (1 ano lectivo).</li> </ol>
Começo em 1886/87	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Joaquim Casimiro Ivo de Carvalho - Matemática* (1886/87 a 1891/92) (6 anos lectivos).</li> </ol>
Começo em 1887/88	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alfredo Augusto Dias - Ginástica (1887/88 a 1891/92) (5 anos lectivos)</li> </ol>
Começo em 1889/90	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. José Albino de Sousa Rodrigues - Ciências Naturais e Matemática* (1889/90 a 1891/92) (3 anos lectivos)</li> <li>2. Albino Pereira Magno - História e Geografia (1889/90 e 1890/91) (2 anos lectivos).</li> <li>3. Eugénio de Castro Rodrigues - Ciências Naturais (1889/90) (1 ano lectivo).</li> </ol>
Começo em 1890/91	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alfredo King - Inglês (1890/91 e 1891/92) (2 anos lectivos).</li> <li>2. José Rodrigues Lopes de Mendonça - Matemática (1890/91 e 1891/92) (2 anos lectivos).</li> </ol>
Começo em 1891/92	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Francisco de Paulo e Melo - Serralharia* (1891/92) (1 ano lectivo).</li> </ol>

Fontes: AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cxs. 355 e 357; AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida*, cx.51; AHCML, *Archivos Municipaes*, vários; Urbano de Castro, *Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio*, 1923.

\* Este professor continuou a leccionar na Escola depois da sua passagem para o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em 1892/93

<sup>1</sup> Este professor leccionou, no ano lectivo de 1883/84, as cadeiras de História/Geografia e Ciências Naturais.

<sup>2</sup> Este professor leccionou, no ano lectivo de 1884/85, a cadeira de Francês.

<sup>3</sup> Este professor leccionou, no ano lectivo de 1884/85, a cadeira de Matemática.

<sup>4</sup> Este professor leccionou, no ano lectivo de 1884/85, a cadeira de Ciências Naturais.

<sup>5</sup> Este professor leccionou, no ano lectivo de 1884/85, a disciplina de Ginástica.

Nos relatórios encontrados, o inspector abordava os seguintes itens:

- disciplinas e professores visitados;
- data e hora de visita;
- classes visitadas e número de alunos presentes nas salas de aula;
- ponto da situação pedagógica das turmas visitadas, com referência à relação professor - aluno. Por exemplo, no relatório de Outubro, o inspector mencionava *“um alumno do 1º anno fechado n’uma pequena casa sem luz e sem condições hygienicas á ordem do mestre da officina”* \*, o que não era do conhecimento do director da Escola, que iria tomar providências<sup>34</sup>. As autoridades camarárias confirmavam ou não os castigos aplicados aos alunos, como o demonstra a decisão em suspender da frequência das aulas um aluno por desrespeito a um professor\*\*.

#### D. 5 - As disciplinas

O ensino na Escola tinha como objectivo, por um lado, completar e desenvolver nos educandos a instrução primária elementar no que era denominado de instrução complementar. Daí o incluir determinadas disciplinas próximas do ensino secundário: Português, Francês, História e Geografia, Ciências Naturais, Matemática, Desenho, Caligrafia (progressivamente, foram introduzidas as disciplinas de Inglês e Contabilidade e Escrituração Comercial e Industrial). Por outro lado, pretendia prepará-los para a carreira industrial. Daí o ter disciplinas técnicas: Tecnologia, Serralharia e Carpintaria.

Apesar de o ensino primário superior ser *“um typo escolar inteiramente novo”*<sup>35</sup>, ele estava desde há muito consagrado na legislação\*\*\*.

O modo de ministrar o curso era feito *“na forma mais intuitiva e insinuante ... com meios disciplinares ... d’ordem puramente moral e intellectual”*<sup>36</sup>. Escrevia Francisco Adolfo Coelho que *“o seu fim deveria ser fazer conhecer a theoria das ferramentas, os processos das artes industriaes, partindo da intuição, do emprego pelas proprias mãos do alumno d’essas ferramentas*

---

\*No geral, esta prática punitiva era corrente nas escolas de Lisboa. Encontrou-se com frequência documentação respeitante a esta matéria, com a queixa de pais, nomeadamente quando era infligido ao aluno violência física, com a tomada de medidas drásticas por parte das autoridades camarárias responsáveis pela Instrução Municipal.

\*\* Esse aluno seria mais tarde readmitido na escola, por decisão camarária (cf. *Arquivo Municipal, 1885*).

\*\*\* A 4 de Março de 1843, foi apresentado um projecto de lei sobre a instrução pública, e que refere este tipo de ensino.

<sup>34</sup> Cf. nota anterior.

<sup>35</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357.

<sup>36</sup> Cf. nota anterior.

*e d'esses processos, reduzidos aos seus elementos essenciaes*<sup>37</sup>, o que se inseria na filosofia positivista de influência spenceriana, baseada nas “*três ideias-chave*” desta corrente: “*a experiência..., a evolução e o progresso*”<sup>38</sup>. A duração do curso era de três anos lectivos.

A única documentação encontrada que possibilita o estudo da carga horária diz respeito aos dois primeiros anos lectivos, o que inviabiliza um estudo mais rigoroso desta. Mesmo assim, permite constatar que essa carga era intensa. Em mapas de horários que Francisco Adolfo Coelho enviou para o pelouro da Instrução, os alunos estavam na Escola cerca de 9 horas diárias. As aulas começavam às 8 horas e iam até às 12 horas. Havia um intervalo de uma hora para almoço e recreio, entre o meio-dia e a uma hora da tarde. As aulas recomeçavam à uma e duravam até às 17 horas \*, de segunda feira a sábado.

As disciplinas que tinham maior peso curricular eram ligadas ao Ensino Profissional - Serralharia e Carpintaria \*\* (qualquer uma das disciplinas com 14 horas lectivas médias por semana) e Desenho (com uma média de 8 horas semanais). As aulas de Desenho/Serralharia consistiam em trabalhos de forja, “puchar” ferro, cortar ferro maleável a escopro e buril, malhar e limar pequenas áreas de vergalhão. Os alunos tinham também exercícios de furação no engenho. As aulas de Carpintaria baseavam-se em trabalhos de serrar madeira, trabalhos com enxó, junteira, plaina e rebote, e exercícios de furar madeira a bedame, a trado e a pua \*\*\*<sup>39</sup>. No 1ºano, os alunos tomavam contacto com as formas de trabalhar em Serralharia e Carpintaria. No 2ºano, os alunos é que escolhiam qual o ramo que iam trabalhar, o que não impedia que continuassem a ter contacto com o outro ramo \*\*\*\*. Esta preocupação mantinha-se para as turmas do 3ºano.

---

\* O director da Escola queixava-se que no inverno, e devido à falta de iluminação no edifício, a última aula, das 17 às 18 horas, não era possível ser dada (cf. AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357).

\*\* Analizando os relatórios do director técnico, havia o desejo que os alunos obtivessem conhecimentos tanto de serralharia como de carpintaria, com a respectiva especialização numa das áreas.

\*\*\* De acordo com os relatórios técnicos, os alunos produziram materiais para várias disciplinas do curso, mais concretamente para as oficinas de serralharia e carpintaria e para o ginásio.

\*\*\*\* Para o ano lectivo de 1884/85, o director técnico referia o facto de, para as 2 turmas do 2º ano, haver um dia de 4 horas oficinais na outra arte.

<sup>37</sup> Francisco Adolfo Coelho, *O trabalho manual na Eschola Primaria*, cap. V, p. 45.

<sup>38</sup> Filipe Rocha, *Ob. Cit.* p. 149.

<sup>39</sup> AHCML, *Archivo Municipal*, 1885



Carlos Augusto Pinto Ferreira, director técnico (extraído de *Escola Preparatória Rodrigues Sampaio*, do Prof. Urbano de Castro, Lisboa, 1923).

O director técnico, no relatório de avaliação do ano lectivo de 1885/86, fazia sentir a importância de visitas de estudo “aos estabelecimentos industriaes mais importantes de Lisboa, quer do estado ou particulares, aproveitando para estas visitas algumas das quartas-feiras em que os alumnos tem menos aulas”<sup>40</sup>

Do Ensino Geral, havia três disciplinas de importância: Português, porque havia a pretensão em proteger e desenvolver a língua materna - “Mais tarde só com dificuldade o alumno tornado operario lerá os poucos, e em geral máos impressos, que lhe venham ás mãos, escreverá com hesitação uma simples carta”<sup>41</sup>, Francês, porque era grande a influência da cultura francesa junto dos meios político-culturais portugueses (a Escola Primária Superior era criada a partir dos modelos franceses para este tipo de ensino)<sup>42</sup>, Matemática, porque, como o Desenho, estabelecia a ponte do ensino técnico com o ensino geral, entre a teoria e a prática. Todas elas tinham 5 horas lectivas semanais.

#### D. 6 - A avaliação dos alunos

Como já se disse, a documentação que possibilita estudar a estrutura pedagógica da Escola diz respeito aos dois primeiros anos lectivos.

Num ofício datado de 13 de Agosto de 1884, Francisco Adolfo Coelho dava a conhecer terem-se realizado os exames dos alunos que tinham frequentado a Escola no ano lectivo de 1883/84 \*<sup>43</sup>.

---

\* Este documento e outros anexos ao “Relatorio do director litterario” só por si são insuficientes. No entanto, possibilitam extrair dados para uma análise à forma como era feita a avaliação dos alunos.

<sup>40</sup> AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da CML, 1886*.

<sup>41</sup> AHCML, *Archivo Municipal, 1883*.

<sup>42</sup> Cf. nota anterior.

Cf. António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, cap. 5.3 - *A perda do carácter nacional. O Francesismo*. pp. 240 - 241.

<sup>43</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 51.



Dado ser um curso com as suas vertentes teórica e prática, é natural que os exames se compusessem desses dois tipos de provas. Quanto ao Ensino Geral, os exames de Português e Francês e, mais tarde, de Inglês, compunham-se de um ditado e uma redacção; a disciplina de Matemática era avaliada através de dois problemas de aritmética e um de geometria; o exame de Desenho compunha-se de um “*desenho gráfico*” [geométrico] e outro de “*ornato*”. Português, Francês, Matemática, História e Geografia, Ciências Naturais e Tecnologia, tinham ainda provas orais. Do Ensino Técnico, os exames eram provas práticas com a execução de diversos trabalhos de serralharia e carpintaria. A passagem de classe implicava ter o mínimo de 10 valores globais. Dezasseis valores conferiam a passagem com distinção.

Alguns dos trabalhos realizados, quer no curso geral quer no curso técnico, ficariam expostos no Museu Pedagógico.

#### E. Retrato social dos alunos e sua ligação à Escola Primária Rodrigues Sampaio

A maior parte dos alunos eram provenientes de um estrato social pouco abastado, de “*famílias a que faltam inteiramente... recursos e que todavia desejam que seus filhos tenham mais alguma instrução do que a recebida na escola elementar. Ainda essas famílias teem que fazer sacrificios para dispensarem durante o tempo do curso o auxilio dos filhos no trabalho, sustental'los e ocorrer a outras despesas forçadas, e quantos que desejariam ver completamente a educação de seus filhos não teem que recuar d'esses sacrificios antes do começo ou depois de encetado o curso! A essas dificuldades foram devidas algumas deserções... e podemos contar que ellas sejam causa de outras deserções no futuro*”<sup>44</sup>.

No entanto, ainda que em número reduzido, havia alunos oriundos de famílias mais abastadas. Escrevia Adolfo Coelho que “*alguns paes d'espírito esclarecido, constituindo uma excepção tanto mais honrosa quanto rara, conf[am] á nossa escola a educação de seus filhos, não por lhes faltarem recursos para darem a esses filhos preparação para exame no collegio ou no lyceu, mas por reconhecerem a validade d'essa preparação*”<sup>45</sup>.

Desde a abertura da Escola, no ano lectivo de 1883/84, e até finais do ano lectivo de 1891/92, passaram por ela quatrocentos e vinte e três alunos\*.

De 1883/84 a 1891/92, houve a frequência de duzentos e sessenta e nove alunos no 1º ano, oitenta e sete no 2º ano e trinta e sete no 3º ano.

---

\* Adolfo Coelho, in *O Ensino Primario Superior*, p. 20, referia ter havido uma frequência de cerca 530 alunos desde o primeiro ano lectivo e até 1891/92.

<sup>44</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 50.

<sup>45</sup> AHCML, Real Casa e Igreja de Stº António, *Escolas Primárias Municipais*, Cx. 357.

Francisco Adolfo Coelho confessava ter havido uma grande deserção de alunos. As causas para tal iam desde a localização da Escola, “estabelecida em sitio que não é central e onde predominam habitantes das classes abastadas e aristocratas”<sup>46</sup>, até à grande barreira mental e cultural e que tinha a ver com a “pouca compreensão que as famílias, a que convêm enviar á escola os seus filhos teêm das vantagens d’ella e á triste mania de pretenderem que ellas façam exames nos lyceus, desde o momento em que podem receber mais alguma instrução além da primaria - algumas famílias, infelizmente pouco esclarecidas, não veem com bons olhos esses trabalhos [manuais] que se lhes afigura inuteis ou desnobres para os que não hão de ser carpinteiros ou serralheiros; ate um proprio artifice, cujo filho revelou uma verdadeira aptidão technica nas... officinas, foi ouvido dizer que preferia muito mais que elle progredisse só nos estudos, isto é, no ensino geral”, escrevia o director da Escola Rodrigues Sampaio<sup>47</sup>. Ou seja, uma influência marcante do ensino academizado, acompanhado de um complexo sócio-cultural anti-formação técnica.

Aliado a este obstáculo cultural, havia um outro, este ligado a uma certa mentalidade viciosa, e que tinha a ver com o começo das aulas às 8.00 horas da manhã, “o que contraria os maos habitos da vida de Lisboa”, escrevia Adolfo Coelho<sup>48</sup>. Este, como forma passível de ajudar a minimizar estas abstenções, apontava a importância da divulgação desta iniciativa escolar junto da população, lamentando o facto de a “imprensa[haver] consagrado apenas algumas escassas palavras” a tal<sup>49</sup>.

Apesar deste abandono dos estudos, e com base em Francisco Adolfo Coelho<sup>50</sup>, não se pode deixar de fazer menção o destino profissional de alunos que completaram os estudos na Escola.

A maior parte dos chegaram ao fim do curso seguiu “as profissões industriaes”, leia-se serralheiros, carpinteiros de moldes e de carruagens, um gravador, um entalhador, um fabricante de instrumentos de precisão (que continuou os estudos no Instituto Industrial de Lisboa). Outros enveredaram pelo comércio. Dois continuaram os estudos na Escola Normal de Lisboa. Dois foram para empregados dos caminhos de ferro. Sete seguiram a carreira militar, quatro no exército e três na marinha.

---

<sup>46</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, cx.50

<sup>47</sup> Cf. nota anterior.

<sup>48</sup> Cf. nota anterior.

<sup>49</sup> Cf. nota anterior.

<sup>50</sup> Francisco Adolfo Coelho, “O Ensino Primário Superior”, extraído da revista *Educação e Ensino*, vol VII, Lisboa, 1892, pp. 20 e ss.

## Conclusão- Epílogo

O ensino técnico impulsionado pela autarquia lisboeta teve sucesso?

A Câmara estava consciente da evolução da cidade e da tendência de fixação que a população estava a ter, preferencialmente para as freguesias dos Bairros Oriental e Ocidental, acompanhando a instalação industrial naqueles Bairros. Dentro do espírito da descentralização de competências, a Câmara começou a criar uma rede de escolas, alargando o número destas naqueles dois Bairros.

Tentando cumprir as determinações governamentais quanto ao ensino técnico, a autarquia apresentou propostas de implementação de cursos técnicos, propostas que se vieram a concretizar na Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio.

A criação desta Escola técnica deveu-se às iniciativas do vereador da Instrução Teófilo Ferreira e seus sucessores, apoiado pelo “pedagogo” Francisco Adolfo Coelho, que, durante anos, foi seu director.

O desejo de promoção deste tipo de educação estava ligado á pretensão em formar na globalidade o homem. Escrevia aquele pedagogo que *“tão incompleta é uma educação que produz um philosopho, um sabio, um escriptor de fazer qualquer cousa por suas mãos... como a educação, que faz apenas um serrador de madeira, um pintor de portas ou um acrobata”*<sup>51</sup>. Daí o tipo de disciplinas que compunha o curso. Todavia, é importante realçar um perigo ideológico que se corria com esta pretensão, uma vez sugerir uma continuidade hereditária da formação e exercício profissional. Escrevia Teófilo Ferreira que *“a instituição de cursos de desenho profissional[teria], pois, por intuito convidar o filho do operario e do artista para o ensino d’esta disciplina, afim de lhe desenvolver as aptidões que mais seguramente conduzem ao bem estar senão á fortuna”*<sup>52</sup>. Era a noção estratificadora da sociedade delineada e dominada pela burguesia, em função dos seus interesses.

Como se viu, com muitas dificuldades se deparou a Escola e a sua ‘equipa gestora’, nomeadamente quanto à constituição de um quadro docente próprio. Inclusive, a localização também não ajudava. No entanto, ela foi atingindo o seu propósito, formando alunos que depois, na vida profissional, foram aplicando os conhecimentos que lá aprenderam.

A prova do resultado, ainda que parcial da Escola, está na sua continuidade, mas junto do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (M.O.P.C.I.). Este Ministério apontava várias irregularidades práticas na sua gestão - a falta de um quadro certo de pessoal docente;

---

<sup>51</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 50.

<sup>52</sup> AHCML, Serviço de Instrução, *Correspondência recebida no Serviço de Instrução*, Cx. 50.

o número elevado deste, o que agravava a verba de manutenção da Escola, a forma de pagamento aos professores que lá trabalhavam - para justificar esta centralização<sup>53</sup>.

No entanto, em sessão de Câmara dos Deputados de 26 de Junho de 1890, Teófilo Ferreira, que, de defensor da descentralização da Educação, passara a acérrimo apoiante da centralização, elogiava a forma como a Câmara Municipal de Lisboa tinha assumido o seu papel neste incremento<sup>54</sup>. Afirmava ele *“que se todas as municipalidades do paiz tivessem imitado a [acção] da capital do reino, não seria[ele], por certo, que defenderia a centralização do ensino primario”*<sup>55</sup>.

Como é natural, a passagem da Escola Primária Superior para a administração do M.O.P.C.I. não foi pacífica dentro da Câmara. O vereador António Pinto Leão de Oliveira foi quem deu a cara na oposição a esta transferência. Defendia ele que *“na instrução municipal ha estabelecimentos que não podem nem devem passar para o estado, porque se não acham em nenhum dos dois graus de institutos de instrução primaria - elementar ou complementar... onde se ensinam disciplinas que não se encontram nos programas de nenhum dos graus de ensino elementar ou complementar”* (sessão de Câmara de 11 de Janeiro de 1892)<sup>56</sup>.

Afirmava ainda que a *“escola é muito bem dirigida e de reconhecida utilidade, ministrando-se ali um ensino mais pratico do que theorico, muito racional, que dispõe os alumnos para serem excelentes artistas”* (sessão de Câmara de 8 de Abril de 1892)<sup>57</sup>.

Mas chegávamos ao ano lectivo de 1892/93, e a Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio ficava de facto sob a alçada do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, com a designação de Escola Técnica Preparatória Rodrigues Sampaio.

(Este texto retoma, na sua maior parte, uma comunicação apresentada pelo autor no I Colóquio Temático “ O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (Séculos XVI - XX)” realizado pela Divisão de Arquivos, incluído nas respectivas Actas, pags. 341 a 358).

---

<sup>53</sup> AHCML, *Collecção Official de Legislação Portugueza, anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893.

<sup>54</sup> Teófilo Ferreira, *O Ministerio da Instrucção Publica e a centralização do Ensino Primario Official*, Imprensa Nacional, 1890, pp. 15 - 16.

<sup>55</sup> AHCML, *Actas das Sessões da Comissão Executiva da CML*, 1892

<sup>56</sup> AHCML, *Collecção Official de Legislação Portugueza, anno de 1892*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1893

<sup>57</sup> Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria - Direcção Geral do Commercio e Industria, *Organisação da Escola Technica Preparatoria Rodrigues Sampaio (aprovada por decreto de 10.09.1892)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1892, pp. 4 e ss.

## DIVISÃO DE ARQUIVOS

### ARQUIVO HISTÓRICO

Rua Frei Manuel do Cenáculo,  
Torre 1, traseiras/cave - 1170 Lisboa  
Tel: 8152160/1/2 Fax: 8129514

Horário de Funcionamento: 9.30h às 17.00h

Transportes:

Carris: Autocarros n.ºs 35, 107, 26, 12  
Metropolitano: Estação Anjos  
Carreiras de Eléctricos: n.ºs 17 e 28

### ARQUIVO DO ARCO DO CEGO

Rua Nunes Claro, n.º 8 -A - 1000 Lisboa  
Tel: 849 68 32 / 847 33 28 Fax: 848 46 38

Horário de Funcionamento: 9.30h às 17.00h

Transportes:

Carris: Autocarros n.ºs 1, 21, 45, 33, 22, 56, 7  
Metro: Estações do Campo Pequeno ou Alameda.

### ARQUIVO DO ALTO DA EIRA

Rua Frei Manuel do Cenáculo, Torre n.º 2 cave - 1170 Lisboa  
Tel: 815 24 00 Fax: 814 98 90

Horário de Funcionamento: 9.30h às 17.00h

Transportes:

Carris: Autocarros n.ºs 35, 107, 26, 12, 30  
Metropolitano: Estação dos Anjos  
Carreiras de Eléctricos n.ºs 17 e 28

### ARQUIVO FOTOGRÁFICO

Rua da Palma, n.º 246 - 1100 Lisboa  
Tel: 8862332 Fax: 8129514

Horário de Funcionamento: 10.00h às 18.00h

Transportes:

Carris: Autocarros n.ºs 8, 40, 7,  
Metropolitano: Estação Socorro  
Carreiras de Eléctricos: n.ºs 17 e 28

